

CONTRATO Nº					
Correspondente no País					
Código/Nome:		CNPJ:		Telefone:	
Agente:			CPF:		
CEP:	Endereço:			Nº:	
Complemento:	Bairro:	Cidade:		UF:	
Benefício Vinculado ao Cartão:		INSS()		Outros Órgãos Públicos()	
				Empresas Privadas()	
Dados Titular:	CPF:	Nome:			
Nacionalidade:	Data Nascimento:	Sexo:	Estado Civil:	Identidade(RG):	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF
Nome da Mãe:				E-mail	
CEP:	Endereço Residencial(Rua,Avenida, etc...):				Nº:
Complemento:	Bairro:	Cidade:		UF	
Tel.(DDD e Nº):	Tel.Celular(DDD,Nº):		Portador Adicional(exceto INSS) ()Não ()Sim - Formulário Anexo.		
DADOS DOS BENEFÍCIO/SALÁRIO DO TITULAR					
Nome da Entidade/Empresa Averbadora:			Número do benefício / Matrícula / Registro:		Margem(%):
Endereço(Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF):			Renda(R\$):	Data Admissão:	Telefone(DDD/Nº):
Nome do Banco Pagador		Nº do Banco	Nº Agencia	Conta-corrente	Dia do Pagamento

ADESÃO

1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do **Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval** para Aposentados e Pensionistas do INSS, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Trabalhadores de Empresas Privadas ("Condições Gerais"), registradas em 12/03/2018 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.150.519, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.

2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, a constituir reserva de margem consignável de até ____ (_____) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do **Cartão de Crédito Consignado Banco do Daycoval** ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (I) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (II) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (III) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizadas na forma da alínea "II" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (IV) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito, para amortização do saldo devedor do **Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval**; (V) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (VI) **O saldo devedor do cartão pode ser pago, antecipadamente, pelo montante total ou parcial, por meio do boleto, que acompanha a fatura mensal, na rede bancária, sendo direito do titular a redução proporcional dos juros e demais acréscimos. A amortização do pagamento mínimo da fatura ocorrerá por meio de desconto em folha de pagamento;**(VII) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta bancária descrita acima e/ou em outra conta bancária de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador. Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito a responsabilidade criminal do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).

Local e Data

Assinatura do(a) Cliente

 ASSINATURA



Nº CARTÃO/PROPOSTA:			
Código/Nome:		CNPJ:	Telefone:
Agente:		CPF:	
CEP:	Endereço:		Nº:
Complemento:	Bairro:	Cidade:	UF:

DADOS DO TITULAR

CPF:	Nome:
-------------	--------------

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco:	Nº do Banco:	Nº Agência:	Nº da Conta(corrente/Poupança):
-----------------------	---------------------	--------------------	--

Autorizo o **BANCO DAYCOVAL S/A**, em caráter irrevogável e irretratável a:

() Transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu **Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval**, para a Conta Bancária da minha titularidade acima indicada.

() Utilizar o valor abaixo indicado, de parte do limite de crédito do meu **Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval**, para pagamento(s) da(s) fatura(s) junto ao(s) banco(s) _____, totalizando o valor de R\$ _____ (_____).

Declaro: (a) ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, com o valor estimado do saque; (b) que recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data; e (c) que o valor do saque será pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu **Cartão de Crédito Consignado Banco Daycoval** ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento.

Valor do Saque¹ R\$ _____ (_____).

Taxa de Juros: _____ % a.m. Taxa de Juros: _____ % a.a. IOF Diário: _____ % a.d. IOF Adicional: _____ %

Tarifa: R\$ _____ CET: _____ % a.m. CET: _____ % a.a.

Prazo: _____ (mensais) Vencimento Inicial: ____/____/____ Vencimento Final: ____/____/____

Total a pagar: Sem Financiamento: _____ Com Financiamento²: _____ Juros³: _____

¹ O Valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível, podendo ser inferior ao solicitado. ² O Valor total do financiamento refere-se à operação de crédito contratada nesta ato. ³ Total de juros previsto até o final do prazo.

Importante: O Saldo devedor do cartão pode ser pago, antecipadamente, pelo montante total ou parcial, por meio de boleto, que segue anexo a fatura mensal, em qualquer agência bancária, sendo direito do titular a redução proporcional dos juros e demais acréscimos. A amortização do pagamento mínimo da fatura ocorrerá por meio de desconto em folha de pagamento.

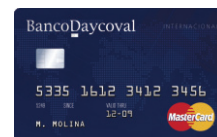
TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional. Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.

Local e Data: _____

Assinatura do(a) Cliente: _____

 **ASSINATURA**



TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Em cumprimento à sentença Judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700,
3º Vara Federal da Secção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

Eu, _____, inscrito no CPF sob
o nº _____, benefício nº _____, residente e domiciliado em
_____, declaro, para os devidos fins

e sob as penas da lei, estar de ciente e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que na realização de saque mediante a utilização do meu limite do cartão de crédito consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco Daycoval S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
- (v) estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito Convencional;
- (vi) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até _____, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, DESDE QUE: (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios.

Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o Banco Daycoval S.A através dos Serviços de Atendimento ao Consumidor – SAC (nº 0800 775 0500) e de sua Ouvidoria (nº 0800 777 0900).

**TENHO CIÊNCIA QUE ESTOU
CONTRATANDO UM CARTÃO DE
CRÉDITO CONSIGNADO NAS
CONDIÇÕES ACIMA.**



Local e Data: _____

Assinatura do(a) Cliente: _____





CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

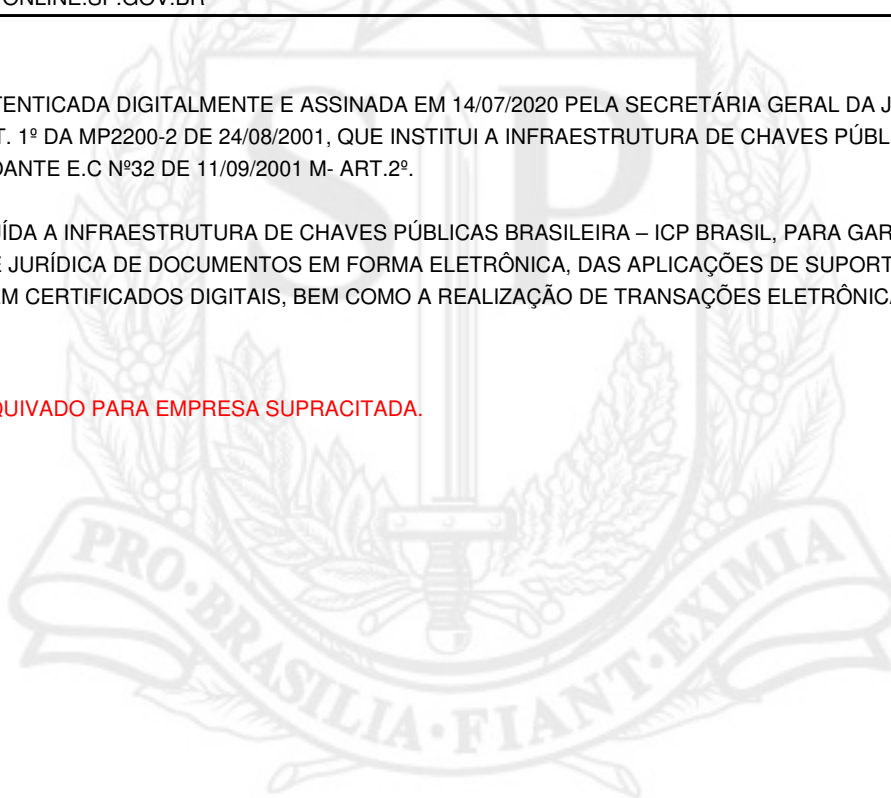
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300524110	CNPJ 62.232.889/0001-90	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 232.092/20-5	DATA DO ARQUIVAMENTO 06/07/2020

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 14/07/2020	HORA DE EXPEDIÇÃO 11:35:25	CÓDIGO DE CONTROLE 136647297
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 14/07/2020 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP PROTOCOLO
0.383.434/20-8

CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027659652-8

DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração de Outras Cláusulas Contratuais/Estatutárias; Consolidação da Matriz; Re - ratificação - Outros;			
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Avenida Paulista	NÚMERO 1793	COMPLEMENTO	CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 62.232.889/0001-90	NIRE - SEDE 3530052411-0	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA (Diretor)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 372,74 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:		DATA: 10/06/2020	

DECLARO SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

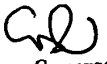
CARIMBO PROTOCOLO JUCESP SEDE Nº 19 ★ 24 JUN 2020 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 2102 (141610)	CARIMBO ANÁLISE 02 JUL 2020 DEFERIDO Glauca Manna dos Santos Vogal RG 27.822.207-9
---	---	--

ANEXOS: () DBE () Procuração () Alvará Judicial () Formal de Partilha () Balanço Patrimonial () Outros	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE () Documentos Pessoais () Laudo de Avaliação () Jornal () Protocolo / Justificação () Certidão	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SEDE ECONÔMICA - JUCESP GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL 232.092/20-5 JUCESP
OBSERVAÇÕES:		

VIDE PROT

4230UT
03 70 20

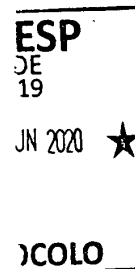
A Turma de Vogal que couber,
trata-se de pendência administrativa/judicial
que, s.m.j., não impede(m) o(s) ato(s)
pretendido(s) desde que em boa ordem
quanto às demais formalidades técnicas
de análise exigíveis para o ato.


Vanessa Anderson Camargo
Assessoria da Presidência
R.G.: 44.656.942-2
26.06.2020

SETOR DE REGISTRO (ATIVIDADES)	
() TRIAR	_____
() DEFERIR DBE	_____
() ETIQUETAR	_____
() PERFURAR	_____
() SEPARAR VIA	_____

26/6
5/3/2020

JUCESP
06 07 20



BANCO DAYCOVAL S.A.

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
30.04.2020**

DATA:

30 de abril de 2020, às 11:30 horas.

LOCAL:

Sede social do Banco Daycoval S.A. ("Companhia"), na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - São Paulo - SP.

PRESENÇA:

Acionistas representando 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social e das ações com direito a voto de emissão da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

MESA:

Presidente: Sasson Dayan.
Secretário: Morris Dayan.

ORDEM DO DIA:

1. Deliberar sobre a rerratificação das deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020;
2. Reformar e consolidar o Estatuto Social para refletir a deliberação acima.

DELIBERAÇÕES:

Após os debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

JUCESP
06 07 20

1. Em virtude do cancelamento do nosso pedido de conversão do registro do Banco como emissor de valores mobiliários da categoria "B" para categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários, retificar a redação da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2020, a fim de tornar sem efeito as deliberações aprovadas nos itens 3 e 4 daquele conclave, que trataram sobre adequação da redação de artigos do estatuto social relacionados à conversão de categoria de emissor de valores mobiliários e à adesão ao Nível 2.

- 1.1. Retificar ainda, a deliberação aprovada no item 5 da referida Assembleia, para fazer constar apenas a alteração dos artigos 6º e 8º Estatuto, os quais passaram a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$3.557.259.798,92** (três bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), dividido em **1.890.672.918** (um bilhão, oitocentas e noventa milhões, seiscentas e setenta e duas mil, novecentas e dezoito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo **1.323.471.042** (um bilhão, trezentas e vinte e três milhões, quatrocentas e setenta e uma mil e quarenta e duas) ações ordinárias e **567.201.876** (quinhentas e sessenta e sete milhões, duzentas e uma mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais.

Artigo 8º - A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

- 1.2. Permanecem ratificadas e inalteradas as demais deliberações aprovadas naquela Assembleia.
2. Para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Estatuto Social, devidamente consolidado, é apensado ao final da presente ata.



JUCESP
06 07 20

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso e, ninguém se manifestando, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e, estando em conformidade, foi assinada por todos os presentes.

41.

São Paulo, 30 de abril de 2020.

Assinaturas:

Presidente: Sasson Dayan

Secretário: Morris Dayan

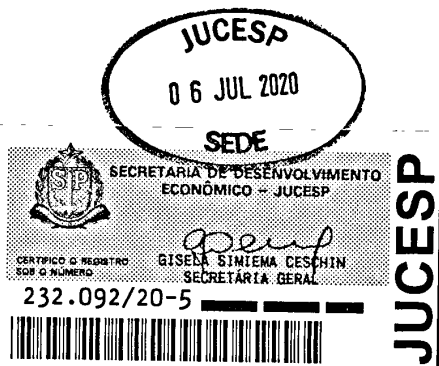
Acionistas: **SASSON DAYAN;**
SALIM DAYAN;
MORRIS DAYAN;
CARLOS MOCHE DAYAN;
RONY DAYAN.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SASSON DAYAN
Presidente


MORRIS DAYAN
Secretário

AGE de 30.04.2020 às 11:30hs.



BANCO DAYCOVAL S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º

BANCO DAYCOVAL S.A. (a “Sociedade” ou “Companhia”) é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º

A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; (ii) instalar, alterar o endereço e suprimir agências, filiais, representações, escritórios, sucursais e outras dependências em qualquer localidade do Brasil ou do Exterior; bem como (iii) nomear representantes ou correspondentes, respeitadas as prescrições legais e normas do Banco Central do Brasil.

Artigo 3º

A Sociedade tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, investimento e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 4º

É vedado à Sociedade adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 01 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil.

Artigo 5º

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.



CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 6º

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R\$3.557.259.798,92** (três bilhões, quinhentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), dividido em **1.890.672.918** (um bilhão, oitocentas e noventa milhões, seiscentas e setenta e duas mil, novecentas e dezoito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo **1.323.471.042** (um bilhão, trezentas e vinte e três milhões, quatrocentas e setenta e uma mil e quarenta e duas) ações ordinárias e **567.201.876** (quinhentas e sessenta e sete milhões, duzentas e uma mil, oitocentas e setenta e seis) ações preferenciais.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º

Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – As ações preferenciais emitidas pela Sociedade asseguram a seus titulares as seguintes vantagens: (a) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

Parágrafo Segundo - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

Artigo 8º

A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.



Parágrafo 1º - O aumento de capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Em caso de aumento de capital decorrente da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, a competência será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Sociedade poderá emitir ações e bônus de subscrição.

Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), arts. 257 e 263, e dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 4º - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Sociedade poderá estabelecer as condições e outorgar opção de compra de ações destinada a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou à sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III ADMINISTRAÇÃO



Artigo 9º

A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Artigo 10º

Os Conselheiros e Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente, após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil. Os Conselheiros poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral e os Diretores pelo Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo Único - Vencido o prazo de seus mandatos, os Conselheiros e os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, caso não tenham sido eles próprios reeleitos.

Artigo 11º

Observado o disposto no Artigo 10 acima, a posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à CVM a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Artigo 12º

A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Sociedade, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13º

O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que indicará dentre eles o Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral determinará pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato unificado de dois anos.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se Conselheiro Independente aquele que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à Sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tiver sido, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não



é funcionário ou administrador de Sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receber outra remuneração da Sociedade além da de Conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Conselheiro que ele próprio designar.

Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada a Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias, para escolher o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 6º - Em caso de vacância em outro cargo do Conselho de Administração, o seu Presidente designará o substituto, observados os preceitos legais e deste Estatuto Social, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros.

Parágrafo 7º - Nos casos de impedimento temporário ou ausência, os Conselheiros serão substituídos entre si, por indicação do Presidente.

Parágrafo 8º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14º

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros, e independente de convocação se todos os seus membros estiverem presentes, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração.

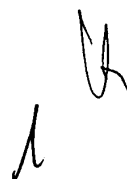
Parágrafo 2º - Nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente terá também o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas as que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 15º

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para verificação do cumprimento de suas determinações;



- b) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembleia Geral Extraordinária;
- c) eleger e destituir Diretores e fixar-lhes as funções;
- d) aprovar a estrutura organizacional da Sociedade;
- e) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual;
- f) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre pagamento ou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- g) aprovar políticas e estratégias operacionais, planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações, investimentos e atividades administrativas;
- h) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- i) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- j) propor o aumento de capital à Assembleia Geral Ordinária e à Assembleia Geral Extraordinária, quando conveniente, pela incorporação de reservas ou por emissão e subscrição de ações;
- k) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente;
- l) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- m) escolher e destituir os auditores independentes;
- n) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- p) nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria;
- q) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Auditoria vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê através de seus relatórios;
- r) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria;
- s) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração;
- t) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e
- u) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.



Artigo 16º

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e
- c) diligenciar para que sejam cumpridas as resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais.

SEÇÃO II DIRETORIA

Artigo 17º

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 20 (vinte) Diretores, sendo de 03 (três) a 05 (cinco) Diretores Executivos e até 15 (quinze) Diretores sem designação especial, destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor.

Parágrafo 2º - Dentre os membros da Diretoria, deverá ser nomeado um Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo 3º - Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente.

Parágrafo 4º - Nos casos de renúncia, morte, ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, e se houver necessidade de substituição, competirá ao Conselho de Administração eleger um novo Diretor para completar o mandato do Diretor substituído.

Artigo 18º

A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de quaisquer de seus Diretores Executivos.



Parágrafo 1º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, devendo, em qualquer hipótese, contar com o voto favorável de pelo menos 2 (dois) Diretores Executivos.

Parágrafo 2º - As deliberações referentes à matéria constante do item “c” do Artigo 19 poderão ser tomadas em reunião de Diretoria com a presença de 2 (dois) Diretores, no mínimo, não sendo necessário o voto de Diretor Executivo.

Parágrafo 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas e assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas e arquivadas no Registro do Comércio, as atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19º

Compete à Diretoria a direção dos negócios da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, cabendo-lhe, além das atribuições legais:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto Social e as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) levantar balanços semestrais, elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e o relatório de administração, bem como assiná-los e publicá-los;
- c) decidir sobre instalação, alteração do endereço ou supressão de filiais, agências, subsidiárias, unidades administrativas e outras dependências, no Brasil e no exterior, deliberando, inclusive, sobre aumento, destaque ou redução do capital das aludidas subsidiárias e/ou dependências;
- d) definir a política administrativa da Sociedade;
- e) deliberar sobre os investimentos, diretos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas e coligadas;
- f) conduzir os negócios e serviços da Sociedade dentro das áreas de atuação atribuídas a cada um de seus membros, particularmente quanto ao planejamento e desenvolvimento, administração, controles e atividades financeiras;
- g) designar e destituir o Ouvidor, nos termos do Capítulo VII abaixo; e
- h) instituir exceções adicionais às previstas no Parágrafo 3º do Artigo 23.



Artigo 20º

Compete aos Diretores sem designação específica desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelos Diretores Executivos, podendo cada um, isoladamente, praticar apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Sociedade.

Artigo 21º

Compete aos Diretores Executivos, agindo isoladamente:

- a) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria; e
- c) orientar as atividades dos Diretores sem designação específica.

Artigo 22º

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Sociedade perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores em que a Sociedade tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Sociedade no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

Artigo 23º

A Sociedade será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, por:

- a) 02 (dois) Diretores Executivos;
- b) 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor sem designação específica;
- c) 01 (um) Diretor Executivo e um procurador com poderes específicos para a prática do ato; ou
- d) 02 (dois) procuradores com poderes específicos para a prática do ato.

Parágrafo 1º - Dependerá sempre da assinatura de 02 (dois) Diretores Executivos, ou de 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) Diretor sem designação específica, a prática dos seguintes atos:

- a) a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens;
- b) a prestação de outras garantias a favor de terceiros, observado o disposto no Parágrafo 2º desse Artigo; e



c) a contratação de empréstimos, financiamentos e captação de recursos em valor igual ou superior a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em moeda nacional, no Brasil e no exterior, inclusive mediante emissão de Notas Promissórias, Letras Financeiras e quaisquer outros títulos e valores mobiliários, desde que não sejam linhas de crédito destinadas a fomentar importação ou exportação ou concedidos por agência, banco ou organismo internacional de fomento e desenvolvimento, os quais podem ser contratados por 02 (dois) procuradores com poderes específicos ou 01(um) procurador com poderes específicos em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo.

Parágrafo 2º - Na concessão de avais, fianças e todas as demais garantias bancárias em favor de terceiros, a Sociedade será representada em conformidade com o disposto no *caput* deste Artigo 23.

Parágrafo 3º - Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador ou um Diretor Executivo:

- a) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações;
- b) nos mandatos com cláusula “ad judícia”; e
- c) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe.

Artigo 24º

Para a constituição de procurador a Sociedade será representada por 02 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente 1 (um) Diretor Executivo, devendo o respectivo instrumento de procuração ter prazo de vigência de até 02 (dois) anos e especificar todos os poderes, atos e operações que poderão ser praticados, observadas as limitações legais e estatutárias.

Parágrafo Único - Para a constituição de procurador com poderes de cláusula “ad judícia” o mandato não terá prazo limite de vigência.

Artigo 25º

É vedada a qualquer dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas da Sociedade, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Sociedade, desde que não contrariem seu objeto social.

Artigo 26º

A alienação ou a constituição de ônus sobre qualquer bem imóvel de uso do patrimônio da Sociedade dependerá de prévia autorização da Diretoria.




CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 27º

A Sociedade terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo 2º - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Artigo 28º

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Sociedade.

Parágrafo Único - Instalado o Conselho Fiscal, em caso de vacância ou de licença de Conselheiro por mais de 2 (dois) meses, será o cargo vacante ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

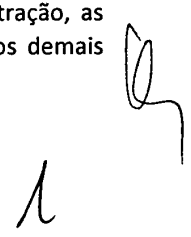
Artigo 29º

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria.

Artigo 30º

A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos da mesa.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, as atividades mencionadas no “caput” deste artigo serão delegadas a um Conselheiro pelos demais membros do Conselho de Administração.



Artigo 31º

As deliberações da Assembleia Geral ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - É permitida a representação do acionista por procurador que seja acionista ou administrador da Sociedade, bem como advogado, desde que o instrumento respectivo tenha sido outorgado há menos de 01 (um) ano.

Parágrafo 2º - O acionista que se fizer representar por procurador deverá, nos 05 (cinco) dias que antecederem a Assembleia Geral, apresentar à Sociedade os documentos necessários ao exame do respectivo instrumento.

CAPÍTULO VI
DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 32º

O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria é indeterminado.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- b) recomendar, à administração da Sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;



- f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- g) recomendar, à Diretoria da Sociedade, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea “h”, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 32º-A

O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo 2º - O Comitê de Remuneração deverá:

- a) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;
- b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Companhia;
- c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da Sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão da Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê de Remuneração ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.



Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 6º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores da Sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade;
- c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- f) Analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o disposto na regulamentação vigente.

Parágrafo 7º - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VII OUVIDORIA

Artigo 33º

A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro da Sociedade, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"), com as seguintes atribuições:



JUCESP
06 07 20

15

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das Instituições do Conglomerado;
- b) atuar como canal de comunicação entre as Instituições do Conglomerado e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- c) informar ao Conselho de Administração da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 34º

As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;
- d) manter o Conselho de Administração da Sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e
- e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 35º

O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34 ou substituí-lo, nos casos de impedimento ou ausência temporária.

Artigo 36º

Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.



Artigo 37º

A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII**EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDO OBRIGATÓRIO****Artigo 38º**

O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á, cada ano, no dia 31 de dezembro. Ao final de cada exercício social, a Diretoria providenciará a elaboração das demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

Artigo 39º

O balanço de todo o ativo e passivo, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Facultativamente, a critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para distribuição de dividendos, no último dia útil de cada mês, desde que observadas as prescrições legais.

Artigo 40º

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais.

Artigo 41º

O lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções referidas no artigo 41 acima, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório;
- c) importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e



- d) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

Artigo 42º

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado na forma do artigo 41 poderá, por proposta do Conselho de Administração, “*ad referendum*” da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros – Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais à Sociedade. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo Único - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas neste artigo 42 e no artigo 41 deverá ser distribuída como dividendos.

Artigo 43º

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas.

Parágrafo 1º - Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação da respectiva ata.

Parágrafo 2º - Revertem em favor da Sociedade os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Artigo 44º

Por deliberação do Conselho de Administração, “*ad referendum*” da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

Parágrafo Único - Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Artigo 45º

A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria e ao Conselho de Administração participação nos lucros, obedecidos os limites legais que lhe forem pertinentes.



CAPÍTULO IX
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 46º

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47º

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e fixar sua remuneração, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 48º

Os Acordos de Acionistas que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle da Sociedade, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.

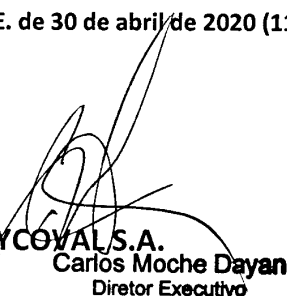
Artigo 49º

Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às instituições financeiras, sendo decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração à luz desses diplomas legais.

Estatuto Social atualizado até a A.G.E. de 30 de abril de 2020 (11:30 horas).



Morris Dayan
Diretor Executivo



BANCO DAYCOVAL S.A.
Carlos Moche Dayan
Diretor Executivo

57



Ofício 11.300/2020-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 172481

São Paulo 9 de junho de 2020.

Ao
Banco Daycoval S.A.
Av. Paulista 1.793
01311-200 São Paulo (SP)

A/C do Senhor
Morris Dayan - Diretor Executivo

Assunto: Retificação de Comunicação de Deferimento de Pleito

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Ofício 10533/2020-BCB/Deorf/GTSP2, de 28 de maio de 2020, que comunicou o deferimento do pleito analisado nos autos do Processo 172481, para retificá-lo:

- 1) onde se lê: “aprovou os assuntos a seguir especificados” leia-se: “aprovou o assunto a seguir especificado”; e
- 2) onde se lê: “a) alteração do capital para R\$2.253.595.560,09 b) reforma estatutária.”, leia-se: “a) reforma estatutária”.

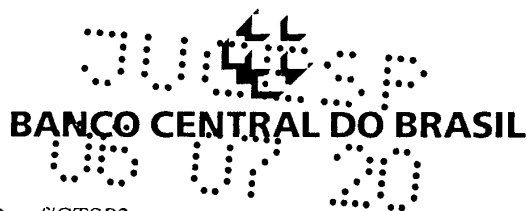
Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo – II

Young Man To
Gerente Técnico

Eduardo de Camargo Schell
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br



Ofício 10533/2020-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 172481

São Paulo, 28 de maio de 2020.

Ao
Banco Daycoval S.A.
Av. Paulista 1.793
01311-200 São Paulo (SP)

A/C do Senhor
Morris Dayan - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 5 de março de 2020 e na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2020:

- a) alteração do capital para R\$2.253.595.560,09
- b) reforma estatutária.

2. Deverá essa sociedade, na próxima reforma estatutária que realizar, corrigir a menção contida no caput do artigo 41: de “artigo 41” para “artigo 40”.

3. Anexamos os estatutos sociais com as alterações aprovadas nos referidos atos societários.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo – II

Young Man To
Gerente Técnico

Eduardo de Camargo Schell
Coordenador



JUCESP

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

Nº DO PROTOCOLO 027659652-8	NIRE 3530052411-0	NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.
--------------------------------	----------------------	---

DESCRIÇÃO Alterar os artigos 6º e 8º do estatuto social.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.383.434/20-8

Relatório da Análise Prévia

- ☉ **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)			
ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Igor Manara Jorge RG 45.992.806-5

Data: 01/07/2020

Ciência Vogais

Gláucia Marina dos Santos
Vogal
RG 27.822.207-9



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

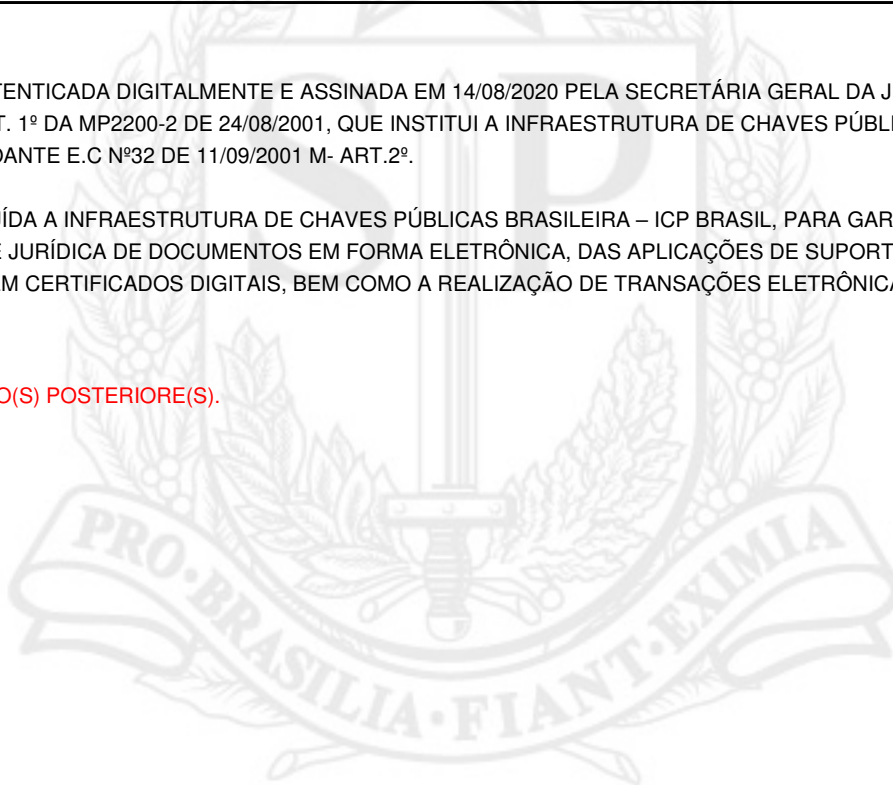
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300524110	CNPJ 62.232.889/0001-90	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 193.248/20-7	DATA DO ARQUIVAMENTO 02/06/2020

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 14/08/2020	HORA DE EXPEDIÇÃO 09:11:14	CÓDIGO DE CONTROLE 138333025
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 14/08/2020 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.283.193/20-7



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027493446-9



DADOS CADASTRAIS

ATO Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Avenida Paulista	NÚMERO 1793	COMPLEMENTO	CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 62.232.889/0001-90	NIRE - SEDE 3530052411-0	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA (Diretor)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 372,74 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:		DATA: 20/04/2020	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE 29.05.20 DEFERIDO Aramis Moutinho Junior RG 11.689.508-1 Vogal
ANEXOS: <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros () Documentos Pessoais () Laudo de Avaliação () Jornal () Protocolo / Justificação () Certidão		ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETARIA GERAL 193.248/20-7
OBSERVAÇÕES:		

Pendência Administrativa: 3.202.007/19-9 pg. 3
Reg.: 235.421/19-0 B.A. = 3.202.007/19-9 pg. 3
Victor 13/05/2020

A Turma de Vogal que couber,
trata-se de pendência administrativa/judicial
que, s.m.j., não impede(m) o(s) ato(s)
pretendido(s) desde que em boa ordem
quanto às demais formalidades técnicas
de análise exigíveis para o ato.

[Assinatura] 15/05/2020
Vivian Faustino Lopes
Assessora Técnica de Registro Público
RG.: 44.138.670-2

ARCA
7/2/22

JUCESP
02 06 20

BANCO DAYCOVAL S/A

CNPJ nº 62.232.889/0001-90
NIRE 35300524110

ESP
DE
6
AI 2020 ★
COLO

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 07.02.2020**

DATA:

07 de fevereiro de 2020, às 16:00 horas.

LOCAL:

Sede social, na Av. Paulista, nº 1793 - São Paulo - SP.

PRESENÇA:

Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

MESA:

Presidente: Sasson Dayan.

Secretário: Morris Dayan.

ORDEM DO DIA:

1. Eleição dos membros da Diretoria e fixação de seu mandato; e
2. Designação do diretor responsável pela função de Relação com Investidores.

DELIBERAÇÕES:

Após os debates, foram aprovadas por unanimidade, as seguintes deliberações:

1. Eleger os membros da Diretoria, com remuneração definida na Assembleia Geral Ordinária de 07 de fevereiro de 2020, a saber:

DIRETORES EXECUTIVOS:

CARLOS MOCHE DAYAN, brasileiro, casado em regime de separação de bens, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 15.315.755-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 252.714.628-70;



MORRIS DAYAN, brasileiro, casado em regime de separação de bens, corretor de valores, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 8.595.549-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 195.131.528-63; e

SALIM DAYAN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 14.516.400-7-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 154.174.598-10.

DIRETORES (SEM DESIGNAÇÃO ESPECIAL):

ALBERT ROUBEN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 12.137.879-2-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 107.342.458-82;

ALEXANDRE TEIXEIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, administrador, residente em Jundiaí-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 17.163.025-7-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 115.748.028-44;

ALEXANDRE RHEIN, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletrônico, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 15.438.237-1-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 088.014.698-29;

MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portadora da C.I. RG. nº 9.399.659-7-SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob nº 977.083.998-15;

NILO CAVARZAN, brasileiro, divorciado, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 5.164.530-0-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 568.088.018-00;



RICARDO GELBAUM, brasileiro, solteiro, economista, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo-SP, portador da C.I. RG. nº 34.908.594-8-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 596.586.907-00;

PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 17.000.803-4-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 162.994.678-86;

EDUARDO CAMPOS RAYMUNDO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 20.071.052-3-SSP - SP e inscrito no CPF/MF sob nº 125.889.498-00;

CLAUDINEI APARECIDO PEDRO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 22.885.373-4-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 125.061.698-06;

ELIE JACQUES MIZRAHI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, bancário, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 27.789.088-3-SSP - SP e inscrito no CPF/MF sob nº 223.532.898-94; e

ERICK WARNER DE CARVALHO, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, residente em São Paulo - SP, com domicílio na Av. Paulista, nº 1793 - Bela Vista - CEP 01311-200 - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 27.820.894-0-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob nº 277.646.538-61.

- 1.1. O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos em Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2022.
- 1.2. Os diretores eleitos apresentaram as declarações de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, à pena que



vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede da sociedade.

- 1.3. Foi esclarecido que os Diretores ora eleitos apresentaram cópias do instrumento de declaração em conformidade com o artigo 2º, da Instrução CVM nº 367, de 29.05.2002.
2. Designar o Diretor Sr. **RICARDO GELBAUM** para o desempenho das funções de Relações com Investidores conforme previsto no § 2º do artigo 17 do Estatuto Social.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.

ASSINATURAS:

Presidente: Sasson Dayan.

Secretário: Morris Dayan.

Membros: **Sasson Dayan**
Morris Dayan
Salim Dayan
Rony Dayan
Gustavo Henrique de Barroso Franco
Sergio Alexandre Figueiredo Clemente.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


SASSON DAYAN
Presidente


MORRIS DAYAN
Secretário



JUCESP

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 8444/2020-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 172479

São Paulo, 15 de abril de 2020.

Ao
Banco Daycoval S.A.
Av. Paulista, 1.793
01311-200 São Paulo (SP)

A/C do Senhor
Morris Dayan - Diretor Executivo

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

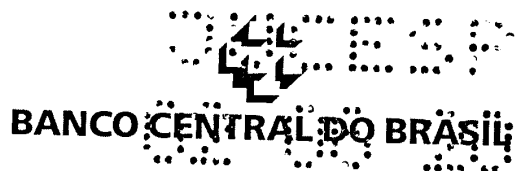
Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 7 de fevereiro de 2020:

- a) Eleição da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que ocorrer após Assembleia Geral Ordinária de 2022:

CPF	Nome	Cargo
252.714.628-70	Carlos Moche Dayan	Diretor Executivo
195.131.528-63	Morris Dayan	
154.174.598-10	Salim Dayan	
107.342.458-82	Albert Rouben	Diretor
088.014.698-29	Alexandre Rhein	
115.748.028-44	Alexandre Teixeira	
125.061.698-06	Claudinei Aparecido Pedro	
125.889.498-00	Eduardo Campos Raymundo	
223.532.898-94	Elie Jacques Mizrahi	
277.646.538-61	Erick Warner de Carvalho	
977.083.998-15	Maria Regina Rodrigues Maciel Nogueira	
568.088.018-00	Nilo Cavarzan	
162.994.678-86	Paulo Augusto Luz Ferreira Saba	
596.586.907-00	Ricardo Gelbaum	

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf, Seção 4.14.70

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br



3. Registramos a inobservância do prazo de quinze dias previsto no artigo 33 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para submeter à aprovação do Banco Central do Brasil os atos de eleição ocorridos na Reunião do Conselho de Administração de 7 de fevereiro de 2020. Esclarecemos que a infração ao dispositivo legal citado sujeita essa instituição, bem como seus administradores, às penalidades previstas em lei.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo – II

Young Man To
Gerente Técnico

Eduardo de Camargo Schell
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725
E-mail: gtsp2.deorf@bcb.gov.br



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 327493446-9	NIRE SEDE 3530052411-0	NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.				
NOME DO INTEGRANTE CARLOS MOCHE DAYAN					IDENTIFICAÇÃO 252.714.628-70	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 15315755	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 08/09/1980	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista					NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE MORRIS DAYAN					IDENTIFICAÇÃO 195.131.528-63	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 8595549	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO 13/12/1934	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA	
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



Ficha Cadastral - Quadro Sociários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE SALIM DAYAN					IDENTIFICAÇÃO 154.174.598-10	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 14516400	DIGITO 7	DATA DE EXPEDIÇÃO 20/01/1994	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista					NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



Ficha Cadastral - Quadro Sociários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE ALBERT ROUBEN						IDENTIFICAÇÃO 107.342.458-82
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 12137879	DIGITO 2	DATA DE EXPEDIÇÃO 06/12/1994	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGO Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE ALEXANDRE TEIXEIRA						IDENTIFICAÇÃO 115.748.028-44	
CNPJ Sem C.N.P.J.		RG/RNE 17163025	DIGITO 7	DATA DE EXPEDIÇÃO 29/01/2009	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO			BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo						UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022							
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							

Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE ALEXANDRE RHEIN						IDENTIFICAÇÃO 088.014.698-29	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 15438237	DIGITO 1	DATA DE EXPEDIÇÃO 20/10/2010	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022							
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							

**Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes**

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE MARIA REGINA RODRIGUES MACIEL NOGUEIRA						IDENTIFICAÇÃO 977.083.998-15
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 9399659	DIGITO 7	DATA DE EXPEDIÇÃO 26/06/2006	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAÍS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE NILO CAVARZAN						IDENTIFICAÇÃO 568.088.018-00	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 5164530	DIGITO 0	DATA DE EXPEDIÇÃO 08/07/2008	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/202?							
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE RICARDO GELBAUM						IDENTIFICAÇÃO 596.586.907-00
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 34908594	DIGITO 8	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/06/1996	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

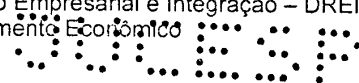
Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes.

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE PAULO AUGUSTO LUZ FERREIRA SABA							IDENTIFICAÇÃO 162.994.678-86
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 17000803	DIGITO 4	DATA DE EXPEDIÇÃO 21/11/2008	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira	
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200	
MUNICIPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil	
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA			
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022							
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9	NIRE SEDE 3530052411-0	NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.				
NOME DO INTEGRANTE EDUARDO CAMPOS RAYMUNDO						IDENTIFICAÇÃO 125.889.498-00
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 20071052	DIGITO 3	DATA DE EXPEDIÇÃO 18/06/2015	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE CLAUDINEI APARECIDO PEDRO						IDENTIFICAÇÃO 125.061.698-06
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 22885373	DIGITO 4	DATA DE EXPEDIÇÃO 14/09/2015	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.		
NOME DO INTEGRANTE ELIE JACQUES MIZHAHI						IDENTIFICAÇÃO 223.532.898-94
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 27789088	DIGITO 3	DATA DE EXPEDIÇÃO 05/10/2013	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO Bela Vista				CEP 01311-200
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027493446-9		NIRE SEDE 3530052411-0		NOME EMPRESARIAL BANCO DAYCOVAL S.A.			
NOME DO INTEGRANTE ERICK WARNER DE CARVALHO						IDENTIFICAÇÃO 277.646.538-61	
CNPJ Sem C.N.P.J.		RG/RNE 27820894	DIGITO 0	DATA DE EXPEDIÇÃO 18/07/2017	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Não Declarada							
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida Paulista						NÚMERO 1793	
COMPLEMENTO			BAIRRO/DISTRITO Bela Vista			CEP 01311-200	
MUNICÍPIO São Paulo						UF SP	PAIS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS Diretor (entrada) Início do Mandato: 07/02/2020 Término do Mandato: 06/02/2022							
REPRESENTADOS NENHUM							
DADOS COMPLEMENTARES							



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.283.193/20-7

Relatório da Análise Prévia

- **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPI, para eventos de constituição inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPI corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Adriana Mangili Bárbara RG 22.523.667-9
Data: 26/05/2020

DEFERIDO

Ciência Vogais

Aramís Moutinho Junior
RG 11.689.508-1
Vogal



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM

SPN2057750903

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
BANCO DAYCOVAL S.A.

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
62.232.889/0001-90

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

DEFERIDO

Aramis Moutinho Junior
RG 11.689.508-1
Vogal

Número de Controle: SP78146158 - 62232889000190

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME
MORRIS DAYAN

CPF
195.131.528-63

LOCAL

DATA
04/05/2020

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 195.131.528-63

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

DEFERIDO DE

São Paulo, 31 de julho de 2022.

AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

OFÍCIO SEI Nº 652/2022/DIRBEN-INSS

Assunto: Apuração de supostas irregularidades no âmbito de contratos de concessão de empréstimos consignados e de operações com cartão de crédito aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do RGPS.

Referência: Processo nº 35014.298353/2022-89

BANCO DAYCOVAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.793, Bela Vista, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 62.232.889/0001-90, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, nos termos do art. 52-A, inciso II, da IN PRES/INSS nº 28/2008 apresentar, tempestivamente¹, sua **DEFESA ADMINISTRATIVA**, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I. DOS FATOS

Trata-se de processo administrativo instaurado com vistas a apurar supostas irregularidades no âmbito de contratos de concessão de empréstimos consignados e de operações com cartão de crédito aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do RGPS.

Assevera que os autos estão instruídos com manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias que tratam de condutas supostamente praticadas pelo DAYCOVAL (as quais serão pormenorizadas a seguir) e que representariam, em tese, violação a dispositivos do Código de Defesa do Consumidor², da IN 28/2008³ e do Acordo de Cooperação Técnica nº. 49/2020⁴, sendo que, se constatadas tais irregularidades, o banco estaria exposto as penalidades previstas pelo artigo 52 da Instrução Normativa retromencionada.

Antes de se adentrar aos esclarecimentos solicitados, imperioso indicar que para alguns processos, identificou-se inconsistências nos números indicados no r. ofício, as quais, serão esclarecidas quando necessário.

¹ O Banco Daycoval foi oficialmente comunicado da instauração deste processo administrativo através do ofício enviado pelo e-mail stadm.dirben@inss.gov.br, na data de 22 de julho de 2022. Foi concedido prazo de 10 dias para apresentar defesa escrita, iniciando-se a contagem no dia 23 de julho de 2022 [Lei nº 9.784/1999, Art. 66, caput]. Sendo assim, o termo final será em 01 de agosto de 2022, portanto, esta defesa é tempestiva.

² Artigos 6º, incisos II e III, 46, 51, incisos IV, XV e §1º, inciso III e 52.

³ Artigos 21 e 21-A

⁴ Cláusula Terceira, § 2º, inciso XIV e XVII

Sendo estes os fatos, o Banco Daycoval, tempestivamente, expõe os fundamentos que comprovam que as alegações de supostas irregularidades que lhe são atribuídas não podem prosperar, conforme restará demonstrado.

II. DAS SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS OPERAÇÕES DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – RMC

Entre os processos indicados no r. ofício, constam 04 demandas judiciais envolvendo o produto **Cartão de Crédito Consignado**, para os quais, segundo ofícios encaminhados pelos MM. Juízos, estaria o Banco Daycoval em possível prática indevida, sendo elas: **i)** ausência de informações, a respeito da sistemática de funcionamento do contrato; **(ii)** ausência de informações, de forma expressa e clara do montante emprestado; **iii)** dos valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário; **iv)** do termo final da quitação da dívida; e **v)** da informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo; **vi)** ausência de utilização do cartão como necessidade de prova para contratação. Portanto, a conclusão judicial é de que o contrato de adesão ao cartão de crédito consignado padece de vícios.

Em termos de organização dos assuntos, considerando que os argumentos de fato e de direito são semelhantes, o Banco fará uma descrição sucinta dos fatos narrados por cada consumidor, bem como um resumo dos fundamentos das decisões que serviram de lastro aos ofícios enviados a este órgão. Após, os esclarecimentos necessários a fim de demonstrar a inexistência de quaisquer dos descumprimentos citados acima serão prestados conjuntamente, pois a questão de mérito é semelhante a todos, sendo desnecessário e contraproducente tecer comentários individualizados para cada um dos casos.

Neste eito, referindo-se às demandas que veiculam tais pretensões, os autos deste processo administrativo foram instruídos com as seguintes ações judiciais:

a) DALVA FERREIRA DOS SANTOS [Processo SEI nº 35000.001089/2019-24]:

Em resumo, conforme descrição que consta na sentença e relatório do acórdão anexado ao referido processo SEI, a consumidora relata que verificou em seu extrato de pagamento que o Daycoval, sem que houvesse qualquer regular solicitação, implementou empréstimo de reserva de margem para cartão de crédito consignado, passando a partir de 11/10/2016, a debitar mensalmente o valor de R\$ 33,88 a título de RMC. Alude sobre ausência de informação e vício de consentimento, pois alega que pretendia e acreditou estar realizando contrato de empréstimo consignado tradicional, mas que ao final verificou tratar-se de cartão de crédito.

Assim, o Banco Daycoval apresentou sua defesa, anexando aos autos: **(a)** arquivo de gravação de contato telefônico como prova da plena ciência da consumidora quanto ao produto/serviço contratado; **(b)** cópia do contrato assinado em 14/10/2016 demonstrando claramente tratar-se de termo de adesão de cartão de crédito consignado; e **(c)** por fim, comprovou a contratação de pré-saque e saque complementar com crédito dos respectivos valores na conta bancária da cliente.

Diante das robustas provas apresentadas pelo Banco, o MM. Juízo de 1º grau julgou IMPROCEDENTES os pedidos da Sr. Dalva, sob o fundamento de que:

(a) comprovada a contratação por meio do termo de adesão o qual é claro sobre a modalidade do produto, contendo autorização expressa de reserva de margem para o pagamento mínimo mensal da fatura;

(b) Declaração da autora que estava ciente da necessidade de pagamento da fatura;

(c) Gravação comprova a ciência da autora a respeito da contratação do produto CARTÃO DE CREDITO CONSIGNADO e utilização do limite de crédito (saques),

(d) dever de informação restou suficientemente atendido, e

(e) não se trata de dívida impagável, pois é possível amortizar, também, com o pagamento da fatura.

Após recurso da autora, sobreveio decisão da 2ª Turma Recursal do DF por meio do voto do Dr. Relator João Luis Fischer Dias, dando provimento parcial ao apelo da consumidora, sob o argumento de suposta violação ao dever de informação pois o banco supostamente não teria informado acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em especial: (a) o montante emprestado, (b) os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, (c) o termo final da quitação da dívida, e (d) se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Portanto, haveria violação aos arts. 6º, II a IV, 46 e 51, IV, todos do CDC.

Com base neste panorama, foi expedido ofício a esta autarquia, para fins do art. 52, incisos I a V da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

b) UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO [Processo SEI nº 35000.001686/2019-59]:

De acordo com os autos do processo SEI em análise, trata-se de demanda judicial onde a consumidora alega que em nenhum momento houve a intenção de contratação de cartão de crédito consignável, nem mesmo a informação pela ré a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC) e que acreditou ter realizado contrato de empréstimo consignado junto a parte Requerida e não um cartão consignado.

A defesa da Instituição levou ao processo, em sua defesa, a: **(a) gravação de desbloqueio** como prova da ciência da consumidora quanto ao produto/serviço contratado; **(b) cópia do contrato assinado em 21/10/2015**, demonstrando que o termo de adesão é claro quanto a modalidade contratada; **(c)** comprovante da solicitação do pré-saque e saque complementar com crédito na conta do cliente.

Sobreveio sentença que, acolhendo parcialmente os pedidos da consumidora, determinou que os descontos fossem suspensos e que os valores já descontados fossem devolvidos a consumidora, além de compensá-la por suposto dano moral sofrido.

O Daycoval, por sua vez, recorreu da referida decisão, sendo proferida decisão pela 2ª Turma Recursal do DF por meio do voto do mesmo Dr. Relator João Luis Fischer Dias, para acolher, em partes, o apelo do Banco para excluir a condenação quanto ao dano moral, bem como permitir a compensação dos valores creditados a consumidora à título de Pré-Saque e Saque Complementar sobre os valores a serem restituídos.

Todavia, de forma estranha, e em afronta ao princípio do *non reformatio in pejus* e sem qualquer requerimento das partes, novamente o mesmo Relator determinou que fosse expedido ofício a este Órgão, pois durante o julgamento do **recurso exclusivo do banco**,

supostamente foram verificadas violações aos Arts. 21-A, da Instrução Normativa nº 28 do INSS. Ou seja, mesmo tratando-se de **contrato firmado em 2015 (anterior a vigência do art. 21-A)** e não bastando a afronta ao princípio do *non reformatio in pejus*, o relator entendeu que o Banco deveria fazer constar no contrato de 2015 as exigências do art. 21-A, que foi inserido na Instrução Normativa **apenas em 2018**, por meio da IN 94, o que por si só demonstra clara violação ao princípio do ato jurídico perfeito e da irretroatividade das normas.

Importante esclarecer que sobre este caso, o Banco Daycoval já prestou anteriores esclarecimentos neste mesmo processo administrativo, quando de sua abertura.

c) SIMONE GONÇALVES DE OLIVEIRA [ID (8228476)] - processo SEI n. 35014013623/2021-19

Neste caso, esclarece inicialmente, um possível erro material do ofício em análise, isto porque, o item 2.4 indica como objeto da reclamação, o processo SEI nº 35014.1.39291/2021-93, cujo ID seria 8228476. Adiante, afirma tratar-se de processo, cujo consumidor que consta no polo ativo do processo seria o Sr. LUIZ CARLOS VALPERES, CPF 294.705.609-49.

Ocorre que, analisando as cópias que instruem este processo administrativo, no ID 8228476 foi localizado processo SEI n. 35014013623/2021-19, referente ao processo judicial nº 0009132-52.2019.8.16.174, de autoria de Simone Gonçalves de Oliveira.

O Processo movido pelo Sr. Luiz Carlos Valperes, CPF: 294.705.609-49 refere-se ao processo SEI nº 35014.211557-2021-32 e será objeto de análise oportunamente. Portanto, neste cenário, o Banco irá se ater a demanda judicial da Sra. Simone, pois é esta informação que consta no ID: 8228476.

Trata-se de processo que tramitou perante o Juizado Especial Cível de União de Vitória/PR, sob nº 0009132-2.2019.0174, em que a parte autora sustentou, em síntese, que a requerida, sem qualquer solicitação, além da concessão do referido empréstimo consignado, providenciou a “Reserva de Margem Consignável” e emitiu um cartão de crédito. De forma contraditória, afirmou também, que a instituição Financeira lhe induziu em erro, eis que acreditava estar contratando empréstimo consignado, mas acabou contratando outra modalidade de crédito consignado, isto é, cartão de crédito consignado.

O Daycoval apresentou defesa, sustentando a validade da operação de crédito, bem como que: **(a)** há **gravação de desbloqueio** como prova da ciência da consumidora quanto ao produto/serviço contratado; **(b)** **cópia do contrato assinado** em 14/03/2016, demonstrando que o termo de adesão é claro quanto a modalidade contratada; **(c)** A utilização do cartão pela consumidora para **realização de compras**, o que por si só demonstra estar a mesma ciente do produto contratado;; **(d)** comprovante de solicitação do pré-saque e saque complementar com crédito na conta do cliente.

Surpreendentemente, mesmo diante de robustas provas, até mesmo a utilização do cartão para realização de **COMPRAS**, sobreveio sentença, para julgar parcialmente os pedidos da autora, sob o fundamento de que o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução, porque ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor. Afirmou que o contrato viola os preceitos do art. 51, IV, XV, § 1º III, § 2º, todos do CDC.

Importante destacar que em seus fundamentos, a MM Juíza Jeane Carla Furlan, do Juizado Especial de Vitoria/PR, reconheceu que as alegações da Autora eram infundadas, diante das provas apresentadas pelo Banco, ou seja, **a Autora sabia ter contratado um cartão consignado, tanto que realizou o desbloqueio do plástico e utilizou-se do cartão até mesmo para compras.**

Assim, determinou-se a expedição de ofício acerca de temas diversos, que em nada se relacionam com as razões de sua procedência, sendo instaurado o processo SEI nº 35014.040937/2021-86 (SEI nº 2908769), o qual, conforme consta, fora inclusive analisado por este órgão e concluindo com a indicação de **não haver** qualquer irregularidade.

d) LUIZ CARLOS VALPERES [Processo SEI nº 35014.211557-2021-32]⁵

Trata-se, em resumo, de ação declaratória a fim de anular o contrato firmado com o Daycoval, sob o argumento de que procurou a instituição financeira para contratar um empréstimo consignado, mas o desconto foi realizado no cartão de crédito.

Em sua defesa, o Banco apresentou **(a) cópia do contrato devidamente assinado pelo autor em 01/12/2016** e com indicação expressa sobre a modalidade de crédito contratada, bem como todas as informações pertinentes ao produto; **(b)** a utilização do limite de crédito através do saque e o comprovante do crédito do referido valor em conta bancária do autor. Ademais, destacou que as alegações do consumidor eram inverossímeis, isto porque, entre a data da contratação e a data do ajuizamento da ação, há um **lapso de mais de três anos**, período em que o autor recebia faturas do cartão e, portanto, não poderia alegar desconhecimento da modalidade contratada.

Em sentença, novamente a MMª Juíza Jeane Carla Furlan, do Juizado Especial de Vitoria/PR assentou que:

(a) não há provas quanto ao vício do consentimento do consumidor quanto a modalidade contratada;

(b) que o consumidor não contesta a assinatura do termo de adesão;

(c) que as cláusulas do contrato foram redigidas de forma clara.

(d) Contudo, diz que ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor. Entende que, desta forma, o negócio jurídico violaria o disposto nos art. 51, IV, XV, § 1º III, § 2º, todos do CDC.

Assim, novamente determinou-se a expedição de ofício a este Órgão, indicando como escopo tema diverso, isto é, que nada se referiu a análise da cláusula contratual citada acima, sendo instaurando o processo SEI nº 35014.211557/2021-32 (SEI nº 4997999) que já foi, inclusive, analisado, concluindo-se **não haver** qualquer irregularidade.

Enfim, são estas as considerações sobre os casos noticiados neste ofício acerca do CRÉDITO CONSIGNADO NA MODALIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, todavia, conforme será adiante demonstrado, em que pese o entendimento dissonante dos Magistrados Jeane Carla Furlan e João Luiz Fischer Dias, a atuação do banco não padece de qualquer irregularidade.

⁵ Remete-se a leitura dos esclarecimentos do item anterior, justificando que o número do processo SEI 35014.211557-2021-32 não é mencionado no ofício, mas apenas o nome do consumidor que está vinculado, equivocadamente, ao processo do ID 8228476.

II.A. PRELIMINARMENTE: DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ACERCA DOS TEMAS TRATADOS NO ITEM “II”. APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI.

Nos termos do art. 1º, da Lei Nº 9.873/199, prescreve em 5 anos, o manejo da ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e **indireta**, no exercício do **poder de polícia**, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da **data da prática do ato**.

Pelo que foi demonstrado, a incursão desta Autarquia no exercício do Poder de polícia, está atrelado a suposta violação ao CDC e a IN/PRES/INSS nº 28/088 referente a negócio jurídico firmado em **2015 e 2016**.

Assim, inobstante a demonstrada inexistência de irregularidades por parte desta Instituição na oferta e formalização das operações acima citadas, considerando que a notificação desta Instituição ocorreu apenas em 22 de julho de 2022, e que não se verifica qualquer das hipóteses de interrupção e/ou suspensão do prazo prescricional, tem-se escoado, portanto, o prazo de 5 anos concedido a esta Autarquia para o exercício do poder de polícia e questões afetas à apuração de supostas irregularidades por parte do Banco Daycoval, amparadas nos citados eventos fáticos.

II.B. BREVE ESCLARECIMENTOS SOBRE O PORDUTO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Caso não seja acolhido o argumento preliminar de prescrição, o que genuinamente não se espera e admite apenas para argumentar, é importante, desde já, antes de se adentrar no mérito dos casos acima, rememorar a diferença entre **empréstimo consignado** e **cartão de crédito com reserva de margem consignável** a fim de que esta premissa seja verdadeiro vetor interpretativo de todos os pontos apresentados nesta defesa.

O **empréstimo consignado** é uma espécie de mútuo feneratício, por meio da qual o consumidor obtém um montante específico, a ser pago por meio de **parcelas pré-fixadas** a serem lançadas em sua folha de pagamento mês a mês até o limite de 30% (trinta por cento). Justamente por isso é **possível e obrigatório que o contrato preveja o valor total, assim com o número de parcelas, a data de início e de fim dos descontos**.

Portanto, nesta modalidade de crédito, é possível as partes, Banco e Consumidor, fixarem todas as premissas de seu relacionamento no momento zero da contratação, tornando-se as condições pactuadas de pagamento termos firmes e rígidos a serem seguidos pelas partes até sua liquidação.

A seu turno, o **cartão de crédito com reserva de margem consignável** (modalidade de contratação objeto deste item da defesa), é - assim como os cartões convencionais - um INSTRUMENTO DE CRÉDITO PÓS-PAGO e NÃO UMA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARCELADA, no qual a Instituição Financeira concede ao Consumidor um limite de crédito **que pode ser utilizado para a realização de compras, transações ou saques, no momento adequado a vontade do Cliente e não necessariamente no momento zero da formalização**. Ou seja, na concessão de um Limite de Crédito é impossível já se estabelecer premissas imediatas a respeito de valores, datas, periodicidade de pagamento e etc.

O limite de crédito pode ser utilizado de acordo com a vontade do consumidor que, além da utilização para compras e pagamentos em geral, também poderá

utilizá-lo por meio do pré-saque⁶, saque complementar⁷, e saque em espécie através de caixa eletrônico conveniado à bandeira do cartão. Importante registrar, no entanto, que o saque em nada se confunde com um empréstimo consignado, sendo apenas uma das modalidades de utilização voluntária do limite de crédito do cartão consignado.

O produto em questão, portanto, tem duas finalidades assim como os cartões de crédito convencionais: saque de valores / compras e/ou pagamento de serviços.

O cartão de crédito consignado é uma operação quase idêntica ao cartão de crédito convencional, com a peculiaridade de que o pagamento mínimo da fatura é consignado de forma automática na folha de pagamento do titular, sistemática essa que se encontra descrita detalhadamente nas cláusulas do contrato firmado pelos consumidores citados acima.

renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vi) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer

Ademais, somente após a utilização do limite de crédito nasce o **DESCONTO MÍNIMO DE RESERVA DE MARGEM** (valor mínimo averbado para garantir o adimplemento mínimo do débito para casos onde o Consumidor opte por não realizar nenhum pagamento via fatura).

Os valores utilizados (como e quando o consumidor quiser), conforme modalidades acima indicadas, **também** integrarão o saldo devedor e serão pagos mediante descontos mensais em folha e/ou quitação das faturas.

Assim, mensalmente, são encaminhadas para o endereço do consumidor, suas faturas indicando o valor Mínimo para desconto via RMC e seu saldo devedor remanescente, fazendo surgir para o titular do contrato três opções para liquidação de seu débito:

- (i) **liquidação total do saldo devedor:** imediata quitação da operação de crédito contratada sem a incidência de novos encargos se o pagamento deste montante ocorrer até o vencimento da fatura;
- (ii) **liquidação parcial do saldo devedor:** havendo pagamento parcial do saldo remanescente, sobre o valor inadimplido incidirão encargos do crédito rotativo (indicados em fatura), sendo que o montante recalculado será apresentado para pagamento no mês seguinte na nova fatura, sendo novamente oportunizado ao Consumidor a liquidação integral e
- (iii) **Pagamento exclusivamente do mínimo:** neste caso o consumidor não realiza qualquer liquidação além do valor mínimo consignado e sobre seu saldo remanescente são acrescidos os encargos

⁶ **Pré-Saque:** Uma das funcionalidades do cartão consignado que permite ao consumidor, no momento da contratação/adesão e antes mesmo do desbloqueio do cartão, solicitar valor, dentro do limite de crédito, que será transferido à conta de titularidade do consumidor

⁷ **Saque complementar:** pode ocorrer a qualquer momento (após a adesão), mediante solicitação do consumidor, cujo valor transferido à conta de titularidade do consumidor

rotativos⁸ expressamente previstos em contrato e na própria fatura. Mesmo que o consumidor não realize nenhum pagamento via fatura, a liquidação de seu débito poderá ser realizada exclusivamente através dos descontos em folha.

O pagamento deste valor mínimo garante ao Consumidor o adimplemento do débito ao longo do tempo, mesmo que não ocorram amortizações por meio de fatura. Porém, sendo vontade do cliente liquidar ou reduzir seu saldo devedor, poderá o mesmo, utilizar-se de sua fatura mensalmente enviada. Assim, **a data de liquidação do saldo fica a critério do Cliente e não do Banco.**

Portanto, a liquidação do crédito utilizado dependerá única e exclusivamente da forma como o consumidor optar por realizar seus pagamentos, sendo esta, uma problemática para que seja pré-estipulado a quantidade de descontos, termo inicial e termo final, pontos específicos apontados pelos Magistrados como suposto abuso desta Instituição.

Ressalte-se, ainda, que o cartão de crédito consignado e a operação de saque, são autorizados pela legislação. A Lei 10.820/2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, prevê no art. 1º a possibilidade de autorizar de forma irrevogável e irretroatável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de cartões de crédito, quando previsto nos respectivos contratos. O do art. 2º, §2º, I, “a” sua vez, prevê a autorização para a efetivação dos descontos permitidos na referida lei está limitada a 5% com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

II.C – DA INFORMAÇÃO CLARA SOBRE A MODALIDADE DE CRÉDITO CONTRATADA E DEMAIS INFORMAÇÕES AOS CONSUMIDORES – ESTRITO CUMPRIMENTO AOS ARTS. 6º, II A IV E ART. 46 DO CDC


Da análise dos documentos que instruem esta defesa, conforme se comprova, os consumidores acima relacionados **ADERIRAM** ao Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval por meio de ASSINATURA do **TERMO DE ADESÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**, cujas informações são **claras e precisas** acerca do produto contratado e suas nuances, o que inclui informações a acerca de valores, taxas e etc. Vejam.

TERMO DE ADESÃO CONTRATO Nº 52-215869/16 01 - DALVA FERREIRA DOS SANTOS:

BancoDaycoval		TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL	
CONTRATO Nº 52-0215869/16_01			
Correspondente no País			
Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA	CNPJ: 02 759 908/0046-00	Telefone:	
Agente GISELE FERREIRA DE O	CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04	CPF: 706.285.481-68
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA	Nº:
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)		Outros Órgãos Públicos()	Empresas Privadas()
Dados Titular:	CPF: 617.801.468-04	Nome: DALVA FERREIRA DOS SANTOS	
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 06/12/1948	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteira
Identidade(RG): 2276966		Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 09/01/1980 / SSP - MG	
Nome da Mãe: HILDA BALBINA FERREIRA		E-mail:	
CEP: 72304520	Endereço Residencial(Rua, Avenida, etc...): QUADRA QS 122 cl 04 lote 01 bl b		Nº: 102

⁸ Além das informações do termo de adesão, o consumidor é informado destas circunstâncias através das Condições Gerais do produto (vide cláusula 10 do documento em anexo)

SOLICITAÇÃO DE PRÉ SAQUE na qual, diferente do que se assevera no r. ofício, consta expressamente informações sobre o **valor solicitado, encargos da operação, tarifas e etc:**

BancoDaycoval		SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
DADOS DO TITULAR			
CPF: 657.801.466-04	Nome: Ubaldo Ferreira dos Santos	Nº Cartão/Proposta: 215 869	
Empregador: INSS		Matrícula: 0831420464	
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco: Itau Unibanco	Nº do Banco: 341	Nº Agência: 03213	Conta-Corrente: 03332-1
TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO			
<p>Declaro, para os devidos fins de direito, estar ciente de que o pagamento da fatura do cartão de crédito deve ocorrer em valor integral, constituindo o pagamento por consignação apenas o valor mínimo da fatura. O não pagamento integral da fatura do cartão de crédito gera encargos rotativos na ordem de _____, ao mês, incidentes sobre o valor não pago. Esse percentual é inferior ao cartão de crédito convencional.</p> <p>Declaro ainda ciência de que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores.</p> <p>Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de crédito do meu Cartão Consignado Daycoval, para a Conta Corrente da minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes a CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa e percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento.</p>			
<p>Valor do Saque*: R\$ 789,20 (_____).</p> <p>Taxa de Juros: 3,36 % a.m. Taxa de Juros: 4,47 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,33 %</p> <p>Tarifa: R\$ 35,00 CET: 4,04 % a.m. CET: 60,89 % a.a.</p> <p>(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.</p>			
<p>Local e Data: Brasília/DF, 31/01/2016</p> <p>Ubaldo Ferreira dos Santos  ASSINATURA</p> <p>ASSINATURA PORTADOR TITULAR:</p>			

TERMO DE ADESÃO CONTRATO Nº 52—009460/15_01 - UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO:

BancoDaycoval		TERMO DE ADESÃO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL	
CONTRATO Nº 52-009460/15_01			
Correspondente no País			
Código/Nome: 011659/IFP-TAGUATINGA	CNPJ: 02.759.908/0046-00	Telefone:	
Agente: SUELY ROSANA OLIVIA		CPF: 666.082.791-91	
CEP: 72015901	Endereço: CSB 02 LOTES 01 A 04	Nº:	
Complemento: SALA 111	Bairro: TAGUATINGA SUL	Cidade: TAGUATINGA	UF:
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X) Outros Órgãos Públicos() Empresas Privadas()			
Dados Titular:	CPF: 096.940.481-68	Nome: UBANILDA DE FERRAZ DE AZEVEDO	
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 11/03/1962	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteira
		Identidade(RG): 850648	Data Emissão / Órgão Expedidor - UF: 13/12/2013 / SSP - DF
Nome da Mãe: FRANCISCA LUZIA DE AZEVEDO			E-mail:

SOLICITAÇÃO DE PRÉ SAQUE na qual, diferente do que se assevera no r. ofício, consta expressamente informações sobre o **valor solicitado, encargos da operação, tarifas e etc:**



BancoDaycoval				SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
DADOS DO TITULAR					
CPF:	Nome:		Nº Cartão/Proposta:		
096.940.981-68	Ubaldino de F. de Aguiar		94260		
Empregador:			Matrícula:		
INSS			1282045900		
DADOS BANCÁRIOS					
Nome do Banco:	Nº do Banco	Nº Agência	Conta Corrente		
Banco de Brasília	0070	00093	093121343-7		
<p>Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretirável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;</p>					
<p>Valor do Saque: R\$ <u>2.740,00</u> ()</p> <p>Taxa de Juros: <u>3,06</u> % a.m. Taxa de Juros: <u>44,30</u> % a.a. IOF Diário: <u>0,00</u> % a.d. IOF Adicional: <u>0,38</u> %</p> <p>Tarifa: R\$ <u>15,00</u> CET: <u>3,74</u> % a.m. CET: <u>55,33</u> % a.a.</p> <p>(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.</p>					
Local e Data: <u>Brasília, 21/10/2015</u>					
 ASSINATURA PORTADOR TITULAR					ASSINATURA

TERMO DE ADESAO CONTRATO Nº 52-016168001/16 – SIMONE GONÇALVES DE OLIVEIRA:

BancoDaycoval		TERMO DE ADESAO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL	
CONTRATO Nº 52-0161683001/16			
Correspondente no País			
Código/Nome: 004128/JOSE DARCI SCHPIL	CNPJ: 07.367.278/0001-40		Telefone:
Agente: JOSE DARCI SCHPIL			CPF: 853.672.499-49
CEP: 64600000	Endereço: RUA FLORIANO PEIXOTO 180		Nº:
Complemento: SALA 40	Bairro: CENTRO	Cidade: UNIAO DA VITORIA	UF:
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X) Outros Órgãos Públicos() Empresas Privadas()			
Dados Titular: CPF: 021.233.779-37 Nome: SIMONE GONÇALVES DE OLIVEIRA			
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 14/10/1969	Sexo: Feminino	Estado Civil: Solteiro
Identidade(RG): 45242099		Data Emissão / Órgão Expeditor - UF: 27/12/1985 / SSP - PR	
Nome da Mãe: AURETE KLUG DE OLIVEIRA			E-mail

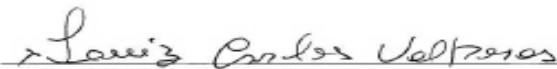

SOLICITAÇÃO DE PRÉ SAQUE na qual, diferente do que se assevera no r. ofício, consta expressamente informações sobre o **valor solicitado, encargos da operação, tarifas e etc:**

BancoDaycoval		SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
DADOS DO TITULAR			
CPF: 024.233.749-37	Nome: Simone Gonçalves de Oliveira	Nº Cartão/Proposta: 161683	
Empregador: INSS		Matrícula: 4380504365	
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco: Banco Santander	Nº do Banco: 0033	Nº Agência: 01296	Conta-Corrente: 004005779-3
<p>Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval, para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;</p>			
<p>Valor do Saque*: R\$ 1.329,00 (_____).</p> <p>Taxa de Juros: 3,36 % a.m. Taxa de Juros: 49,49 % a.a. IOF Diário: 0,002 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %</p> <p>Tarifa: R\$ 15,00 CET: 4,04 % a.m. CET: 60,90 % a.a.</p> <p>(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.</p>			
Local e Data: União da Vitória/PR, 14/03/2016			
<p><i>Simone Gonçalves de Oliveira</i></p> <p>ASSINATURA PORTADOR TITULAR:</p>			<p>ASSINATURA</p>

TERMO DE ADESAO CONTRATO Nº 52-022141/16_01 – LUIZ CARLOS VALPERES:

BancoDaycoval		TERMO DE ADESAO AS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL	
CONTRATO Nº 52-0221441/16_01			
Correspondente no País			
Código/Nome: 004128/JOSE DARCI SCHPIL	CNPJ: 07.367.278/0001-40	Telefone:	
Agente: JOSÉ DARCI SCHPIL	CPF: 853.672.499-49		
CEP: 84600000	Endereço: RUA FLORIANO PEIXOTO 180	Nº:	
Complemento: SALA 40	Bairro: CENTRO	Cidade: UNIAO DA VITORIA	UF:
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)	Outros Órgãos Públicos()	Empresas Privadas()	
Dados Titular: CPF: 294.705.609-49	Nome: LUIZ CARLOS VALPERES		
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 03/06/1945	Sexo: Masculino	Estado Civil: Solteiro
	Identidade(RG): 1347085	Data Emissão / Órgão Expeditor - UF	26/11/1974 / SSP - PR

SOLICITAÇÃO DE PRÉ SAQUE na qual, diferente do que se assevera no r. ofício, consta expressamente informações sobre o **valor solicitado, encargos da operação, tarifas e etc:**

BancoDaycoval			
SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO			
DADOS DO TITULAR			
CPF: 294.705.609-49	Nome: Luiz Carlos Valpeiras	Nº Cartão/Proposta: 223443	
Empregador: INSS	Matrícula: 1069430422		
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco: Caixa Econômica Federal	Nº do Banco: 0104	Nº Agência: 00422	Conta-Corrente: 00040643-6
Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretratável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.			
Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;			
Valor do Saque*: R\$ 2.064,60 (_____).			
Taxa de Juros: 3,36 % a.m. Taxa de Juros: 4,49 % a.a. IOF Diário: 0,0082 % a.d. IOF Adicional: 0,38 %			
Tarifa: R\$ 15,00 CET: 4,03 % a.m. CET: 69,61 % a.a.			
(*) O valor do saque está condicionado ao limite de crédito disponível e/ou concedido, podendo o valor do saque ser inferior ao valor solicitado.			
Local e Data: União da Vitória/PR - 03/12/2016			
 ASSINATURA PORTADOR TITULAR:			 ASSINATURA

Não obstante, o Banco Recorrido ainda se preocupa em constar ao longo do Termo de Adesão diversas remissões a nomenclatura "CARTÃO CONSIGNADO":

ADESÃO
<p>1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/08/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.</p> <p>2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, a constituir reserva de margem consignável de até <u>5% (cinco)</u> de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.823/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.</p> <p>3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval") no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizados na forma da alínea "ii" acima (registros esses que serão noticiados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador.</p> <p>Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).</p>

Mesmo com leitura superficial dos Termos de Adesão acima ilustrado [Docs anexos], facilmente conclui-se que o Banco teve toda a cautela em fazer constar informações **visivelmente claras** de que o produto contratado era **CARTÃO CONSIGNADO** e não empréstimo consignado, assim como, prestou todas as informações atinentes às operações de pré-saque que foram realizadas quando da adesão ao produto.

Restou provado que o Banco Daycoval observou rigorosamente e de forma expressa e eficaz o direito de informação do consumidor com o cuidado ou a preocupação de que os dados e demais elementos informativos estivessem devidamente entendidos pelos destinatários, e não somente por indicá-los genericamente, pois o produto é reiteradamente destacado na minuta contratual, não sendo possível invocar qualquer abusividade ou dúvida, o que inclusive levou ao decreto de improcedência do processo SEI nº 35014.040937/2021-86 (SEI nº 2908769) e processo SEI nº 35014.211557/2021-32 (SEI nº 4997999), invocados como supedâneo no ofício sob resposta.

Merece relevo entendimento jurisprudencial:

“O direito à informação visa a assegurar ao consumidor uma escolha consciente, permitindo que suas expectativas em relação ao produto ou serviço sejam de fato atingidas, manifestando o que vem sendo denominado de consentimento informado ou vontade qualificada”(REsp 1.121.275/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 27/03/2012, DJe 17/04/2012).

Assim, conforme se comprova, em todo os casos, os consumidores assinaram os respectivos **TERMOS DE ADESÃO**, os quais, constam em seu cabeçalho indicação expressa e em destaque sobre o tipo de produto: **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO**, onde o próprio consumidor declara e autoriza os itens abaixo, não havendo que se cogitar o argumento de ausência de informação clara a respeito do produto ofertado e contratado por estes consumidores.

1. Leitura e Recebimento das Condições Gerais do Cartão de Crédito⁹;
2. Ciência dos termos do Convênio firmado entre o Banco Daycoval e o Órgão Averbador¹⁰;
3. **Autorização para reserva de margem (RMC), só existente em contratos de cartão de crédito¹¹;**

VII – OUTRAS DECLARAÇÕES: Declaro estar ciente e concordar que:

⁹ VII (ii) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais;

VII (iii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do DAYCOVAL no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br

¹⁰ VII (v) conheço os termos do convênio firmado pelo DAYCOVAL e a Entidade/Empresa Averbadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito, para amortização do saldo devedor do cartão;

¹¹ IV – AUTORIZAÇÃO PARA RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL: Autorizo o Banco Daycoval S/A (“DAYCOVAL”), neste ato, de forma irrevogável e irretroatável, a constituir reserva de margem consignável de até **X,XX** de minha remuneração, nos termos da legislação e convênio aplicáveis, para os pagamentos mínimos mensais da(s) fatura(s) do Cartão de Crédito Consignado do DAYCOVAL (“Cartão”) de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de Cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.

4. Ciência de que a RMC será utilizada apenas para pagamento mínimo da fatura e que o pagamento integral do débito poderá ser realizado através da fatura mensalmente recebida ¹².

O referido termo de adesão é um documento de apenas 1 (uma) folha, escrito em linguagem simples, transparente, objetiva e de fácil compreensão, no qual, também consta expressamente, a **forma de pagamento de eventual saldo devedor do cartão**, isto é, o banco deixou claro e evidenciado que o valor consignado em remuneração seria destinado a liquidação do valor mínimo da fatura do “Cartão”, o que afasta qualquer dubiedade sobre o produto e sua forma de liquidação:

renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer

Ademais, estes consumidores receberam mensalmente suas FATURAS, as quais contêm todas as informações sobre a composição do saldo devedor, encargos incidentes caso opte o Cliente pelo pagamento parcial do débito e financiamento do saldo devedor remanescente.

Além disso, nos termos da cláusula 13ª das Condições Gerais do cartão, há completude de informações quanto aos encargos que incidem sobre a operação, não havendo dúvidas de que **todas as informações constam nos documentos** que instrumentalizam a adesão ao produto, o que ilide qualquer abusividade ou atuação irregular por parte do Banco Daycoval.

E como se todas as provas acima não bastassem para comprovar de forma irrefutável a ciência dos consumidores a respeito da contratação de cartão de crédito consignado, há, ainda, nos casos da Sras. Dalva e Ubanilda **GRAVAÇÕES** que não deixam dúvidas quanto a plena ciência acerca do produto contratado e no caso da **SRA. SIMONE**, houve, além da **GRAVAÇÃO**, realização de **COMPRAS**, corroborando o argumento de que não houve vício de consentimento por suposta falta de informação.

Nome	Data da Transação	Compra	D/C	Valor(R\$)
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	20/12/2017	MERCADO ORLANDO .UNIA	D	R\$ 33,92
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	21/12/2017	MERCADO ORLANDO .UNIA	D	R\$ 9,49
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	22/12/2017	SACOLAO MARECHAL .UNIA	D	R\$ 8,55
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	22/12/2017	23760860000129 .UNIA	D	R\$ 11,00
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC01/04	D	R\$ 46,25
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	MAIS ECONOMICAPARC01/02	D	R\$ 25,98
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	ENCANTU S PRESPARC01/02	D	R\$ 42,50
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	ROBERTO CARLOS STANG .UNIA	D	R\$ 39,00
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	29/12/2017	MERCADO ORLANDO .UNIA	D	R\$ 8,62
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	18/01/2018	23760860000129 .UNIA	D	R\$ 11,00

¹² VII (vi) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado na fatura do Cartão, obrigando-me, no caso de opção pelo pagamento integral, a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável;

VII (vii) o saldo devedor do Cartão pode ser pago, antecipadamente, pelo montante total ou parcial, por meio de boleto, que acompanha a fatura mensal, na rede bancária. A amortização do pagamento mínimo da fatura ocorrerá por meio de desconto em folha de pagamento;

SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	19/01/2018	23760860000129 .UNIA	D	R\$ 11,00
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC02/04	D	R\$ 46,23
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	ENCANTU S PRESPARC02/02	D	R\$ 42,50
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	MAIS ECONOMICAPARC02/02	D	R\$ 25,98
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	22/01/2018	23760860000129 .UNIA	D	R\$ 11,00
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC03/04	D	R\$ 46,23
SIMONE GONCALVES DE OLIVEIRA	23/12/2017	LOJAO DO KEIMAPARC04/04	D	R\$ 46,23

Assim, em que pese um dos r. ofícios encaminhados a este Órgão apontarem pelo descumprimento do art. 6º, II a IV e art. 46 do CDC, resta demonstrado que tal afirmação não condiz com as provas apresentadas por esta Instituição nos autos dos processos judiciais e também nestes autos.

Neste sentido, importante lembrar que, para o mesmo caso onde fora expedido ofício a este órgão com o referido apontamento, em primeira instância, a compreensão sobre os documentos apresentados pelo Banco fora COMPLETAMENTE dissonante da Turma Recursal, sendo o MM. Juízo expresso em afirmar que pela **inexistência de quaisquer vícios de formalização e principalmente informação** no tocante ao conhecimento da Sr. Dalva a respeito do tipo de produto contratado.

Da análise dos autos, vejo que razão não assiste à requerente, pois o documento juntado no ID 23629457, pág. 1, comprova que as partes celebraram "Termo de Adesão as condições gerais de emissão e utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval", com autorização para constituição de reserva de margem consignável de até 5% de sua remuneração para pagamento mínimo mensal da fatura do cartão de crédito consignado do banco réu. Também há declaração expressa de ciência da autora a respeito do pagamento da fatura do cartão de crédito a ser realizado em seu valor integral, pois a consignação consiste

Num. 24467850 - Pág.

apenas no pagamento do valor mínimo da fatura, conforme documento de ID 23629457, pág. 2, o qual especifica o valor do saque e as taxas de juros, IOF e tarifas aplicadas.

Além disso, merece registro que no áudio juntado no ID 23629430 há gravação entre a preposta da ré e a autora, quando foram feitas confirmações para liberação do cartão de crédito consignado com valor de pré-saque que a cliente solicitou ao banco, e ao final a requerente manifesta concordância e confirma a aprovação do saque através do cartão de crédito do banco réu, o que está de acordo com os documentos de ID 23629457 e faturas de ID 23629467.

Assim, os documentos acostados pelo promovido atestam a ciência inequívoca da demandante a respeito do contrato celebrado e sua finalidade, de modo que o dever de informação restou suficientemente atendido, restando assim comprovada a regular contratação, na qual a quantia foi disponibilizada à requerente, e está sendo descontado o valor mínimo do seu benefício. Ademais, não prospera a alegação de que a modalidade de contrato firmado entre as partes é abusiva por tornar a dívida impagável, porquanto a autora pode utilizar a fatura mensal para amortizar a dívida, pagando qualquer valor entre o mínimo já descontado e o total do débito, até a data do vencimento. Nessa esteira:

Também para os consumidores Luiz Carlos Valperes e Simone Gonçalves de Oliveira, em que pese o entendimento da Juíza sobre a cláusula de descontos via RMC, o que será melhor abordado a seguir, esta mesma Juíza não deixou de fixar que os documentos apresentados pelo Banco **demonstravam de forma clara a ciência dos Autores a respeito do produto contrato.**

O fato de acreditar estar firmando contrato de empréstimo consignado propriamente dito e posteriormente constatar que a cobrança se opera pelo desconto de fatura mínima junto a cartão de crédito consignado não invalida o negócio jurídico expressamente admitido por lei e com cláusulas redigidas de forma compreensível.

Além disso, em momento algum a autora questionou a veracidade da assinatura aposta no contrato ou negou o recebimento do crédito, evidenciando, assim, a sua expressa adesão ao contratado. Há prova de que o banco efetuou o depósito em favor da autora no valor de R\$1.329,00 (seq. 26.2- fl. 18) e R\$ 315,00 (seq. 26.2- fl.22).

Afirma a autora que solicitou o desbloqueio do cartão de crédito para uso pessoal, contudo não sabia que o empréstimo consignado fora realizado nesta modalidade. Assim, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução porque ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor.

Desta forma, por todos os ângulos que se aprecie, não há como se olvidar eventual descumprimento por parte desta Instituição Financeira no tocante as disposições do Código de Defesa do Consumidor, principalmente no tocante aos artigos 6º e 46, posto ter o Banco Daycoval diversos cuidados e prerrogativas a fim de assegurar aos seus Clientes a modalidade do produto contratado, bem como, todas as suas regras de funcionamento, incluindo meios de pagamento, de forma que toda contratação firmada seja feita de forma transparente, consciente, clara e de acordo com a plena vontade e liberdade de escolha do Consumidor, mediante informações claras e adequadas sobre o produto contratado.

II.D – DA NATUREZA JURÍDICA DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. MODALIDADE DE CRÉDITO QUE NÃO SE CONFUNDE COM O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INTERPRETAÇÃO QUANTO A APLICAÇÃO DO ART. 21 DA IN/PRES/INSS Nº 28/2008 E ART. 52 DO CDC NOS ANOS DE 2015 E 2016 e DO CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. DAS FORMAS DE PAGAMENTO DO SALDO DEVEDOR ADVINDO DO USO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. MODIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS COM O ADVENTO DA IN/PRES/INSS Nº 94 E 100 DE 2018.

O segundo ponto indicado pelos r. ofícios direcionados a este Órgão para apontar descumprimento de normas por parte desta Instituição diz respeito ao disposto no artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, e art.21 da Instrução Normativa PRES/INSS nº 28 de 2008, bem como das alterações ocorridas em 2018 que incluíram na referida Instrução Normativa, o art. 21-A, hoje vigente nos termos da IN/PRES/INSS Nº 100/2018, os quais, não são de desconhecimento do Banco Daycoval, nas operações vigentes.

Vale lembrar que os referidos ofícios são oriundos das decisões proferidas pelos Juízes Jeane Carla Furlan e João Luiz Fischer Dias em 11/2020, 06/2021, 05/2019 e 03/2019, ou seja, períodos bastante posteriores a data de formalização das operações acima (2015 e 2016) e já na vigência das disposições da IN94 e IN100.

Assim, preliminarmente, imperioso entender que o cenário de regulamentações que se verifica nos dias atuais, com a introdução da IN94 e IN100 não existia nos anos de 2015 e 2016 [data em que foram celebrados os contratos citados anteriormente], razão pela qual, a interpretação das normas e a sua aplicação eram pautados sobre as premissas vigentes à época, as quais no tocante a compreensão das disposições do art. 21 da IN28 comungavam do entendimento de que referido artigo aplicar-se-ia naquilo que seria pertinente

a cada uma das operações de acordo com a modalidade de contrato (empréstimo ou cartão consignado).

Assim, para que haja uma melhor compreensão acerca deste entendimento, é imprescindível esclarecer, mais uma vez, as principais diferenças entre o empréstimo consignado e o cartão de crédito consignado, pois só assim se descortina as incoerências de determinadas exigências ao contrato de cartão de crédito consignado e imputações objeto da presente defesa.

No empréstimo consignado, a concessão do crédito em conta é automática à contratação, já no cartão consignado, a utilização do crédito é uma OPÇÃO do consumidor, a qual poderá ser feita a qualquer tempo e não obrigatoriamente no momento da adesão. Uma vez aderido ao cartão, ao contrário do empréstimo, não há obrigatoriedade de utilização imediata do crédito, podendo ser exercido no tempo de sua necessidade.

Outrossim, o limite de crédito pode ser utilizado nas mais diversas funcionalidades do cartão, como: Compras, pagamento de serviços, saque em caixas eletrônicos, pré saque e saque complementar.

E fato que o **cartão de crédito consignado** - assim como os cartões convencionais - é um **INSTRUMENTO DE CRÉDITO PÓS-PAGO** e **NÃO É UMA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PARCELADA**, pois a utilização do limite de crédito em um determinado período deverá ser liquidada pelo consumidor mediante pagamento integral da fatura na data de seu vencimento, sendo o parcelamento do saldo devedor uma excepcionalidade e não a regra deste produto.

E mais, diferentemente dos **EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS**, cuja natureza jurídica é de **CONTRATO EM CURSO DE EXECUÇÃO** - onde as partes compactuam determinada operação de mútuo feneratício mediante o PAGAMENTO EM PARCELAS, **nos CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO POR CONSIGNAÇÃO**, a operação renova-se mês-a-mês, ou seja, ostenta natureza jurídica de **CONTRATO EM CURSO DE FORMAÇÃO**. Assim, nos contratos de cartão, o desconto em folha tem como objetivo a amortização de saldo devedor de fatura [pagamento do mínimo da fatura], cujo exercício encerra-se a cada mês. Portanto, não se trata de negócio jurídico de pagamento em parcelas.

Nesta dinâmica, esclarece-se que a liquidação do saldo devedor é integralmente controlada pelo próprio cliente, o qual compete fazer a melhor opção de acordo com sua situação financeira. Logo, para liquidação do saldo devedor ao consumidor é ofertado **TRÊS OPCÕES**:

- i. Pagar além do mínimo via desconto em seus proventos, a integralidade do saldo remanescente da fatura e extinguir toda a dívida;
- ii. Pagar, além do mínimo via desconto em seus proventos, valor parcial do saldo remanescente, reduzindo assim o tempo para liquidação integral do débito;
- iii. Aguardar a liquidação do saldo devedor apenas pelos descontos consignados, o que é plenamente possível.

- i) porque a utilização do limite de crédito é uma decisão do consumidor e que, diferentemente do contrato de empréstimo, a utilização do crédito não é automática, podendo ocorrer a qualquer tempo, a critério do consumidor;
- ii) mesmo nos casos em que há saque na mesma data da adesão, poderá, o consumidor utilizar-se de seu limite para compras à vista ou parceladas e/ou saques complementares o que acarretará na alteração constante de seu saldo devedor e consequentemente maior tempo para liquidação se exclusivamente via desconto em folha.
- iii) a forma de pagamento do saldo devedor depende única e exclusivamente da vontade e condições financeiras do consumidor, o qual pode optar em liquidação imediata, ou seja, na próxima fatura ou amortizações parciais e por fim, não sendo possível fazer nenhum aporte via fatura, permanecer com os descontos via RMC até sua liquidação natural, a qual, é matematicamente factível.

Assim, exigir a indicação expressa no momento da adesão do número e periodicidade de prestações, bem como, data início e fim para descontos para o produto de Cartão de Crédito Consignado, o qual, conforme visto, **não impõe ao consumidor a obrigatoriedade de uso imediato de seu limite de crédito** de forma integral com a proibição de novas utilizações (única situação em que seria possível se fixar tais premissas de forma hígida e imutável), depõe contra a própria natureza jurídica do produto, desnaturando-o e transformando-o em um verdadeiro empréstimo consignado, mas com margem consignável de 5% e não de 30/35%.

Por esta perspectiva, a previsão de margem exclusiva para **amortização** do saldo devedor do cartão (5%) restaria inócua, pois deixaria o produto de ser um limite de crédito a ser utilizado de acordo com a necessidade do consumidor para voltar a ser tão somente a concessão de crédito (dinheiro) no ato da contratação, estabelecendo-se naquele momento todas as premissas fixas e imutáveis para sua liquidação, o que por obvio transmutaria o produto em EMPRÉSTIMO CONSIGNADO e não mais em um CARTÃO DE CRÉDITO.

Se esta fosse a intenção do legislador, bastaria tão somente aumentar a margem do empréstimo em mais 5%, sem a necessidade de se criar um novo produto com diversas nuances e regulamentações específicas, que não se acredita, e não se aplica in casu.

Por isso, não há que falar em **número de parcelas para o cartão consignado**. O valor do limite de crédito utilizado em um dado período é para pagamento a vista, ficando à mercê do consumidor optar pela liquidação do saldo devedor ou financiar o remanescente na modalidade de crédito rotativo, exatamente como no cartão de crédito convencional.

Pois bem, quando da formalização dos contratos com os consumidores descritos anteriormente (2015 e 2016), **as previsões existentes à época permitiam por parte do fornecedor, a interpretação acerca da aplicabilidade ou não de determinada exigência para determinado produto**, ou seja, a interpretação da norma perpassava pela análise da **compatibilidade** da disposição legal e normativa com a natureza jurídica do crédito ofertado.

Até 2016, as previsões normativas então existentes (art. 52, CDC e Art. 21 da IN/PRES/INSS nº 28/2008) regulamentavam contratos de outorga de crédito em um contexto geral e amplo, isto é, não previam requisitos específicos para essa ou aquela modalidade de crédito. As exigências eram tratadas conjuntamente.

Na ocasião, o mercado (porque todas as instituições financeiras operavam da mesma forma) aplicava as disposições do art. 52, CDC e Art. 21 da IN/PRES/INSS nº 28/2008 aos contratos de outorga de crédito naquilo que era compatível e possível de conformação com a natureza da modalidade de crédito e suas nuances.

Por exemplo:

- a) Ao **empréstimo consignado**, que é um contrato, cuja concessão do crédito em conta é automática à contratação, por meio da qual o consumidor obtém um montante específico, a ser pago por meio de parcelas pré-fixadas era plenamente possível e obrigatório que o contrato previsse o valor total com e sem juros, taxas, acréscimos, assim com o valor e número de parcelas, periodicidade, data de início e de fim dos descontos. Ou seja, todos os itens indicados no art. 21 da IN28;
- b) No **cartão de crédito consignado**, por sua vez, considerando que a utilização do crédito é uma OPÇÃO do consumidor, a qual poderá ser feita a qualquer tempo e não obrigatoriamente no momento da adesão e de acordo com os valores desejados até o limite do crédito, mas não obrigatoriamente no valor total do limite, além da possibilidade de utilizações contínuas para Compras, pagamento de serviços, saque em caixas eletrônicos, pré saque e saque complementar, não havia possibilidade de se prever informações híbridas e imutáveis tais como, valor total com e sem juros, o número de parcelas, a data de início e de fim dos descontos junto a formalização da operação.

Assim, repita-se, neste ambiente, as instituições financeiras, interpretando às normas vigentes à época, aplicavam as disposições do art. 52 CDC e art. 21 da IN28 a partir da compatibilidade da exigência legal com a modalidade de crédito contratada, já que as normas se referiam, de forma ampla, tanto as operações de empréstimo como operações de cartão.

Contudo, **em 2018** (data posterior as adesões impugnadas), o Poder Judiciário, o mercado e o próprio INSS, verificando a necessidade de melhor regulamentação especificamente sobre o cartão de crédito consignado, alteraram o cenário normativo até então vigente.

Foi nesta época [2018] que o tratamento do Cartão de Crédito consignado sofreu significativas alterações, primeiro, com o advento da IN/PRES/INSS nº 94, que introduziu o artigo 21-A à IN/PRES/INSS nº 28/2008 e, posteriormente, com o advento da IN/PRES/INSS nº 100, que revogou a IN/PRES/INSS nº 94, e mais recentemente, com alterações realizadas pela IN/PRES/INSS nº 134/2022.

O art. 21-A da IN/PRES/INSS nº 28 de 2018, **com vigência a partir de 2018**, notando a lacuna do art. 21 da IN/PRES/INSS nº 28 de 2018 e do art. 52 do CDC e roborando com

a ideia de dubiedade e ampla margem de interpretação pelos fornecedores acerca do que aplicar ou não a cada modalidade de crédito, tratou de disciplinar, **especificamente**, os **requisitos do contrato de cartão de crédito consignado**, fazendo constar, de modo expresso, que suas disposições são direcionadas a **esta modalidade de crédito**, vejamos:

Art. 21-A. Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da **celebração de contratos de Cartão de Crédito ou Cartão Consignado de Benefício com RMC**, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterà, necessariamente: (Redação do caput dada pela Instrução Normativa INSS Nº 134 DE 22/06/2022). (grifamos)

O raciocínio é simples: se o texto do art. 21 da IN/PRES/INSS nº 28 de 2008 e do art. 52, do CDC fossem específicos a ponto de não permitir interpretação legítima quanto a aplicação de seus dispositivos **de acordo com natureza da modalidade de crédito contratada** [isto é, aplica-se as disposições no que couber ao empréstimos e no que couber ao cartão consignado], não haveria necessidade da introdução do Art.21-A que, conforme já esclarecido, passou a disciplinar e expor exigências **específicas aos contratos de cartão de crédito consignado**.

A IN/PRES/INSS nº 94 que consolidou a introdução da nova disposição à IN/PRES/INSS nº 28 de 2008 apenas confirma que, até o momento de início de sua vigência, o conteúdo normativo então existente não se aplicava, integralmente, a modalidade de crédito cartão consignado, mas apenas no que coubesse, conforme as peculiaridades e características da operação.

Portanto, com estas mudanças, todas as instituições financeiras, alteraram seus instrumentos contratuais a fim de atender às novas exigências normativas, e o Banco Daycoval adequou seus instrumentos contratuais em conformidade com as disposições vigentes a partir de 2018 [Doc. Anexo].

Nada obstante, é importante ressaltar que, ao contrário das informações que constam nas decisões judiciais que instruem este ofício, na época em que foram celebrados os contratos objetos dos respectivos processos, os instrumentos contratuais já informavam aos consumidores a forma de pagamento do saldo devedor do cartão de crédito consignado e as consequências da amortização, apenas pelo pagamento do mínimo da fatura.

Como demonstrado ao longo destes esclarecimentos, **o cliente sempre esteve ciente que os créditos utilizados para saques e/ou compras seriam adimplidos mediante descontos em seus proventos no percentual de 5% de sua remuneração para amortização do valor mínimo indicado nas faturas do cartão (RMC), obrigando-se a utilizar a fatura (boleto) para pagamento integral do débito que exceder o valor consignável, sob pena de incidência de encargos rotativos, cuja previsão restou devidamente impregnada em diversos trechos dos instrumentos contratuais (item “3” subitem “V” do termo de adesão; da declaração que consta no instrumento de solicitação do pré-saque e na cláusula “10.” das condições gerais).**

TERMO DE ADESÃO

renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será **consignado** em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faturas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a **utilizar a fatura do Cartão** para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vii) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer

SOLICITAÇÃO DO PRÉ-SAQUE:

BancoDaycoval		SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE SAQUE VIA CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
DADOS DO TITULAR			
CPF: 021.233.449-37	Nome: Simone Gonçalves de Oliveira	Nº Cartão/Proposta: 161683	
Empregador: INSS		Matrícula: 4380504365	
DADOS BANCÁRIOS			
Nome do Banco: Banco Santander	Nº do Banco 0033	Nº Agência 03296	Conta-Corrente 004005979-3
<p>Autorizo o BANCO DAYCOVAL S/A, em caráter irrevogável e irretroatável a transferir o valor abaixo indicado, referente a parte do limite de meu Cartão de Crédito Consignado Daycoval, para a Conta Corrente de minha titularidade acima indicada.</p> <p>Declaro ter recebido a Planilha Demonstrativa do Custo Efetivo Total (CET), previamente à assinatura desta autorização, juntamente com as seguintes informações: (a) o valor estimado do saque; (b) recebi e concordei com todas as informações e cálculos pertinentes ao CET, bem como dos fluxos considerados em seu cálculo, inclusive a taxa percentual incidente, conforme condições vigentes na presente data e (c) o valor do saque solicitado deverá ser pago juntamente com as demais despesas da fatura de meu cartão de crédito ou financiado após a amortização do pagamento mínimo de minha fatura por meio de desconto em folha de pagamento;</p>			

CLÁUSULA 10ª DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CARTÃO CONSIGNADO:

"CLÁUSULA 10ª - FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR

10.1. O TITULAR está ciente de que se deixar de pagar o valor integral do saldo devedor da FATURA, até a data de vencimento, estará optando por financiar este saldo remanescente com a incidência dos juros de financiamento e encargos indicados na FATURA. O valor do financiamento corresponderá à diferença entre o saldo devedor indicado na FATURA e o valor consignado e/ou pago diretamente pelo TITULAR

A leitura é simples e as constatações são claras:

- I) Trata-se de Cartão de Crédito Consignado;
- II) O valor da consignação serve para liquidar apenas o mínimo da fatura; e
- III) O não pagamento integral da fatura [que é uma opção do consumidor] refletiria na contratação crédito rotativo referente ao valor remanescente, cujo juros incidentes vai expressamente informado e consta, também, em cada fatura enviada ao consumidor.

Ao revés do aludido nas decisões judiciais, os consumidores também receberam, mensalmente, em sua residência ou por endereço eletrônico as faturas do cartão contendo explicação detalhada sobre a composição do saldo devedor, encargos incidentes e encargos futuros, os quais, vale lembrar, são infinitamente menores que os cartões convencionais.

As faturas são enviadas contendo todas as informações de forma didática e visível para perfeita compreensão:

- A. **SALDO DEVEDOR TOTAL:** saldo total do débito contraído;
- B. **PAGAMENTO MÍNIMO:** saldo referente ao percentual da reserva da margem consignável a ser descontado nos proventos;
- C. **SALDO DEVEDOR APÓS PAGAMENTO MÍNIMO:** saldo complementar a ser pago diretamente por meio da fatura.
- D. **LIMITE TOTAL:** limite de crédito total disponível para saques e compras;
- E. **TAXA DE JUROS:** rotativos, saques e compras e para o caso de parcelamento de fatura;
- F. **CET:** custo efetivo total mensal e anual
- G. **ENCARGOS PRÓXIMO PERÍODO:** Caso o consumidor decida financiar o saldo devedor.

BancoDaycoval Cartão Consignado Internacional 5335 XXXX XXXX 50

Central de Atendimento: 3004 Capitais e Regiões Metropolitanas / 0800 5300 (Demais Localidades)

Valor Total Devedor R\$ 9.580,99	Pagamento Mínimo Previsto para Desc. em Folha R\$ 431,22	Saldo Devedor Após Pagamento Mínimo R\$ 9.149,77	Vencimento 15/01/2020
--	---	---	---------------------------------

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Lançamentos do Período		Valor US\$	Valor R\$
José R.P.C Filho - Cartão Final: 5016			
27/11/2019	AJUSTE A DÉBITO ENCARGOS		133,14
26/12/2019	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		7,83
26/12/2019	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		295,26
26/12/2019	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		29,44

LIMITE TOTAL	R\$	9.480,00
Limite para Compras	R\$	9.480,00
Limite para Saque/Telesaque	R\$	9.480,00

Unidade de custódia: Banco de Brasília S.A. (Banco Daycoval) (Telesaque)

RESUMO	R\$	
Saldo da Fatura Anterior	R\$	9.085,52
(-) Pagamentos/Cebêditos	R\$	0,00
(=) Despesas/Débitos	R\$	515,47
(=) Saldo Total Devedor	R\$	9.580,99

OPERAÇÕES CONTRATADAS	R\$	
Rotativo	R\$	0,00
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento em 12x	R\$	0,00

ENCARGOS	R\$	
Rotativo	R\$	0,00
Saque/Telesaque	R\$	0,00
Parcelamento em 12x	R\$	0,00
Total de Encargos	R\$	0,00

TAXAS DE JUROS	Período (%)	Próx. Per. (%)
Rotativo	4,00	4,00
Saque/Telesaque	4,00	4,00
Parcelamento em 12x	4,00	4,00

CET (Custo Efetivo Total)	Por mês (%)	Por ano (%)
Rotativo	4,88	73,04
Saque/Telesaque	0,00	0,00
Parcelamento em 12x	0,00	0,00

Encargos para o próximo período caso pagar só o mínimo até o vencimento	R\$	365,99
Compras Parceladas - Próximas faturas	R\$	0,00
Cotação do Dólar no Corte da Fatura	R\$	4,3097
Previsão de fechamento próxima fatura	R\$	26/01/2020

Outrossim, é importante registrar a demasiada incoerência das decisões judiciais que deram origem a este processo administrativo a ponto de que, em uma delas [proferida no processo da Sra. UBANILDA FERRAZ DE AZEVEDO [Processo SEI nº 35000.001686/2019-59] o relator da Turma Recursal de Brasília, a pretexto da defesa dos interesses do consumidor, violou princípios mais comecinhos do ordenamento jurídico, o que foi inclusive observado na declaração de improcedência do procedimento administrativo instaurado contra o DAYCOVAL amparado na referida decisão judicial.

De forma estranha, e em afronta ao princípio do *non reformatio in pejus* e sem qualquer requerimento das partes, o Relator determinou que fosse expedido ofício a este Órgão, pois durante o julgamento do **recurso exclusivo do banco**, foram verificadas violações aos Arts. 21-A, da Instrução Normativa nº 28 do INSS, ou seja, mesmo tratando-se de **contrato firmado em 2015** e não bastando a afronta ao princípio do *non reformatio in pejus*, o relator em patente e inescusável equívoco ainda entendeu que o Banco deveria fazer constar no contrato

de 2015 exigências do art. 21-A, que foi inserido na Instrução Normativa **apenas em 2018**, por meio da IN 94, portanto, violando também o princípio do ato jurídico perfeito e da irretroatividade das normas.

Por fim, a respeito das indevidas alegações de que o saldo devedor do cartão não são passíveis de liquidação exclusiva via desconto em folha (RMC), também este argumento não prospera, principalmente perante este Órgão, o qual é profundo conhecedor a respeito da sistemática do produto, o que por si só já seria suficiente para se refutar de *ex officio* tal afirmação.

De forma forma, a fim de comprovar **MATEMATICAMENTE** que tais afirmações amplamente divulgadas principalmente por advogados que visam exclusivamente angariar clientes para lucro próprio sob a falsa afirmação de dívida impagável, a qual não corresponde a verdade, segue abaixo **SIMULAÇÃO** de contratação de pré-saque no cartão de crédito consignado, realizada em 01/12/2017, no valor de R\$ 1.000,00, cujo desconto mínimo (RMC) de 5% representa R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais.

MARGEM	50,00
LIMITE	1.350,00
SAQUE	1.000,00
DT CONTRATAÇÃO	01/12/2017

VCTO	Saldo Inicial	Saque	Encargos	IOF Adicional	IOF Diário	Tarifa de Saque	Desc. Folha	Saldo Final Exibido na Fatura	Qt. desc. em folha até o Vencimento
10/01/2018	0,00	1.000,00	44,80	3,80	3,28	15,00	0,00	1.066,88	0
10/02/2018	1.066,88	0,00	37,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.103,92	0
10/03/2018	1.103,92	0,00	33,05	4,00	1,91	0,00	-50,00	1.092,88	1
10/04/2018	1.092,88	0,00	36,21	0,00	2,42	0,00	-50,00	1.081,51	2
10/05/2018	1.081,51	0,00	34,66	0,00	2,64	0,00	-50,00	1.068,81	3
10/06/2018	1.068,81	0,00	35,37	0,00	2,53	0,00	-50,00	1.056,71	4
10/07/2018	1.056,71	0,00	33,83	0,00	2,58	0,00	-50,00	1.043,12	5
10/08/2018	1.043,12	0,00	34,48	0,00	2,47	0,00	-50,00	1.030,07	6
10/09/2018	1.030,07	0,00	34,03	0,00	2,52	0,00	-50,00	1.016,62	7
10/10/2018	1.016,62	0,00	32,48	0,00	2,49	0,00	-50,00	1.001,59	8
10/11/2018	1.001,59	0,00	33,04	0,00	2,38	0,00	-50,00	987,01	9
10/12/2018	987,01	0,00	31,48	0,00	2,43	0,00	-50,00	970,92	10
10/01/2019	970,92	0,00	31,97	0,00	2,30	0,00	-50,00	955,19	11
10/02/2019	955,19	0,00	31,43	0,00	2,33	0,00	-50,00	938,95	12
10/03/2019	938,95	0,00	27,88	0,00	2,30	0,00	-50,00	919,13	13
10/04/2019	919,13	0,00	30,18	0,00	2,03	0,00	-50,00	901,34	14
10/05/2019	901,34	0,00	28,61	0,00	2,21	0,00	-50,00	882,16	15
10/06/2019	882,16	0,00	28,89	0,00	2,09	0,00	-50,00	863,14	16
10/07/2019	863,14	0,00	27,32	0,00	2,12	0,00	-50,00	842,58	17
10/08/2019	842,58	0,00	27,52	0,00	2,00	0,00	-50,00	822,10	18
10/09/2019	822,10	0,00	26,81	0,00	2,00	0,00	-50,00	800,91	19
10/10/2019	800,91	0,00	25,23	0,00	1,96	0,00	-50,00	778,10	20
10/11/2019	778,10	0,00	25,28	0,00	1,85	0,00	-50,00	755,23	21

10/12/2019	755,23	0,00	23,70	0,00	1,85	0,00	-50,00	730,78	22
10/01/2020	730,78	0,00	23,64	0,00	1,73	0,00	-50,00	706,15	23
10/02/2020	706,15	0,00	22,78	0,00	1,72	0,00	-50,00	680,65	24
10/03/2020	680,65	0,00	20,48	0,00	1,66	0,00	-50,00	652,79	25
10/04/2020	652,79	0,00	20,93	0,00	1,50	0,00	-50,00	625,22	26
10/05/2020	625,22	0,00	19,33	0,00	1,54	0,00	-50,00	596,09	27
10/06/2020	596,09	0,00	18,96	0,00	1,43	0,00	-50,00	566,48	28
10/07/2020	566,48	0,00	17,35	0,00	1,39	0,00	-50,00	535,22	29
10/08/2020	535,22	0,00	16,85	0,00	1,28	0,00	-50,00	503,35	30
10/09/2020	503,35	0,00	15,74	0,00	1,24	0,00	-50,00	470,33	31
10/10/2020	470,33	0,00	14,12	0,00	1,17	0,00	-50,00	435,62	32
10/11/2020	435,62	0,00	13,39	0,00	1,05	0,00	-50,00	400,06	33
10/12/2020	400,06	0,00	11,76	0,00	0,99	0,00	-50,00	362,81	34
10/01/2021	362,81	0,00	10,86	0,00	0,87	0,00	-50,00	324,54	35
10/02/2021	324,54	0,00	9,53	0,00	0,80	0,00	-50,00	284,87	36
10/03/2021	284,87	0,00	7,37	0,00	0,71	0,00	-50,00	242,95	37
10/04/2021	242,95	0,00	6,70	0,00	0,56	0,00	-50,00	200,21	38
10/05/2021	200,21	0,00	5,05	0,00	0,50	0,00	-50,00	155,76	39
10/06/2021	155,76	0,00	3,67	0,00	0,39	0,00	-50,00	109,82	40
10/07/2021	109,82	0,00	2,01	0,00	0,28	0,00	-50,00	62,11	41
10/08/2021	62,11	0,00	0,42	0,00	0,16	0,00	-50,00	12,69	42
10/09/2021	12,69	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	-12,69	0,04	43
	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,04	0,00	44

Conforme é possível verificar na **SIMULAÇÃO** acima, o desconto mínimo mensal (RMC) de R\$ 50,00 (cinquenta reais) sofrido pelo cliente, direto no benefício, **liquidou seu débito após 43 descontos consecutivos**, sem que ele tenha realizado qualquer pagamento complementar via fatura, que significa dizer que **os valores de descontos mensais no percentual de 5% sobre o benefício do consumidor não recaem somente sobre juros e encargos como quer fazer crer o entendimento dos Magistrados**, restando evidenciado a devida amortização do principal a cada pagamento, o que torna possível a liquidação do débito baseado somente no pagamento mínimo via RMC, sem nenhum aporte complementar por parte do cliente.

Trata-se tão somente de clara compreensão matemática a respeito do produto, a qual, por vezes é desconhecida do poder judiciário, mas com certeza facilmente acompanhada por este i. órgão: **se mensalmente o banco amortiza 5% da dívida com o desconto via RMC e sobre o saldo devedor aplicando até 3,36% (Taxa de Juros vigente no caso Da Sra. Simone, em 2016)**, claramente o desconto da RMC é maior que o acréscimo do juros e isto garante de forma cristalina a amortização do saldo principal, desde que, os descontos se deem de forma ininterrupta.

Aplicando-se este mesmo princípio em um dos casos citados acima, basta uma análise simples das faturas para verificar a evolução para menor do saldo devedor apenas com os descontos consignados na remuneração do consumidor:

FATURA COM VENCIMENTO EM NOVEMBRO DE 2020

Cartão Consignado Internacional

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

Valor Total Devedor
R\$ 1.578,43

Pagamento Mínimo
 Previsto para Desc. em Folha
R\$ 136,60

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
 Após Pagamento Mínimo
R\$ 1.441,83

Vencimento
05/11/2020

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
05/10/2020	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		136,60
25/10/2020	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		18,82
25/10/2020	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		72,07

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	1.624,34
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	136,60
(=) Despesa/Débitos	R\$	90,69
(=) Saldo Total Devedor	R\$	1.578,43

FATURA COM VENCIMENTO EM DEZEMBRO DE 2020

BancoDaycoval Cartão Consignado Internacional

Central de Atendimento: 3004 5300 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 721 5300 (Demais Localidades)

Valor Total Devedor
R\$ 1.526,88

Pagamento Mínimo
Previsto para Desc. em Folha
R\$ 136,60

Atenção: verifique se houve o desc. na sua folha de pagamento, caso contrário utilize o boleto abaixo para pagamento.

Saldo Devedor
Após Pagamento Mínimo
R\$ 1.390,28

Vencimento
05/12/2020

Lançamentos do Período

Data	Descrição	Valor US\$	Valor R\$
05/11/2020	PAGAMENTO DESCONTO EM FOLHA		136,60
22/11/2020	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		18,02
22/11/2020	ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		67,03

RESUMO

Saldo da Fatura Anterior	R\$	1.578,43
(-) Pagamentos/Créditos	R\$	136,60
(+) Despesas/Débitos	R\$	85,05
(=) Saldo Total Devedor	R\$	1.526,88

Vejam, apenas com o desconto consignado via RMC o saldo devedor da fatura com vencimento em Nov/2020 que era de R\$ 1.441,83, há redução para R\$1.390,28 no mês seguinte, ou seja, resta comprovado que apenas os descontos mínimos são suficientes para reduzir mensalmente o débito e ao final liquida-lo de forma integral.

De toda forma, em que pese a possibilidade de liquidação do saldo exclusivamente via RMC, é importante lembrar ser esta **uma opção do consumidor**, prevista no contrato, haja vista que, nos termos já esclarecidos anteriormente e como praxe usual de mercado, **o contratante recebe mensalmente faturas** que o possibilitam de fazer a: *i)* liquidação total do saldo devedor (imediata quitação da operação de crédito contratada); ou *ii)* liquidação parcial do saldo devedor sendo que, neste caso, sobre o valor inadimplido incidirão juros e o montante recalculado será apresentado para pagamento no mês seguinte e constarão na nova fatura, a qual poderá ser quitada integralmente.

Também para fins de esclarecimentos, importante destacar que com o advento das alterações na IN/PRES/INSS nº 28/08 em 2018, passou o Banco Daycoval a fazer constar de seus instrumentos de contratação de pre-saque e saque complementar a data inicial e final dos descontos indicadas no art. 21, cuidando em deixar alertas a respeito desta indicação, posto que, a incompatibilidade desta exigência com a modalidade do crédito [cartão consignado] é tamanha, que o cumprimento do prazo ali informado precisa ser expressamente condicionado a inúmeros fatores que impossibilitam a utilização futura do cartão pelo consumidor, inclusive, para compras e pagamentos de serviços.

Ou seja, para minimamente atender ao disposto no art. 21 da IN28, o qual, entende-se não ser em sua integralidade aplicável ao produto cartão consignado, foi o Banco Daycoval obrigado a inserir junto a formalização do produto, uma série de ressalvas/alertas que possam aclarar ao Consumidor que referidas datas (inicial e final de descontos) poderão sofrer alterações.

Alguns exemplos destas condições são:

- a) se o cliente realizar outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;
- b) se ocorrer redução/perda da margem consignável de cartão durante o período projetado de amortização;
- c) se os descontos através da consignação não ocorram mensalmente, havendo interrupção até o total da dívida;
- d) se o consumidor realizar qualquer pagamento espontâneo via fatura; e

e) se houver alteração da taxa dos juros remuneratórios" [vide art. 21-A, inciso VII, alínea "f", itens 1 a 5].

Assim, todas as situações acima, irão obrigatoriamente alterar as datas indicadas pela Instituição (principalmente a data final) e conforme se denota, nenhuma destas situações decorrem de ato ou vontade da Instituição Financeira, mas sim, de mudanças na vida financeira do consumidor ou assunção de risco de inadimplência ou, até mesmo, da alteração do valor do benefício por esta autarquia, o que apenas revela a incompatibilidade de se exigir a fixação destas informações no momento zero da contratação quando se refere a modalidade de crédito cartão consignado.

Assim, em que pese o Banco Daycoval tenha a partir de 2018 incluído a indicação destas datas em seus termos, terminantemente condicionadas a todos os pontos acima, ainda se acredita como correta a interpretação dada pelo mercado ao art. 21 da IN/PRES/INSS nº 28/08 antes do advento do art. 21-A, ou seja, **aplicar-se-ia o referido artigo aquilo que compatível ao produto** a fim de não causar expectativas e premissas que no futuro podem não se concretizar.

Ante o exposto, considerando que somente a partir de 2018 foram estabelecidas outras regras específicas para o cartão de crédito consignado com advento da IN94 e IN 100, não há que se cogitar eventual descumprimento destas exigências para contratos firmados em 2015 e 2016.

II.E - CAUSA DE PEDIR JÁ APRECIADA PELO PODER JUDICIÁRIO E POR OUTROS ÓRGÃOS MINISTERIAIS. IRREGULARIDADE AFASTADA. CONTRATOS REGULARES E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE REGÊNCIA. ATENDIMENTO AO DEVER DE INFORMAÇÃO.

Não bastasse todo arcabouço probatório, bem como todos os argumentos articulados nesta defesa, importante destacar que as Cortes Estaduais têm se posicionado favoravelmente quanto à legitimidade e transparência nas contratações de Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval, o que afastam as premissas invocadas no presente procedimento administrativo quanto à suposta violação às disposições do Código de Defesa do Consumidor e das instruções normativas desta Autarquia.

Apenas para ilustrar, vale a leitura da decisão (Acórdão) proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná¹³, que com o primor que lhe é peculiar, asseverou que *"ficou muito claramente demonstrada a licitude da contratação, na modalidade específica do cartão de crédito, antecedida de adequada e necessária prestação de informações, o que autoriza a conclusão pela regularidade das cobranças respectivas, com o natural descabimento de qualquer declaração de nulidade do negócio jurídico"*.

Ora, no referido julgado, o Ilmo Relator não descuidou em bem fundamentar sua decisão, ilustrando seu voto, inclusive, com imagens do contrato e demais documentos de formalização utilizados pelo Banco Daycoval com o escopo de rechaçar qualquer alegação de vício na manifestação da vontade ou inexistência de pactuação do contrato de Cartão de Crédito Consignado ou informações essenciais à avença. Veja:

¹³ Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – 14ª Câmara Cível - Apelação Cível nº 0008993-67.2017.8.16.0017 - Relator: Desembargador José Hipólito Xavier da Silva


Veja-se que, em 31.03.2016, o Autor assinou o instrumento denominado *"Termo de Adesão às Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval"* (contrato n. 52-016745201/16) (mov. 29.4):

BancoDaycoval

TERMO DE ADESÃO ÀS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO DAYCOVAL

CONTRATO Nº 52-016745201/16					
Correspondente no País					
Código/Nome: 004282/CAMPOS SERVIÇOS ADM LTDA			CNPJ: 15.007.050/0001-52		Telefone:
Agente ANNE BERTHOLD			CPF: 007.725.839-00		
CEP: 87013-350 Endereço: AV 15 DE NOVENBRO-330			Cidade: MARINGÁ		Nº
Complemento: 1 ANDAR			UF: PR		
Benefício Vinculado ao Cartão: INSS(X)			Outros Órgãos Públicos()		Empresas Privadas()
Dados Titular: CPF: 240.363.170-97			Nome: GENECI REMÍCIO LOPES		
Nacionalidade: Brasileira	Data Nascimento: 19/05/1953	Sexo: Feminino	Estado Civil: Casado	Identificação: 1655416	Data Emissão / Órgão Expedidor: 1 - UF: 25031977 / SSP - PR
Nome da Mãe: LAUDITE DE OLIVEIRA LOPES			E-mail:		
CPF: 87026270			Endereço Residência: (Rua, Avenida, etc.)		Nº: 1331
Endereço: RUA FIDON GUARINDO AUGUSTO BASSETO			Cidade: MARINGÁ		UF: PR
Complemento:			Banco: CONJ RES RODOLPHO BERNARDI		
Tel (DDD e Nº): 44-32338037			Tel Celular (DDD e Nº): 44-90238021		Portador Adicional (se não INSS): (X) Não () Sim - Formulário Anexo
DADOS DOS BENEFICIÁRIO(S) TITULAR(ES)					
Nome da Entidade/Empresa Acreditada: APOSENTADO			Número do benefício / Matrícula / Registro: 1498105431		Margem (%): 5,00
Endereço (Rua/Av., nº, Bairro, Cidade/UF): SAUS QUADRA II BLOCO N.0.5A SUL BRASILEIRO			Renda (R\$): 1.343,18		Cota Admissã: 01/01/1996
Nome do Banco Pagador: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			Nº do Banco: 0104	Nº Agência: 01671	Conta Corrente: 44038
			Data de Pagamento:		

E não somente isso, como se lê na sequência do aludido instrumento contratual, o Autor declarou que foi informado previamente e compreendeu as condições da proposta:

ADESÃO	
<p>1. Condições Gerais: Declaro que recebi e li previamente as Condições Gerais de Emissão e Utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval para Trabalhadores de Empresas Privadas, Servidores Públicos Ativos e Inativos e/ou Aposentados e Pensionistas do INSS ("Condições Gerais"), registradas em 07/05/2013 no 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo/SP sob nº 2.021.879, inexistindo dúvidas sobre suas cláusulas, direitos e obrigações.</p> <p>2. Autorização para Reserva de Margem Consignável: Autorizo o Banco Daycoval S/A, neste ato, de forma irrevogável e intransferível, a constituir reserva de margem consignável de até 5% (cinco por cento) de minha remuneração, por tempo indeterminado, nos termos da legislação e convênio aplicáveis e do disposto no art. 6º da Lei 10.820/03 e no inciso VI do artigo 154 do Decreto 3048/99 para cartões emitidos a aposentados e pensionistas do INSS, para os pagamentos mínimos mensais da(s) failure(s) do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval ("Cartão") de minha titularidade, devendo tal autorização permanecer sempre válida e eficaz sob pena de cancelamento imediato de meu Cartão e adoção das medidas cabíveis.</p> <p>3. Outras Declarações: Declaro estar ciente e concordar que: (i) ao utilizar o Cartão e/ou assinar este Termo de Adesão, estou anuindo, em caráter irrevogável e incondicional, ao disposto nas Condições Gerais; (ii) poderei consultar sempre as Condições Gerais e suas alterações/aditamentos no site do Banco Daycoval S/A, ("Daycoval") na endereço eletrônico: www.daycoval.com.br; (iii) as Condições Gerais poderão ser alteradas de tempos em tempos pelo Daycoval, mediante novos registros em cartório, as quais poderão, a critério do Daycoval, ser disponibilizadas na forma da alínea "i" acima (registros esses que serão notificados no site do Daycoval); (iv) conheço os termos do convênio firmado pelo Daycoval e a Entidade/Empresa Acreditadora para desconto em minha renda mensal do valor consignável acima descrito; (v) mensalmente será consignado em minha remuneração o valor do pagamento mínimo indicado nas faixas do Cartão, obrigando-me no caso de opção pelo pagamento integral a utilizar a fatura do Cartão para quitar o débito que exceder o valor consignável; (vi) o Daycoval está autorizado por prazo indeterminado a debitar quaisquer valores devidos em relação ao Cartão em minha conta corrente descrita acima e/ou em outra conta corrente de minha titularidade no Brasil que venha a substituí-la, inclusive a conta disponibilizada por seu empregador.</p> <p>Estou ciente de que se comprovada a falsidade das declarações e informações constantes deste Termo de Adesão estarei sujeito às responsabilidades criminais do artigo 299 do Código Penal (Crime de Falsidade Ideológica).</p>	
Local e Data:	Maringá, 31/03/16.
Assinatura Portador Titular:	 ASSINATURA

Ressalte-se, ademais, que, da leitura atenta do instrumento contratual, não há qualquer menção, máxime com intuito indutivo, a empréstimo consignado, como também inexistente qualquer texto, trecho ou alusão que indique ser essa a modalidade contratada, bem como também inexistente, no conteúdo da instrução, qualquer mínimo indício de prova que admita a ideia de ter havido, de parte do Réu, a prática de qualquer eventual ato de induzimento em erro.

Veja-se, também, que, naquela mesma data, o Autor firmou solicitação de saque, via cartão de crédito, dando conta da sua ciência acerca da contratação dessa modalidade de operação:

Portanto, não se pode manter um argumento de vício de consentimento quando, a prova da contratação é oposta, ou seja, demonstra a inequívoca ciência do consumidor quanto ao produto contratado.

Ainda neste mesmo Estado, foi proferida decisão pela 16ª Câmara Cível do TJPR, alinhada nos mesmos termos do entendimento anterior, observe.

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL – CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). JUSTIÇA GRATUITA. BENEFÍCIO JÁ CONCEDIDO EM PRIMEIRO GRAU E NÃO REVOGADO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL - ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO DEVER DE INFORMAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INSTRUMENTO REDIGIDO DE FORMA CLARA, QUE NÃO SE CONFUNDE COM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E DEVIDAMENTE ASSINADO PELA PARTE - PRESUNÇÃO DE ANUÊNCIA DO CONTRATANTE COM OS TERMOS PACTUADOS – PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO -UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO EM DIVERSAS COMPRAS POR LONGO PERÍODO. COMPROVAÇÃO - PEDIDOS DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO E CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PREJUDICADOS – ÔNUS SUCUMBENCIAL. MANUTENÇÃO – HONORÁRIOS RECURSAIS. FIXAÇÃO – SENTENÇA MANTIDA.”

1. *Carece de interesse recursal o pedido de manutenção do deferimento dos benefícios da justiça gratuita, eis que esse se estende a todas as fases do processo, até eventualmente, ser revogado.*

2. *“Havendo no contrato cláusula dispondo de forma clara sobre o objeto do contrato, não há que se falar em nulidade por ofensa ao dever de informação.*

3. *A mera insatisfação do consumidor diante de espécie contratual diversa da que buscava firmar não autoriza a declaração de nulidade do contrato, tampouco condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais”*

(TJPR - 0001925-18.2017.8.16.0130 - DJ. 22.02.2018).

No acórdão, o relator destacou que as cláusulas do contrato são claras acerca do objeto contratado, comungando do mesmo entendimento perfilado pela 14ª Câmara Cível.

Ainda nesse mesmo pensamento, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em processo contra o próprio Banco Daycoval, no primoroso Voto da lavra do Excelentíssimo Desembargador Walter Fonseca, reconheceu que os documentos de contratação anexados aos autos são suficientes para comprovar a legitimidade do negócio entabulado. Veja:

DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – IMPROCEDÊNCIA – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NA MODALIDADE DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC) – PRETENSÃO DE

REFORMA SOB A ALEGAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO DO RESPECTIVO NEGÓCIO – DESCABIMENTO – Com a apresentação pelo banco réu do contrato de adesão à cartão de crédito consignado com autorização de descontos em folha de pagamento, cujo empréstimo respectivo foi contraído na modalidade de reserva de margem consignável (RMC), não se sustentam as alegações da autora apelante de nulidade do referido negócio e respectiva dívida, mostrando-se legítimo o negócio entabulado entre as partes, sendo de rigor a manutenção dos respectivos termos do contrato de empréstimo em questão, o que afasta, por via de consequência, os demais pleitos formulados, concernentes à condenação do banco apelado à repetição de indébito e à indenização por danos morais – Sentença mantida - Recurso desprovido, com majoração dos honorários advocatícios.

(TJSP; Apelação Cível 1018378-06.2017.8.26.0482; Relator (a): Walter Fonseca; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Foro de Presidente Prudente - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/08/2018; Data de Registro: 15/08/2018)

O mesmo entendimento ressoa no Estado do Rio de Janeiro, onde a Jurisprudência não mais admite a alegação de vício do consentimento quando evidenciada a contratação do Cartão de Crédito Consignado através de Termo de Adesão com informações suficientemente precisas, claras, objetivas e ostensivas. Veja o precedente:

DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUTORA QUE ALEGA TER REQUERIDO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PRETENSÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO, CUMULADA COM INDENIZATÓRIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA PARTE RÉ, PUGNANDO PELA REFORMA DO JULGADO.

1) Preliminar de inépcia da inicial. Conquanto seja singela, a peça inaugural é perfeitamente clara em sua pretensão, discutindo a própria validade do contrato celebrado, as respectivas cláusulas e a natureza da avença firmada, sendo certo, ainda, que os requisitos previstos no artigo 330, § 2º, do Código de Processo Civil encontram-se preenchidos. Sendo inteligível a exordial e tendo proporcionado o exercício da ampla defesa e do contraditório, de se rejeitar a preliminar suscitada.

2) No caso concreto, o Autor alega que, a despeito de ter firmado contrato de empréstimo consignado com a instituição financeira Ré, foi surpreendido ao perceber que o negócio jurídico tinha sido celebrado na modalidade de cartão de crédito consignado. A instituição financeira Ré, por seu turno, alega que o Autor firmou contrato de cartão de crédito, com desconto de valor mínimo no contracheque, com todos os esclarecimentos feitos no momento da contratação. 3) Parte Ré que se desincumbiu do ônus que lhe imposto pelo artigo 373, II, do Código de Processo Civil, eis que trouxe aos autos o termo de adesão a empréstimo e cartão de

crédito consignado e autorização para desconto em folha de pagamento, devidamente assinado pelo Autor.

4) Outrossim, das faturas constantes dos autos verifica-se que, a despeito de não ter se utilizado do plástico para compras, dele se valeu o Autor para realizar saque, no valor de R\$ 2.222,34, em 04/12/2015.

5) Ademais disso, as cláusulas do contrato estão redigidas de forma clara, com letras de fácil compreensão, havendo menção expressa às taxas de juros contratadas. O contrato não é extenso, valendo de concisão e dados precisos, suficientes para informar o contratante sobre o objeto do negócio jurídico. Ausência de violação ao dever de informação.

6) O acervo probatório carreado aos autos permite concluir que a parte Autora tinha plena ciência da modalidade contratada. 7) Reforma de r. sentença que se impõe. RECURSO AO SE DÁ PROVIMENTO. (Grifamos)

(TJRJ - 0021371-53.2017.8.19.0023 - APELAÇÃO - Des(a). WERSON FRANCO PEREIRA RÊGO - Julgamento: 13/02/2019 - VIGÉSIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL)

Além das decisões judiciais amplamente deferentes a legalidade e legitimidade da contratação, bem como da inexistência de vício de consentimento ou violação ao dever de informação, houve por bem, tanto o Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado do Paraná e Ministério Público do estado do Mato Grosso chegarem à mesma conclusão sobre o tema.

- MPSP: INQ. CIVIL Nº 14.161.891/17:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL

INQUÉRITO CIVIL nº 14.161.891/17
PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Investigada: BANCO DAYCOVAL S.A.

Assunto: Instituição financeira – Solicitação de empréstimo consignado – Concessão de crédito por intermédio do cartão de crédito na modalidade “pré-saque” – Inobservância do limite legal para liberação de crédito para a referida modalidade – Cobrança de taxa superior ao empréstimo consignado convencional – Descontos que recaem apenas sobre juros e encargos – Dívida supostamente impossível de quitar – Cobrança de taxa de conveniência para utilização do saque em caixas eletrônicos (retiradas “PAIS”) – Dever de informação adequada e clara a respeito dos produtos oferecidos – Exigência de vantagem manifestamente excessiva – Práticas abusivas – Não constatação – Arquivamento

Dentre inúmeros pontos analisados no referido caso paradigmático, a Promotoria do Consumidor Paulista, constatou que:

- (i) O contrato de cartão de crédito consignado atende o dever de informação; e
- (ii) Não há falar que os serviços prestados pelo Banco Daycoval estejam maculados de suposta prática abusiva referente a exigência de vantagem manifestamente excessiva

- **MPPR: INQ. CIVIL Nº 0151.19.001180-0:**

De igual modo, o Ministério Público do Estado do Paraná, nos autos do Inquérito Civil nº MPPR-0151.19.001180-0, em situação semelhante, chegou à mesma conclusão, ou seja, não há ilegalidade na contratação do cartão de crédito consignado, a forma de sua comercialização, cujo instrumento contratual goza de clareza nas informações permitem compreender pela validade e legitimidade da contratação, bem como de que não se verificou qualquer tipo de prática abusiva, pois os descontos referentes ao mínimo da fatura não servem apenas para amortizar encargos, mas também abatem o principal, veja:

Na ocasião, o MPPR foi instado a se manifesta sobre a seguinte controvérsia:

O presente Inquérito Civil, em mesa, teve como objeto apurar possível abuso na contratação de empréstimos consignados pelo Banco Daycoval S.A., por meio de adesão a contrato de cartão de crédito consignado, com autorização de descontos em folha de pagamento, na modalidade de reserva de margem consignável (RMC), **sem conhecimento do contratante sobre essa modalidade de contratação, bem como de descontos de valores da fatura do cartão de crédito na folha de pagamento, apenas de juros/encargos sem a redução da dívida do empréstimo, em violação aos direitos e interesses dos consumidores.**

Ao analisar as provas coligidas àquele procedimento, o Ilmo. Promotor de Justiça concluiu que não havia dúvidas sobre a modalidade de crédito contratada, bem como de que não há qualquer vantagem excessiva por parte do Banco Daycoval, alertando que todas as nuances do negócio estão bem-postas no termo de adesão e demais instrumentos que integram a contratação:

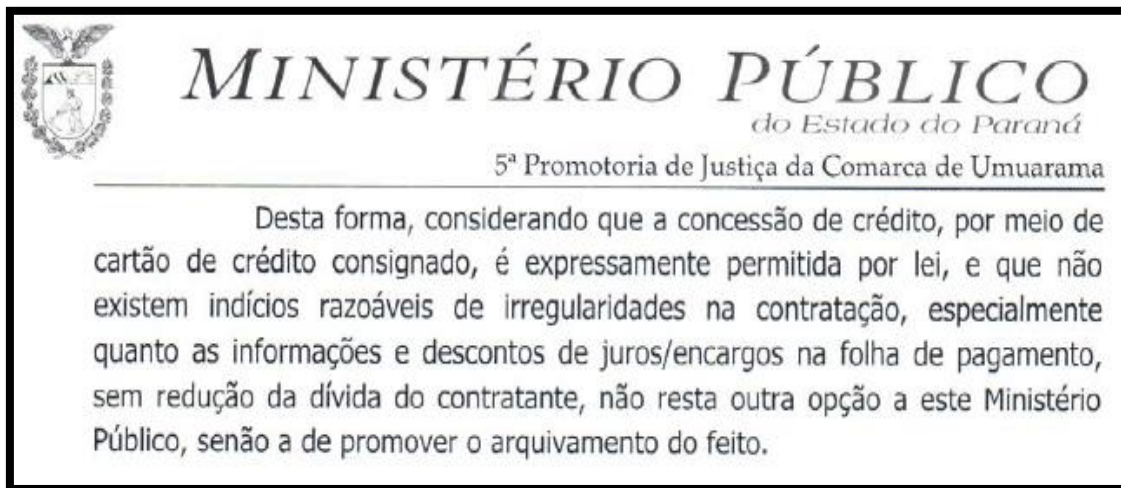
Além disso, restou também comprovado pelos materiais de publicidade e informações do próprio contrato de concessão de crédito, juntados pelo Banco Daycoval, a existência de publicidade e informações claras, precisas e ostensivas sobre essa modalidade de contratação de crédito, inclusive sobre juros, encargos, amortização e liquidação do débito.

A esse respeito, esclareceu o Banco Daycoval:

"Seja no TERMO DE ADESÃO, seja na AUTORIZAÇÃO acima identificada, o cliente é expressamente informado que:

- a. Trata-se de CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO;**
- b. Que o pagamento da fatura de crédito deve ocorrer em valor integral, sendo o valor debitado em folha somente amortiza o mínimo;**
- c. Que o não pagamento integral da fatura gera encargos rotativos (sempre de acordo com a taxa indicada pelo órgão empregador ou pagador) e que esta taxa é INFERIOR ao cartão de crédito convencional.**
- d. E ainda, que o contratante declara ter ciência de que inexistem outras modalidades de crédito, exemplo de empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores."**

Por fim, concluindo pela lisura da contratação e consequente inexistência de qualquer mácula capaz de embutir na prestação de serviços alguma prática abusiva ou qualquer outra violação ao Código de Defesa do Consumidor, entendeu por bem o *parquet* opinar pelo arquivamento do processo:



- MPMT: NOTÍCIA DE FATO Nº SIMP 000234-011/2022:

Instado a se manifestar sobre a legalidade e conformidade do contrato de Cartão de Crédito Consignado e o ordenamento jurídico vigente, **sobretudo quanto ao dever de informação e práticas abusivas**, o órgão do MP **concluiu** da seguinte forma:

- Que o serviço “cartão de crédito consignado” encontra respaldo legal;
- Que a instituição financeira cumpre com o dever de informação, pois o contrato não deixa dúvidas de que: i) a operação referia-se a cartão de crédito consignado; ii) que os descontos em folha de pagamento referiam-se ao valor mínimo da fatura e que caberia ao servidor o pagamento do saldo remanescente caso quisesse quitar a dívida em menor prazo;
- Que vários consumidores que fizeram reclamação no Procon já haviam ajuizado ação contra o Banco, as quais foram **julgadas improcedentes**, tornando-se coisa julgada e que nestes processos judiciais restou comprovando que não houve vício do consentimento e/ou cobrança indevida por parte do Daycoval
- Que no momento da adesão não é possível estabelecer um tempo determinado de parcelas: i) Porque a utilização do limite de crédito é uma decisão do consumidor e que, diferentemente do contrato de empréstimo, a utilização do crédito não é automática, podendo ocorrer a qualquer tempo, a critério do consumidor; ii) a forma de pagamento do saldo devedor depende da utilização dos valores concedidos, do momento da utilização e de quanto o devedor optará pagar. Que mesmo nos casos em que há saque, poderá, posteriormente, haver utilização do limite para compras e/ou saques complementares o que acarretará em uma dívida maior e influenciará no cálculo do saldo devedor.

Desta forma, verifica-se que o cartão de crédito consignado é um meio legal de obtenção de crédito, devendo o consumidor expressamente aderir ao produto por meio de termo de adesão para formalizar a contratação.

Desta forma, no momento da adesão ao cartão de crédito consignado, não é possível estabelecer um tempo determinado de parcelas, pois dependerá da utilização do limite de crédito por parte do consumidor.

Assim, não fica a critério do credor a forma de utilização do crédito ou quando isso ocorrerá, bem como, de que forma será pago o saldo devedor, dependendo da utilização dos valores concedidos, do momento da utilização e quanto o devedor optará pagar (salvo o pagamento mínimo que já é descontado em folha de pagamento).

Evidentemente, também deve-se considerar que pode haver a utilização do cartão de crédito após o saque, o que certamente acarretará uma dívida maior e influenciará no cálculo do saldo devedor. Assim, deve ser considerado que o consumidor tem a opção de realizar compras com crédito e até mesmo realizar saques complementares, além do valor de crédito liberado para o saque inicial. Todos esses valores devem ser liquidados via fatura ou desconto em folha.

Destarte, órgãos distintos (Poder Judiciário e Ministério Público) já concluíram que a comercialização do cartão de crédito consignado pelo Banco Daycoval não padece de qualquer irregularidade, ao contrário, após exaustiva e minuciosa análise do produto e dos instrumentos contratuais utilizados pelo Banco Daycoval, afirmaram, categoricamente, que todas as informações são prestadas ao consumidor de modo a legitimar a contratação.

Nesse cenário, é premente a aplicação da teoria dos atos próprios a fim de inibir comportamentos contraditórios e dar margem para que os contratantes se valham de falácias para pleitear uma condição mais benéfica que a lei não lhes confere. A consequência do *venire contra factum proprium* é **a proibição da parte valer-se de um comportamento que contradiz um anterior para exercer o que lhe parece seu direito**, porquanto isso fere o princípio da boa-fé objetiva a que se refere o art. 422 do CC. A melhor doutrina traz elucidativo entendimento:

A locução venire contra factum proprium traduz o exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente pelo exercente. Esse exercício é tido, sem contestação por parte da doutrina que o conhece, como inadmissível' (cfr. Menezes Cordeiro, Da boa fé no direito civil, § 28, n. 70, p. 72). Viria contra fato próprio, p.ex., aquele que recorresse contra a homologação de uma transação da qual houvesse participado com liberdade e consciência; ou aquele que recorresse depois de haver aceito sem ressalvas o que havia sido decidido; esse recurso é inadmissível (DINAMARCO, Cândido Rangel, Vocabulário do processo civil, Malheiros, São Paulo, 2009, p. 418)

Ademais, as avenças foram livremente firmadas. Necessário o respeito ao princípio *pacta sunt servanda*, sob pena de afronta à autonomia da vontade e ao princípio da função social do contrato. Prescreve o art. 421 do Código Civil: **A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato**. Veja-se ainda que há a especificação do crédito, condições, forma de pagamento, dos juros e encargos contratuais. **Se o caso, no ato do ajuste, os consumidores deveriam se insurgir**. Impõe-se a que honrem com a obrigação, ante o princípio da boa-fé objetiva (art. 422 do Código Civil). Trata-se da máxima *venire contra factum proprium*, que consiste **na vedação a comportamento contraditório**.

Sobre o tema, lição de Flávio Tartuce:

“Pela máxima *venire contra factum proprium non potest*, determinada pessoa não pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, devendo ser mantida a confiança e o dever de lealdade, decorrentes da **boa-fé objetiva**. O conceito mantém relação com a tese dos atos próprios, muito bem explorada no Direito Espanhol por Luís Díez-Picazo.³⁵ Para Anderson Schreiber, que desenvolveu excelente trabalho específico sobre o tema no Brasil, podem ser apontados quatro pressupostos para aplicação da proibição do comportamento contraditório: 1.º) um fato próprio, **uma conduta inicial**; 2.º) a legítima confiança de outrem na conservação do sentido objetivo dessa conduta; 3.º) **um comportamento contraditório** com este sentido objetivo; 4.º) um dano ou um potencial de dano decorrente da contradição. A relação com o respeito **à confiança depositada**, um dos deveres anexos à boa-fé objetiva, é muito clara, conforme consta do Enunciado n. 362 da IV Jornada de Direito Civil: “A vedação do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) funda-se na proteção da confiança, como se extrai dos arts. 187 e 422 do Código Civil” (Manual de Direito Civil, volume único/Flávio Tartuce, 5. Ed. Ver., atual. e ampl - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015, págs. 473/474).

Por fim, no que se refere a questão, indicada no processo SEI 8228476¹⁴ acerca de supostas irregularidades praticadas por Instituições Financeiras conveniadas ao INSS (entre elas o DAYCOVAL), que estariam, nas palavras do Magistrado, burlando as leis que regem a matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário Nacional e Resolução nº 3.517/07), por meio de práticas abusivas, **esta própria Autarquia já se manifestou, refutando** a alegação do magistrado:

3. Verifica-se em consulta realizada nesta data ao histórico de consignações do NB 1069130122, que se encontram ativas 02 (dois) empréstimos bancários, portanto, aderente ao quantitativo de contratos ativos permitidos pela Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES, de 16 de maio de 2008, alterada pela Instrução Normativa nº 89, de 18/10/2017, que no seu Art. 4º, que assim prevê:

Art. 4º A contratação de operações de crédito consignado só poderá ocorrer, desde que:

(...)

II - respeitada a quantidade máxima de nove contratos ativos para pagamento de empréstimo pessoal e um para o cartão de crédito do mesmo benefício, independentemente de eventuais saldos da margem consignável, sendo somente permitida a averbação de um novo contrato, condicionada à exclusão de um já existente.

4. **Com relação ao Banco Daycoval**, consta que as Reservas de Margem Consignável, cujos contratos nº 52-0221441/16_01 e nº 52-0221441002/16, tiveram início em 02/12/2016 e 22/11/2016, com diversas utilizações realizadas ao longo do período, se encontram excluídos pelo banco desde 13/07/2021 e 08/12/2017, respectivamente.

5. Da análise realizada a partir dos elementos trazidos pela correspondência encaminhada pelo

Processo nº 35614501452983063/2022 pág. 13pg. 249

Juizado Especial Cível de União da Vitória, **não foi possível identificar eventuais práticas abusivas do banco Daycoval, em relação ao Sr. LUIZ CARLOS VALPERES**, ou mesmo quaisquer outras Instituições Financeiras com quem o beneficiário mantém contratos. **Além disso, desconhecemos situações em que o Art. 4º, II, da IN nº 28/INSS/PRES/2008 tenha sido infringido.**

¹⁴ Remete-se aos esclarecimentos iniciais acerca do equívoco quanto a indicação do processo 35014.1.39291/2021-93 e de sua atribuição ao processo 8228476, bem como de sua que constam no item “II”, subitem “C” desta defesa

Demais disso, acredita-se que o(a) Juiz(a) que determinou a expedição de ofício, o fez para seguir procedimento padrão a partir de um modelo de decisão vinculada a situações e instituições financeiras diversas da que constava no processo, pois o conteúdo do referido documento refere-se a temas diversos, isto é, nada se referiu a análise das cláusulas contratuais discutidas naquele processo. Aliás, faz referências a legislações que nem sequer são vinculadas a esta Autarquia, portanto, trata-se de determinação genérica e sem qualquer lastro de provas sobre supostas irregularidades, conforme bem concluiu esta Autarquia.

Portanto, por quaisquer perspectivas analisadas, não há que falar em afronta ao Código de Defesa do Consumidor e/ou às Instruções Normativas que regulam a matéria, pois o Banco Daycoval, conforme amplo esclarecimento e entendimento do Poder Judiciário e do Ministério Público de vários Estados, e deste próprio órgão em julgamentos pretéritos, é aderente a todas elas.

III. DAS SUPOSTAS FRAUDES EM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Consta ainda no referido ofício, ocorrência em 2 processos judiciais a respeito de suposta fraude em contratos bancários de empréstimos consignados, tendo as respectivas decisões declarado a inexistência dos negócios jurídicos, bem como determinado a expedição de ofício a esta Autarquia a fim de apurar o ocorrido.

Consta ainda no item “2.7”, acerca do Processo SEI nº 35014.420633/2021-07, oriundo da DPE/SP, que apura suposta prática abusiva, consubstanciada no lançamento de contratos com vinculação de benefício previdenciário sem solicitação dos consumidores e que estaria sendo realizado pelo Banco Daycoval.

Por fim, no item “2.5” indica-se a existência do Processo SEI nº 35014.298353/2022-89, oriundo da Comissão de Defesa do Consumidor, da Câmara Federal em que se apresenta uma lista de denúncias advinda de um de seus Deputados Membros, apontando irregularidade em benefício de pelo menos 12 consumidores.

Acerca do tema “SUPOSTA FRAUDE EM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO”, a defesa será estruturada em subitens, onde se tratará de cada apontamento acima indicado, afim de facilitar a compreensão de cada caso.

III.A. – DOS OFÍCIOS JUDICIAIS INDICANDO SUPOSTAS FRAUDE EM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Neste cenário, esta Autarquia recebeu do poder judiciário 02 ofícios, sendo 01 advindo da 2ª Vara Cível de Toledo/PR, a respeito do consumidor Cornélio Veloso Braga [Processos nºs 35014.201020/2021-64 (8229275) e Sei nº 35014.355358/2021-35 (8229307)]; e outro com origem na 2ª Vara Federal de Foz Iguaçu/PR relacionado a consumidora Maria do Carmo Pitelli de Avila [Processo nº 35014.234686/2022-80].

Assim, seguem os necessários esclarecimentos a respeito das respectivas operações de crédito e dos processos judiciais relacionados a estes Clientes.

a) CORNÉLIO VELOSO BRAGA [Processos nºs 35014.201020/2021-64 (8229275) e Sei nº 35014.355358/2021-35 (8229307)]

Trata-se de AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO proposta por CORNELIO VELOSO BRAGA em face desta Instituição financeira, alegando que o contrato de empréstimo consignado de número 50-8713231/21, jamais foi solicitado ou autorizado. Relata

sobre possível falsificação de assinatura e, por isso, pede a declaração de nulidade do contrato, bem como indenizações por dano material e moral.

Em defesa, o Daycoval esclareceu tratar-se a operação de contrato de empréstimo consignado implantado em 05/04/2021, no valor de R\$ 2.439,45, a ser liquidado em 84 parcelas de R\$ 56,97, com primeiro vencimento 10/05/2021 e último vencimento 10/04/2028 e que do valor total contratado [R\$ 2.439,45], a quantia de R\$ 73,88 foi destinada a liquidação do IOF e o remanescente de **R\$ 2.365,57 foi creditado em conta de titularidade da própria reclamante**, conforme comprovam documentos da ilustração abaixo:

BancoDaycoval		CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 50-8713231/21	
I - Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90.			
II - Emitente: CORNELIO VELOSO BRAGA			
E-mail:	CPF: 387.769.019-04	RG: 19465349	Dt de Nas: 04/05/1960
Endereço: AVENIDA LIBERDADE, 20 - VARZEA	CEP: 50810-460	Cidade: RECIFE	UF: PE
III - Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 2.439,45	b) IOF: R\$ 73,88	c) Taxa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 2.346,03
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7876 % a.m (30d) 23,6909 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 4.785,48	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 56,97	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,88% a.m. 25,48% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não
m) Valor Líquido: R\$ 2.365,57	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagamento (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: CORNELIO VELOSO BRAGA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 387.769.019-04	Banco: 237	Agência: 6720	Conta corrente: 003727-3
p) Correspondente no País: GFT PROMOTORA DE VENDAS LTDA		CNPJ: 17.278.571/0001-95	CPF: 063.244.204-26
Nome do agente: Julienne Marcellly Amorim			
IV - Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V - Pagamento a terceiros/Portabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário:	Contrato(s) nº(s): N/A	
VI - Desconto: (X) folha de pagamento Nome do Empregador: INSS CNPJ: 29.979.036/0001-40			

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8655924
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	60746948 - BRADESCO
Agência Creditada:	6720
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	0037273
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado Titular:	38776901904
Nome Cliente Creditado Titular:	CORNELIO VELOSO BRAGA
Valor Lançamento:	2.365,57
Finalidade IF:	40 - Liberação de Operações de Crédito

SPB - Comprovante de TED	
Histórico:	LIB
Nível Preferência:	B - Maior
Data Movimento:	05/04/2021

E conforme se verifica a partir dos documentos que acompanham estes esclarecimentos, o contrato aqui analisado, foi legitimamente formalizado e, de acordo com os documentos ora acostados, não havendo quaisquer irregularidades na operação, isso porque, a toda evidência, a própria Consumidora emitiu a respectiva Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco Daycoval, de modo que, isto só foi possível mediante apresentação, no momento da contratação, de todos os documentos necessários às formalizações, negociações e efetiva contratação do mútuo, conforme comprovam cópias anexas a esta manifestação.

Importante ressaltar que para esta concessão do crédito, como de rigor, a mesma foi precedida de minuciosa análise dos documentos apresentados no ato da formalização, que no presente caso foi a Carteira Nacional de Habilitação – CNH e assinatura do contrato de crédito, no qual, consta expresse consentimento do consumidor com a contratação e com o registro dos descontos em seu benefício previdenciário.

Assim, o Banco Daycoval protestou pela improcedência dos pedidos, uma vez que o contrato foi, de fato, celebrado pelo consumidor mediante **assinatura da CCB acompanhada de entrega de cópia dos documentos pessoais e informações quanto aos dados bancários para crédito do valor mutuado**, ou seja, para o Banco não há dúvidas da efetiva contratação.

Após a instrução do processo, foi proferida sentença, ocasião em que sua Excelência fez ponderações primordiais que corroboram com os fatos defendidos pela Instituição:

- i) a parte autora questiona a assinatura do contrato, entretanto, **não requer prova pericial grafotécnica**;
- ii) o **autor, em momento algum dos autos, demonstrou interesse na devolução do valor recebido** a título de empréstimo.

Todavia, por uma interpretação equivocada da juíza sentenciante, esta entendeu que o contrato já havia sido rescindido pela via extrajudicial e que, portanto, teria ocorrido reconhecimento parcial do pedido do Autor por parte do Banco, julgando por consequência o feito PROCEDENTE para determinar ao Banco a devolução dos valores descontados.

conforme informado em contestação.

Assim, o pedido inicial de cancelamento do negócio jurídico já restou resolvido, administrativamente, após a propositura da ação e, desnecessita de apreciação judicial, neste momento dos autos. Houve, com isso, o reconhecimento jurídico parcial do pedido inicial, no tocante ao requerimento de cancelamento do negócio jurídico.

Ou seja, o fundamento legal para procedência da presente ação está fundado em interpretação equivocada da MM. Juíza, posto que o referido contrato em momento algum foi cancelado administrativamente. Nunca houve nestes autos nenhuma produção de prova capaz de tornar ilegítimo a cédula de crédito apresentada pelo Banco, tampouco falsa a assinatura ali aposta.

Ao contrário, como ressaltado pela MM. Juíza, em que pese o Autor “falar” que referida assinatura não era sua, jamais requereu a realização de prova pericial sobre a mesma, o que era seu ônus, tampouco manifestou disposição para depositar nos autos o valor creditado em sua conta, demonstrando claramente que sua intenção seria conseguir o cancelamento da operação e consequentemente a cessão dos descontos, mas sem devolver ao Banco o valor do crédito.

Assim, apesar do erro de fato evidenciado na sentença e das relevantes chances de êxito recursal ao Banco, considerando: (i) o pouco tempo transcorrido entre a data do contrato e manifestação de vontade do Consumidor em cancelar a operação; (ii) os custos envolvidos para interposição de recurso e (iii) a disposição do consumidor em firmar acordo com o Banco para devolução do crédito compensando-se os poucos descontos realizados, entendeu o Banco por não recorrer da decisão judicial, tendo ao final, firmado entre em composição com o Autor.

É importante registrar, que a determinação de expedição de ofício se deu em decisão que indeferiu o efeito antecipado da tutela, portanto, sem cognição exauriente sobre o tema.

Ante todo o exposto, resta evidente que, quando do envio do r. ofício pelo Magistrado, este, ainda não possuía conhecimento de todos os fatos a respeito da operação firmada entre as partes, tendo-o feito com base exclusivamente fundada nas alegações autorais, as quais, após instrução probatória se mostrou desconexa e ausente de provas, o que foi reconhecido até mesmo pelo MM. Juízo e que a procedência para anular este contrato não possui nenhum lastro positivo de identificação de fraude na formalização da operação de crédito.

Assim, não há que se falar em constatação de fraude na formalização da referida operação.

b) MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA [Processo nº 35014.234686/2022-80]

Na origem, trata-se de ação judicial para anulação de negócio jurídico em que a consumidora, alega que percebeu a ocorrência de descontos indevidos em seu benefício,

iniciados em março de 2021, os quais se referem ao empréstimo consignado nº 50-8672937/21. Entretanto, a autora alega que jamais realizou o referido empréstimo e que tal prática é abusiva.

Em sua defesa, o banco esclareceu tratar-se de contrato de empréstimo consignado implantado em 22/03/21, no valor de R\$ 1.523,13, a ser liquidado em 84 parcelas de R\$ 35,56, com primeiro vencimento 10/05/2021 e último vencimento 10/04/2028, sendo que do valor total contratado [R\$ 1.523,13], a quantia de R\$ 46,57 foi destinada a liquidação do IOF e o remanescente de **R\$ 1.476,56 foi creditado em conta de titularidade da própria reclamante**, conforme comprovam documentos da ilustração abaixo:

BancoDaycoval		CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 50-8672937/21	
EMPRESTIMO CONSIGNADO Local: MARINGÁ Data: 22/03/2021			
I - Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90.			
II - Emitente: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA			
E-mail:	CPF: 368.137.611-53	RG: 326834	DT de Nasc: 02/09/1955
Endereço: RUA 07 DE ABRIL, 15, - PRO RES AEROPORTO	CEP: 87065-210	Cidade: MARINGÁ	UF: PR
III - Características da Operação:			
a) Valor Principal do Crédito: R\$ 1.523,13	b) IOF: R\$ 46,57	c) Taxa de Cadastro: R\$ 0,00	d) Juros: R\$ 1.463,91
e) Taxa de Juros Prefixada: 1,7616 % a.m (30d) 23,3119 % a.a (360d)	f) Valor total a pagar com Juros: R\$ 2.987,04	g) Número de parcelas: 84	h) 1º Vencimento até: 10/05/2021
i) Previsão último Vencimento: 10/04/2028	j) Valor de cada parcela: R\$ 35,56	k) Custo Efetivo Total (CET): 1,86% a.m. 25,08% a.a	l) Seguro: () Sim (X) Não
m) Valor Líquido: R\$ 1.476,56	n) Desembolso: () Ordem(ns) de pagamento (X) Crédito em c/c beneficiário	o) Nome do Beneficiário: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA	
CPF ou CNPJ do Beneficiário: 368.137.611-53	Banco: 104	Agência: 1546	Conta corrente: 000000829084
p) Correspondente no País: BEVICRED INF CAD LTDA - ME	CNPJ: 07.452.085/0001-98	Nome do agente: ARON FERNANDES VENTURA PORTO	
CPF: 119.961.037-25			
IV - Refinanciamento (conforme condições descritas no item III):			
Saldo devedor total: R\$	Contrato(s) nº(s):		
V - Pagamento a terceiros/Forçabilidade:			
Saldo devedor total: R\$	Beneficiário: Contrato(s) nº(s): N/A		
VI - Desconto: (X) folha de pagamento Nome do Empregador: INSS CNPJ: 29.979.036/0001-40			

Código Mensagem:	STR0007 - IF requisita Transferência de IF para conta de cliente
Num. Controle IF:	8623205
ISPB IF Debitada:	62232889 - BANCO DAYCOVAL S.A.
Tipo Pessoa Remetente:	J - Pessoa Jurídica
CNPJ ou CPF Remetente:	62232889000190
Nome Remetente:	BANCO DAYCOVAL S/A
ISPB IF Creditada:	00360305 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agência Creditada:	1546
Tipo Conta Creditada:	CC - Conta Corrente
Conta Creditada:	000000829084
Tipo Pessoa Creditada:	F - Pessoa Física
CNPJ ou CPF Cliente Creditado:	36813761153
Nome Cliente Creditado Titular:	MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA
Valor Lançamento:	1.476,56
SPB - Comprovante de TED	
Finalidade IF:	40 - Liberação de Operações de Crédito
Histórico:	LIB
Nível Preferência:	B - Maior
Data Movimento:	22/03/2021

Assim, conforme documentos em anexo, a operação de crédito foi legitimamente formalizada e, de acordo com os documentos ora acostados, não há quaisquer irregularidades na operação, haja vista que a própria Consumidora emitiu a respectiva Cédula de Crédito Bancário, concordando, expressamente, com o crédito do valor em sua conta e com o registro dos descontos em seu benefício previdenciário e, para tanto, imprescindível que a consumidora fornecesse todas as informações essenciais à contratação.

Outrossim, a concessão do crédito, como de rigor, foi precedida de minuciosa análise dos documentos apresentados no ato da formalização, que no caso foi o RG e o CPF, bem como da assinatura do contrato que representa o consentimento da consumidora com a contratação e com o registro dos descontos em seu benefício previdenciário.

Desta forma, em defesa o Banco asseverou que a contratação é legítima, com lastro em Cédula de Crédito Bancário devidamente assinada pela consumidora que, na ocasião da formalização da operação forneceu cópia de seus documentos pessoais, dados do benefício para averbação dos descontos, bem como dados bancários para fins de pagamento do valor contratado.

Sobreveio sentença que julgou, parcialmente procedentes os pedidos da autora para declarar a inexistência do contrato, condenando o Daycoval à devolução dos valores descontados da consumidora, bem como a indenizá-la pelo suposto dano moral e permitindo a compensação destes valores com o montante recebido pela Sra. Maria do Carmo em razão do negócio jurídico *sub judice*.

Em sua fundamentação, o MM^a. Juiz ponderou que:

i) as assinaturas (CCB vs documentos) são destoantes;

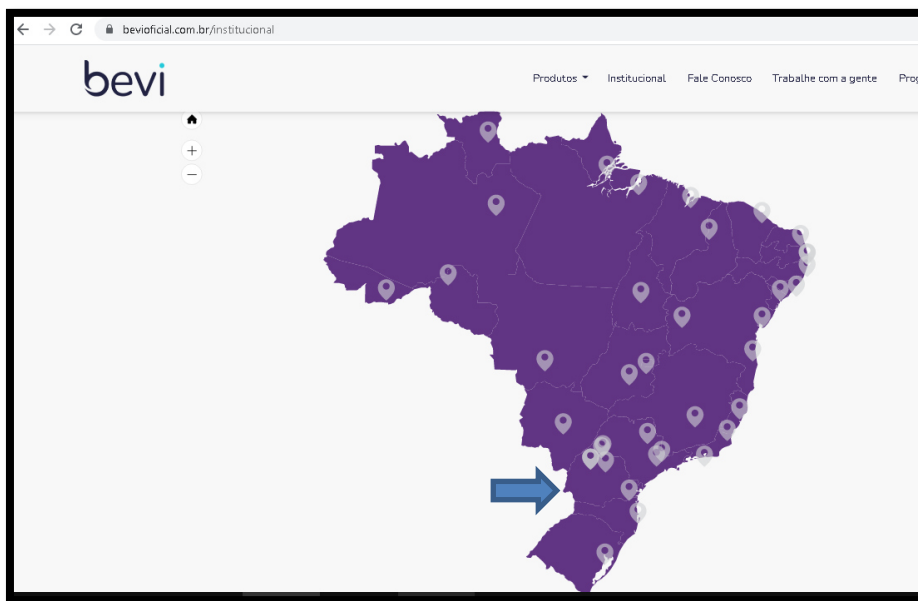
- ii) o correspondente bancário que consta na CCB tem **sede** em outro estado;
- iii) a CCB e demais instrumentos nem sequer estão datados e com informações do local da assinatura.

Assim, nada obstante a regular formalização do contrato, a MMª Juíza da 2ª Vara Federal de Foz de Iguaçu, de forma equivocada, julgou procedentes os pedidos da consumidora, utilizando-se de argumentos que não se sustentam. Vejam:

Fiou-se a r. sentença em, basicamente, três premissas, todavia, olvidou em analisar todo o contexto probatório produzido pelo Banco acerca da validade da contratação, isto é, o magistrado **fundamentou em indícios** e esqueceu-se que o material probatório apontava em direção oposta.

De acordo com a sentença, há **indício** de que o contrato é objeto de fraude, porque o correspondente bancário que intermediou a contratação tem endereço em São Paulo, isto é, Estado diverso do domicílio da consumidora.

Todavia, esta análise é rasa e inidônea, uma vez que o correspondente bancário (Bevicred), embora **sediado** no estado de São Paulo, atua em todo o território nacional, incluindo o Estado do Paraná, local onde reside a consumidora:



Uma simples, mas imprescindível consulta ao site institucional da empresa BEVICRED [<https://www.bevioficial.com.br/institucional>] seria suficiente para que este fundamento não fosse lançado pelo magistrado.

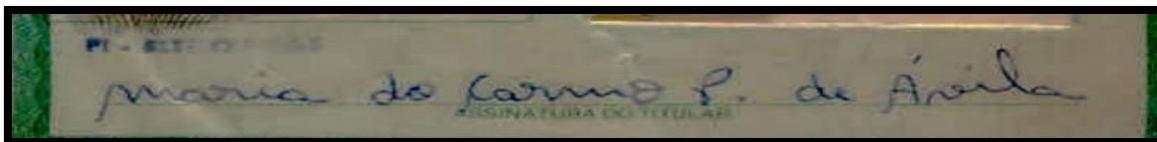
Acena, também o D. Julgador, que a ausência da data e do local da assinatura no rodapé do contrato é, igualmente, um **indício** de irregularidade:

Ocorre que este campo deve ser preenchido pelo próprio emitente da CCB (consumidor) e não pela Instituição Financeira. Todavia, o julgador não observou que o local e data da emissão que deve ser preenchida pelo Banco constava no cabeçalho do referido documento:

BancoDaycoval	CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 50-8672937/21
	EMPRÉSTIMO CONSIGNADO Local: MARINGÁ Data: 22/03/2021
I – Credor: BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.793, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 62.232.889/0001-90.	
II – Emitente: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA	

Por fim, sem qualquer rigor técnico, o que é imprescindível nestes casos, fez o Julgador avaliação pessoal das assinaturas da consumidora, cotejando-a em diversos documentos, para afirmar que a versão que consta na cédula de crédito bancário destoa plenamente da assinatura que consta na procuração. Ocorre que, em uma melhor análise é possível identificar que, em verdade, a assinatura mais destoante é, justamente a da procuração, que em nada se assemelha com a assinatura do documento pessoal da consumidora:

ASSINATURA DO RG DA CONTRATANTE



ASSINATURA PARADIGMÁTICA [PROCURAÇÃO]

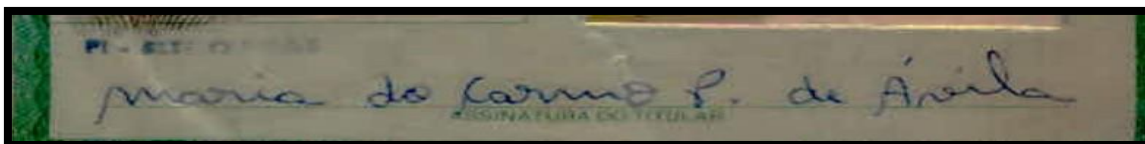
Maringá-PR, 11 de dezembro 2020.

Maria do Carmo P. de Ávila

Outorgante

Um olhar mais atento permite notar discrepância entre as assinaturas acima ilustradas, mais divergências do que quando comparada a assinatura do contrato com a documento pessoal da consumidora, conforme se verá a seguir:

ASSINATURA DO RG DA CONTRATANTE





ASSINATURA DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Emitente: *Maria do Carmo P. de Ávila*

NEGOCIÁVEL

SAC Daycoval: 0800

Robora ainda com a validade da contratação o fato de que os documentos fornecidos pela consumidora no ato da formalização do empréstimo são os mesmos que instruem a petição inicial:

DOCUMENTOS DO PROCESSO	DOCUMENTOS DO CONTRATO
	

Assim, diante da divergência entre as assinaturas até mesmo efetivamente produzidas nos autos na procuração, não haveria como o próprio Julgador, a olho nu, afirmar pela falsificação da assinatura constante na Cédula de Crédito. Tal afirmação somente poderia ser feita com base em prova judicial por meio de perícia grafotécnica, a qual, poderia ter sido suscitada a ser produzida até mesmo pelo D. Julgador, o que não ocorreu.

Por fim, é importante destacar, sem qualquer conotação pejorativa, que a consumidora, Sra. Maria do Carmo, é uma litigante contumaz, que promove com frequência, ações judiciais em desfavor de diversas Instituições financeiras, conforme revela pesquisa por meio do site do TJPR e JFPR:

0002516-83.2021.8.16.0018	Polo Ativo: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA	17/02/2021	Procedimento do Juizado Especial Cível (Práticas Abusivas)
	Polo Passivo: BANCO BRADESCO S/A		
0005582-61.2015.8.16.0018	Polo Ativo: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA	08/04/2015	Procedimento do Juizado Especial Cível (Obrigação de Fazer / Não Fazer)
	Polo Passivo: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.		
0018609-34.2015.8.16.0018	Polo Ativo: MARIA DO CARMO PITELLI DE AVILA	12/10/2015	Procedimento do Juizado Especial Cível (Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação)
	Polo Passivo: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.		

Processos encontrados (CPF 368.137.611-53):

Subseção Foz do Iguaçu

2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

1. PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - 5011326-25.2021.4.04.7003 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR)

Subseção Curitiba

1ª Turma Recursal do Paraná

2. RECURSO CÍVEL - 5013420-43.2021.4.04.7003 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR)

Desta forma, embora a sentença seja desfavorável ao Daycoval, é certo que nos esclarecimentos desta defesa, bem como nos documentos anexos, restou claro que a Instituição Financeira agiu corretamente, isto é, concedendo o crédito e registrando os descontos no benefício da consumidora mediante expressa autorização, não havendo que se falar em violação aos atos normativos desta Autarquia, nem mesmo o Código de Defesa do Consumidor.

III.B. - DO OFÍCIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO SUPOSTAS FRAUDES EM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO –

Em atenção ao item “2.7”, analisando o Processo SEI nº 35014.420633/2021-07, constata-se tratar de expediente destinado a atender o Ofício NUDECON nº 112/2021, extraído dos autos do Processo Administrativo –DPE/SP nº 15/2021, solicitando a esta Autarquia, informações sobre a existência de reclamações ou processos administrativos referentes a eventuais práticas abusivas de vinculação de empréstimo consignado sem solicitação dos consumidores, o qual, identificou-se resposta por parte deste ente em 01 de abril de 2022, relatando ao órgão estarem em fase de consolidação de dados para instauração de processo administrativos, indicando-lhes a relação de reclamações, ora mencionados nesta processo.

Após pesquisa através dos dados do processo administrativo que tramita na DPE/SP, não foi localizado nenhum registro de comunicação ao Banco Daycoval acerca do expediente em trâmite na Defensoria Pública, nem mesmo qualquer solicitação dirigida a esta Instituição que, de alguma forma, estivesse vinculada ao referido processo, razão pela qual não há o que esclarecer no âmbito deste processo administrativo.

IV. DAS SUPOSTAS FRAUDE EM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CÂMARA FEDERAL

Nos termos do item “2.5” do ofício, consta a existência do Processo SEI nº 35014.298353/2022-89, oriundo da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal a qual apresenta uma lista de denúncias advinda de um de seus Deputados Membros, apontando irregularidade em benefício de pelo menos 12 consumidores.

Neste eito, o Banco Daycoval identificou os 12 consumidores indicados acima por meio da resposta desta Autarquia ao ofício NUDECON nº 112/2021 DPE/SP, conforme ofício SEI nº 103/2022/DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN-INSS expedido nos autos do Processo SEI nº 35014.420633/2021-07, o qual constata-se tratar-se de expediente destinado a atender o Ofício NUDECON nº 112/2021.

6. Expediente oriundo da COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – DECOM da Câmara dos Deputados Federal, contendo lista de denúncias que foram apresentadas ao deputado Celso Russomanno e que ensejaram a realização de audiência sobre o tema na Comissão do Direito do Consumidor – e-mail: cdc.decom@camara.leg.br	
NOME	CFF
LEIBER RAMOS SILVA LONERI	063.953.988-02
José Elson Ferreira dos Santos	301.104.596-87
Maria do Carmo Mondini	254.225.738-89
Luiz Antônio Sandoval	930.956.278-15
Daniel Vieira de Souza Filho (filha Cristina)	013.646.908-6
Mariaiva Pinheiro Oliveira Costa	148.308.335-72
Processo SEI nº 35014.298353/2022-89 (8222353) 14.42SEI:35014.298353/2022-89 / pg. 10	
Roseli Ferreira da Silva	952.779.278-91
Juvêncio Leobino de Souza	006.127.448-84
Aparecida de Fátima Moreira do Nascimento	072.075.808-43
José Luiz da Silva (filha Vanessa)	833.632.708-87
Bitenila Soares Alves	112.781.628-44
Vilma da Silva Oliveira	174.555.838-18
6. Certos que atendemos as informações solicitadas, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.	
Atenciosamente,	
JUCIMAR FONSECA DA SILVA CHEFE DA DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS	

Pois bem, diante destes dados, o Banco Daycoval identificou os contratos relacionados a cada consumidor, bem como, status de cada uma das opções de crédito:

CLIENTE	CPF	STATUS DO CONTRATO	CONTRATO
APARECIDA DE F. M. NASCIMENTO	072.075.808-43	CONTRATO CANCELADO	50-9088083/21
BITENILA SOARES ALVES	112.781.628-44	CONTRATO ATIVO	50-9098324/21
CELEIDE RAMOS SILVA LORIERI	063.953.998-02	CONTRATO CANCELADO	50-8606862/21
DANIEL VIEIRA DE SOUZA FILHO	013.646.908-61	CONTRATO CANCELADO	50-8903975/21
JOSE ELSON FERREIRA DOS SANTOS	301.104.596-87	CONTRATO CANCELADO	50-8923675/21
JOSE LUIZ DA SILVA	833.632.708-87	CONTRATO CANCELADO	50-7009532/20
JUVENCO LEOBINO DE SOUUSA	006.127.448-84	CONTRATO CANCELADO	50-8551306/21
LUIZ ANTONIO SANDOVAL	930.956.278-15	CONTRATO CANCELADO	50-8491270/21
MARIA DO CARMO MONDINI	254.225.738-89	CONTRATO CANCELADO	50-8762745/21
MARIALVA PINHEIRO OLIVEIRA COSTA	148.308.335-72	CONTRATO CANCELADO	50-8467073/21
ROSELI FERREIRA DA SILVA	952.779.278-91	CONTRATO ATIVO	50-8615725/21
VILMA DA SILVA OLIVEIRA	174.555.838-18	CONTRATO ATIVO	50-8913466/21

Conforme se verifica, dos 12 consumidores citados, somente 03 operações possuem status **ativo** junto ao Banco Daycoval, sendo que 09 operações se encontram **canceladas** antes mesmo de sua indicação neste processo.

Importante aclarar que para os 09 consumidores acima com status **cancelado**, identificou o Banco Daycoval anterior atendimento administrativo, através do qual, Banco e Cliente encontraram solução amigável para cancelamento imediato das operações ou cancelamento mediante efetiva devolução dos valores mutuados ao Banco Daycoval ou cancelamento mediante compromisso de devolução futura do crédito.

No tocante aos 03 consumidores cujos contratos ainda se encontram **ativos**, também para estes foram identificados acionamentos administrativos junto ao Banco antes do presente processo, nos quais, em atendimento, o Banco Daycoval, por mera liberalidade, **ofertou expressamente a estes consumidores a possibilidade de cancelamento das referidas operações**, conforme se comprova pelas respostas em anexo. Porém, até a presente data estes consumidores não retornaram ao Banco Daycoval para informar sobre a devolução do mútuo realizado em conta de sua titularidade, nem tampouco para ofertar outros meios de solução.

A exemplo, cita-se o caso da consumidora **Bitenila Soares Alves** que, mesmo diante da proposta de cancelamento da operação mediante devolução, não mostrou interesse na sugestão formulada pelo Daycoval, o que se verifica nos termos da resposta enviada à consumidora, conforme ilustração a seguir:

Deste modo, antes mesmo de reiterarmos a demonstração a respeito da regularidade e legitimidade da contratação, o Banco Daycoval, demonstrando sua deferência à solução da controvérsia, por mera liberalidade e primando pela satisfação de seus clientes, informa que se dispõe a cancelar o contrato, objeto desta reclamação.

Para tanto, visando que as partes retornem ao estado anterior e para inibir o enriquecimento sem causa, informamos que o cancelamento da operação poderá ocorrer mediante a devolução de R\$ 5.611,11 que refere-se ao valor da TED anteriormente depositada na conta da consumidora, no valor total de R\$ 7.391,11, abatido o valor das


Banco Daycoval
Avenida Paulista, 1793 – São Paulo – SP – 01311-200 – Bela Vista.
PABX: (11)3138.0500 – fax: (11)3138.0400 – www.daycoval.com.br
DAYCOVAL-23728

Banco Daycoval

parcelas já pagas, no valor total de R\$ 1.780,00, sendo que até o presente momento, o Banco possui conhecimento de 10 descontos de R\$ 178,00 cada.

- Valor recebido: R\$ 7.391,11
- Valores descontados: (-) R\$ 1.780,00
- Valor a ser devolvido: R\$ 5.611,11

Caso a consumidora tenha sofrido algum outro desconto deste contrato junto ao seu benefício, poderá abater o respectivo valor da quantia acima e devolver ao Reclamado somente a diferença.

 juridicovarejo <juridicovarejo@bancodaycoval.com.br> 'bitenilas@gmail.com' 22/03/2022

BITENILA SOARES ALVES – CPF 112.781.628-44

DEMONSTRATIVO 112... 0 bytes

TED 7.391,11.pdf 0 bytes

BITENILA SOARES ALVE... 0 bytes

CCB BITENILA.pdf 0 bytes

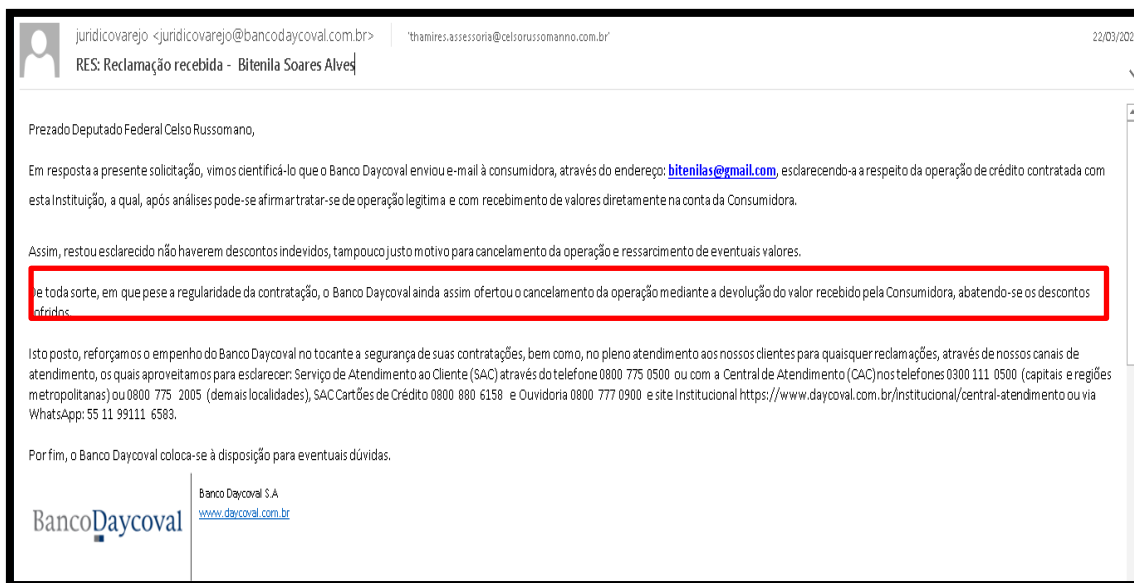
São Paulo, 22 de Março de 2022.

À SRA. BITENILA SOARES ALVES
bitenilas@gmail.com

Notificação extrajudicial
BITENILA SOARES ALVES – CPF 112.781.628-44

BANCO DAYCOVALS/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1793, Bela Vista, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 62.232.889/0001-90, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria responder à **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** enviada à esta Instituição Financeira por meio da Assessoria Jurídica Deputado Federal Celso Russomano, na qual V.Sa. afirma a "que passou a sofrer descontos em sua aposentadoria, provenientes de cartão e empréstimo consignado com a empresa reclamada que jamais contratou", esclarecer o quanto segue.

O tratamento dispensado a Sra. Bitenila foi, inclusive, comunicado ao Membro da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, Deputado Celso Ubirajara Russomano, conforme ilustração a seguir:



Importante esclarecer que o acolhimento de solicitações para cancelamento de operações decorre exclusivamente de política interna da Instituição Financeira com vistas a conciliar suas missões e valores com a satisfação do consumidor, isto é, no exercício de sua política financeira, que por mera liberalidade e sem qualquer reconhecimento de culpa ou de irregularidade da operação de crédito, o Daycoval ajustou com os seus clientes uma forma de compor todos os interesses envolvidos.

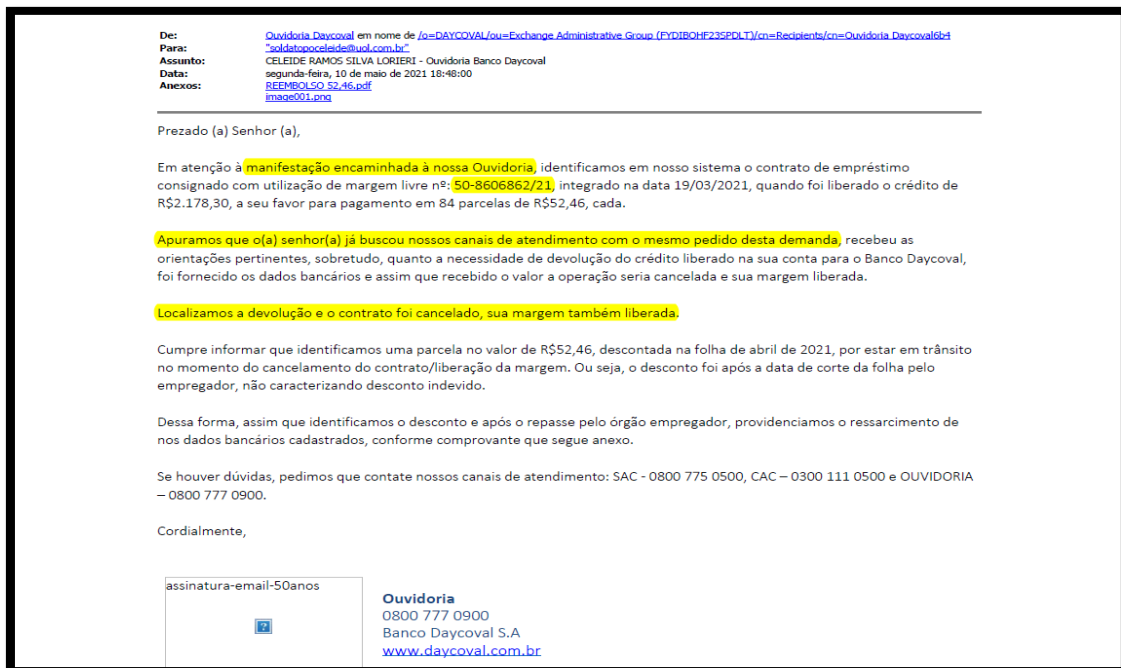
Assim, tal conduta não deve ser interpretada em momento algum como eventual assunção de culpa, sob pena de se penalizar aquele que agindo em busca da solução acolhe de imediato ao pleito do consumidor sem nenhum entrave.

Desta forma, vale ressaltar que cada uma das operações supra mencionadas foram firmadas de forma legítima, mediante a assinatura de cada um dos consumidores que, no ato da contratação, além do consentimento expresso, forneceram cópia dos seus respectivos documentos, além de informações sobre dados do benefício previdenciário e dados bancários para crédito do valor contratado.

Por fim, para confirmar o acerto e regularidade das operações acima descritas, seguem anexados a esta defesa todos os contratos firmados junto ao Banco Daycoval, bem como os respectivos demonstrativos de débito.

Prestados os devidos esclarecimentos a respeito dos consumidores indicados pelo Deputado Celso Ubirajara Russomanno, entende o Daycoval importante destacar que embora o Banco disponha de diversos canais de atendimento (SAC, Atendimento Virtual, WhatsApp), cujo tratamento é pautado nas mesmas premissas, condições e políticas de atendimento ao consumidor, alguns destes consumidores optaram em buscar uma solução através de canais de mídia [TV RECORD – PATRULHA DO CONSUMIDOR] que, a toda evidência, era prescindível, haja vista que o tratamento por meio de canais oficiais de atendimento do Banco Daycoval seria semelhante e por vezes mais célere.

A exemplo, cita-se o caso da consumidora Sra. Celeide Ramos Silva Lorieri, que também integra a relação apresentada pelo referido parlamentar, mas que teve seu pleito resolvido através de atendimento prestado por meio dos canais oficiais do Banco Daycoval:



O contrato firmado com esta consumidora [50-8606862/21] já havia sido estornado em 16 de abril de 2018 (data anterior ao acionamento do Deputado).

BANCO DAYCOVAL S/A													Pg. 1/7				
Demonstrativo de Operações													Pre.: 29/07/2022 13:27:12				
													Sist.: 29/07/2022 Cont.: 27/07/2022				
													CDC - C683858				
													AJ0030 - MTRCDOPE				
Nr. Oper.:		50-8606862/21		Modalidade:		INSS		Cliente:		CELEIDE RAMOS SILVA LORIERI(05365399802)							
Filial:		MATRIZ		Gerente:		JAQUELINE ELVIRA		Promotora:		BEVICRED-P PRUDENTE		Empregador:		005002-INSS			
Orgao:		APOSENTADO		Nr. Oper. Ext.:				Bem Financ.:		Não Cadastrado		CPF/CNPJ:		063.953.998-02			
Supervisor:		413.835.368-21												Matrícula: 1540402310			
Status:		Operação Estornada em 16/04/2021 - Última situação Contábil: Normal										Rating Oper.:		Rating Cliente:		Data de classificação:	
Dt. Base:		19/03/2021		Dt. Vcto.:		10/04/2028		Nr. Parcelas:		084		Prazo:		2579 Dias		Indexador: R\$	
												Vlr. Operação:		2.247,14		Valor Bruto: 4.406,64	
Despesas / Tarifas Financ.:		0,00		Despesas / Tarifas não Financ.:		0											
JUROS P/ CÁLC.		Tp. Calc.: 0		Tx. Jr. %aa:		23,5803		Tp.(S/C): C		JUROS DE MORA		Tx. Mr. %aa		0,0000		Ind. Mr.: 01	
Tx. OP. a.m.:		1,7561		Tx. OP. a.a.:		23,2325		TC: 0,00		IOF: 66,84		Vlr Seg Financ.:		0,00		Tx.CET %am 1,8510	
																Tx. de ap. %aa 23,2325	
																Tx.CET %aa 25,0000	

Por esta perspectiva, conclui-se que os canais de atendimento oficiais do Banco Daycoval são eficientes e, portanto, prescinde de busca, pelo consumidor, a outros canais informais e de programas de televisão que, aliás, embora não obste o atendimento por parte da Instituição Financeira, não contribui a uma ágil solução, uma vez que os dados da operação financeira apenas podem ser compartilhadas com o titular da relação, seja em razão da conformidade com a LGPD, seja pela conformação com a LC nº 105/2001 que atribui o sigilo às operações financeiras.

De toda sorte, seja por meios dos canais oficiais desta Instituição, seja por meio do acionamento do D. Deputado Celso Russomano, conforme demonstra, o Banco Daycoval atendeu a todos os consumidores com propostas imediatas de solução, restando tão somente 03 operações ainda com status ativos por razões exclusivamente sobre o controle do próprio Consumidor.

V. DO RANKING RECLAMAÇÕES PROCEDENTES 2021 BACEN – DAS RECLAMAÇÕES CONSUMIDOR.GOV (SENACON) - DO POSICIONAMENTO DO BANCO DAYCOVAL – DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA REDUÇÃO – DOS NUMEROS ATUAIS

Ao longo de 50 anos de sua história, o Banco Daycoval sempre teve como **missão** oferecer soluções financeiras com excelência, segurança e agilidade, contribuindo para o desenvolvimento de seus clientes e parceiros, seguindo preceitos de sustentabilidade econômica e responsabilidade social, sem perder o norte a respeito de sua **visão** de estar entre os principais players do mercado financeiro atuando com solidez, sustentabilidade, diversificação, **ética**, modernidade, liquidez e agilidade para trilhar seu caminho pela **conduta íntegra, responsável e transparente, baseada em princípios éticos, morais e legais**

Foi com base nestas premissas que o Banco Daycoval construiu sua trajetória no mercado financeiro, adquirindo respeito de seus clientes, fornecedores, reguladores e até mesmo players de mercado.

Nesta trajetória, fundada em respeito, qualidade, ética, moralidade e legalidade, ingressou o Banco no mercado de crédito consignado, afim de participar do acesso ao crédito a camada da sociedade mais vulnerável e necessitada, principalmente aposentados e pensionistas vinculados a esta Autarquia, estando ciente do desafio que o segmento de Varejo estaria por trazer.

Assim, desde o início de suas atividades, o Banco Daycoval sempre se preocupou em manter a qualidade de seus serviços e atendimentos adequados as suas premissas basilares e principalmente as necessidades destes clientes, não medindo esforços para manter-se com os menores índices de reclamações em todos os seus canais internos e externos utilizados por seus clientes e consumidores para quaisquer contatos, solicitação ou reclamação.

Esta estratégia sempre manteve o Banco Daycoval em posições distantes dos Concorrentes com os maiores números de reclamações, excetuando-se tão somente para o ano de 2021, o qual, tratou-se de um ano atípico para toda a sociedade, mercado financeiro e principalmente para o crédito consignado.

Com o advento da pandemia de Covid 19 iniciada em meados de 2020, diversos foram as repercussões e impactos, desde sociais, econômicos, políticos e culturais, todos sem precedentes na história recente, tendo a economia brasileira sofrido um tombo histórico ao longo destes 02 anos.

O primeiro semestre foi especialmente marcante nessa crise econômica. De março a junho, 1,6 milhão de empregos com carteira assinada (aqueles que oferecem mais garantias ao trabalhador) foram eliminados. Em um país com 212 milhões de habitantes nem sempre é fácil medir o que representam esses números milionários. Mas o impacto da pandemia no mercado formal não foi pequeno: mais de 4% dos postos com carteira no país deixaram de existir em apenas quatro meses.

Assim, diversas foram as medidas tomadas neste período, por todas as camadas da sociedade e governo na tentativa de reduzir estes impactos e desacelerar as perdas. Dentre elas a Lei 14.131 de 30 de Março de 2021 a qual dispôs sobre acréscimo de 5% ao percentual máximo para contratação de operações de crédito consignado com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021.

Conforme se verificará nas elucidações prestadas a seguir, a promulgação da referida Lei possui relação direta com o aumento dos índices verificados junto ao Banco Central e Senacon e por isso, se faz necessário avaliar tais elevações sem perder de vista o intuito da referida legislação e principalmente o momento econômico de sua promulgação. A lei 14.131/2021 veio em socorro para subsistência dos mais necessitados, afim de auxiliá-los em um momento excepcional e desesperador, onde o aumento de acesso ao crédito barato e seguro poderia significar a existência ou não do alimento de grande parte da sociedade.

Assim, feitas as considerações acima, seguindo-se com o compromisso de transparência do Banco Daycoval, passamos a prestar os devidos esclarecimentos a respeito dos números apresentados no tocante a reclamações em face desta Instituição junto ao Banco Central do Brasil e Senacon (Consumidor.Gov).

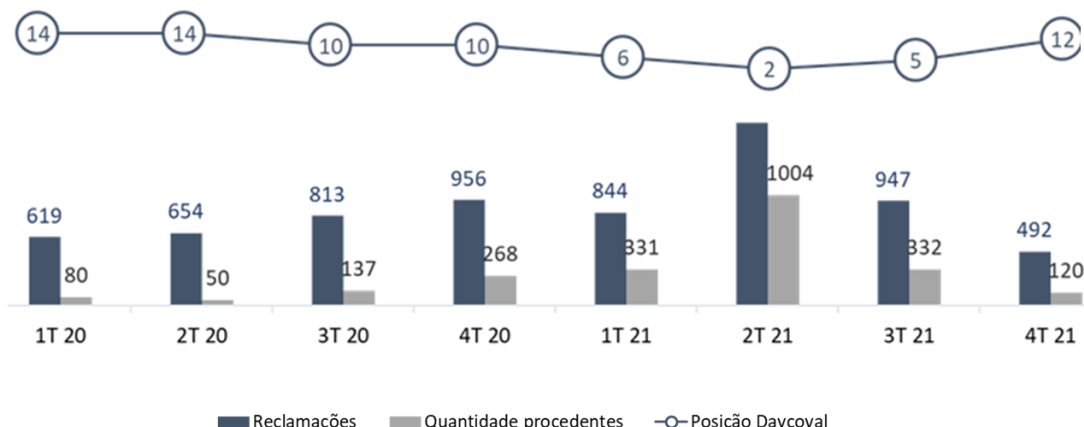
V.A. – DAS RECLAMAÇÕES JUNTO AO BANCO CENTRAL

Preliminarmente pedimos vênia para fazer um sutil apontamento de ajuste a respeito do número indicado (1.787), posto que, conforme se pode verificar pela consulta abaixo realizada junto ao site do próprio Banco Central, o número correto de reclamações consideradas procedentes em face desta Instituição para o período de 2021 foi 1.783, o qual esta Instituição reconhece estar acima de suas médias ao longo de sua trajetória junto a este órgão.

Número	Tipo da demanda	Disponibilização	Prazo	Motivo(s)	Situação	Instituição	Demandante
2020447223	Reclamação regulada	09/12/2020 10:42	30/12/2020	ADEQUAÇÃO E PREST INFO PROD E SERV - CRÉDITO CONSIGNADO	Encerrada: reclamação regulada procedente	62.232.889 BANCO DAYCOVAL S.A.	291.506.869-28 ANA CLAUDIA DOS SANTOS GARCIA

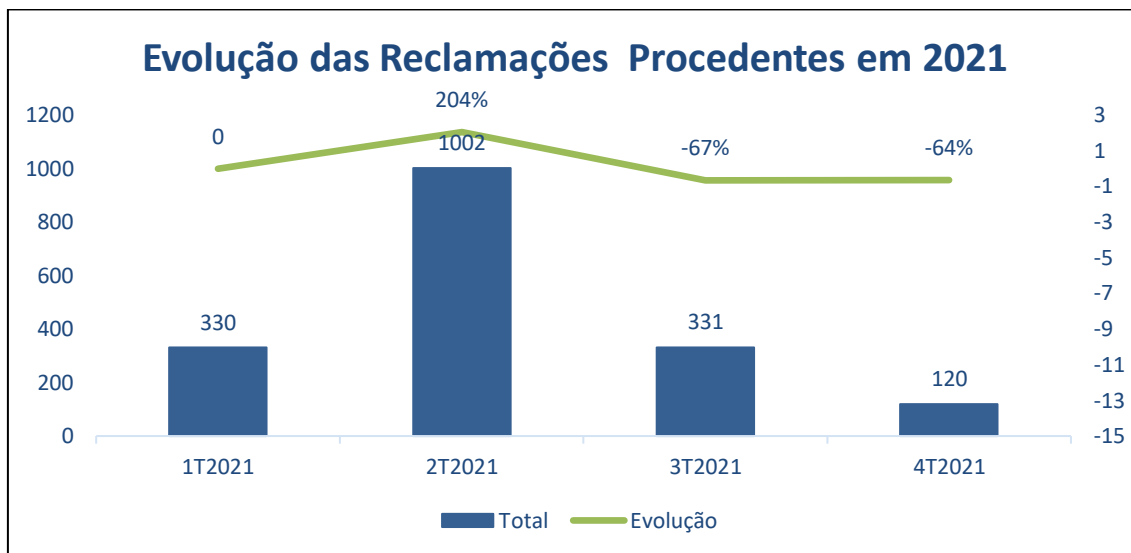
Através do gráfico abaixo é possível verificar as últimas posições ocupadas por esta Instituição no referido ranking desde 2020, o qual demonstra que o Banco Daycoval sempre se manteve distante das primeiras colocações por grande parte do período.

Volumetria Ranking - Banco Central



De toda sorte, não se quer aqui ignorar que no ano de 2021 esta Instituição passou a integrar o ranking dos bancos com mais reclamações, chegando a ocupar a 2º posição no 2º trimestre de 2021. Porém, conforme também é possível observar, uma vez identificado o problema, o Banco Daycoval atuou de forma célere em busca de retornar aos seus patamares anteriores, o que já pode ser efetivamente constatado no 4º trimestre de 2021, momento que o Banco Daycoval ocupou o 12º lugar no referido ranking.

O mesmo pode ser observado quando se avalia nominalmente a quantidade de reclamações ocorridas no mesmo período. Em que pese o aumento expressivo no 2º trimestre de 2021, o qual, será a seguir melhor esclarecido, é possível observar a queda expressiva de reclamações consideradas procedentes pelo r. Órgão já no 4º trimestre de 2021.



Ainda sobre estes índices junto ao BC importante aclarar que os números de reclamações que resultam nas posições de cada banco nos trimestres são compostos das reclamações FINALIZADAS naquele período, o que não necessariamente representa o número de reclamações RECEBIDAS naquele mesmo período. Assim, não é incomum que reclamações recebidas em períodos anteriores afetem o resultado de rankings posteriores.

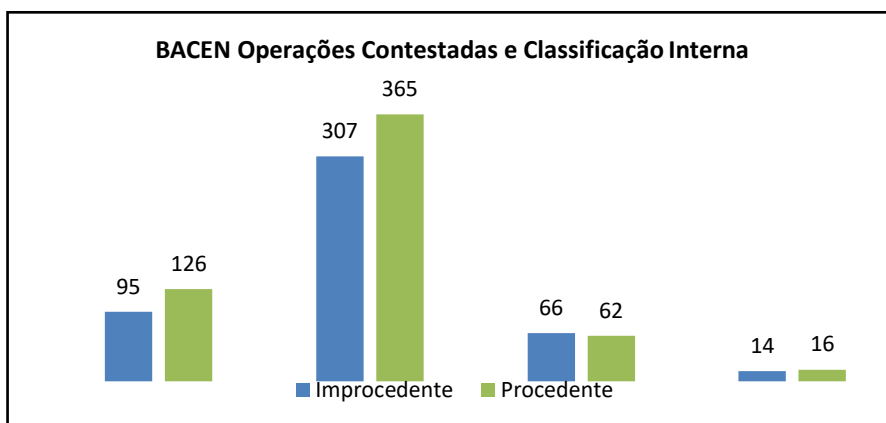
Ademais, importante destacar que dentre os números acima, constam **todos os tipos de reclamações** registradas em face do Banco Daycoval e **para todos os seus produtos**. Assim, entende-se que para esta Autarquia, o cenário de maior interesse a respeito destas informações deve ter como foco as reclamações oriundas de **crédito consignado** e atreladas a **aposentados e pensionistas do INSS**, os quais representam **1.333 reclamações** do total suscitado e sobre o qual agora teceremos considerações a respeito da metodologia utilizada pelo Banco central para classificação destas “**procedências**”.

O referido órgão, utiliza-se de suas normas, tais como a Resolução 4.283/2013, a qual dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços, para classificar as ocorrências como “**procedentes**” ou “**improcedentes**”.

Referida norma traz em seu bojo que para os casos onde o Consumidor conteste a formalização da operação, ainda que o Banco **comprove a regularidade do contrato** com expressa **assinatura do Consumidor**, que o Banco Central pode classificar a reclamação como “**procedente**”, por compreender, na verdade, como “**oferta inadequada de produtos e serviços**”, o que, não representa, em absoluto, identificação de vícios de formalização da operação de crédito.

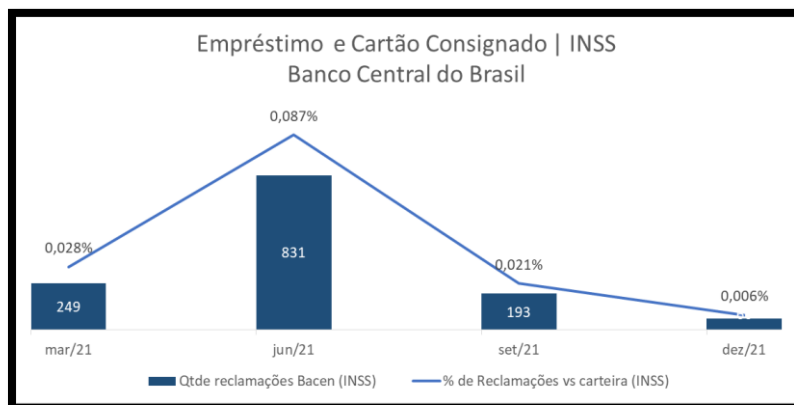
Tal consideração é de extrema importância, posto ser este o maior volume de reclamações classificadas procedentes pelo regulador ao longo de 2021 em face do Banco Daycoval (1.051).

Porém, se avaliarmos estas mesmas reclamações considerando exclusivamente a existência ou inexistência de verossimilhança dos fatos contidos na reclamação (percepção interna do Banco a partir dos argumentos da reclamação), em verdade, teríamos tão somente **569 reclamações** como passíveis de classificação procedente.



De toda sorte, mesmo considerando a classificação interna do Banco, não se ignora o fato de que os volumes ainda estão acima do desejável por esta Instituição, a qual já observou que este crescimento está intrinsecamente atrelado as medidas provisórias promulgadas em 2021 afim de acrescer margem extra de 5% para o empréstimo consignado, como meio de fomentar a economia em razão da pandemia e principalmente com escopo de auxiliar os mais necessitados neste momento de extrema carência.

Os números abaixo revelam de forma cristalina que o Banco Daycoval sempre possuiu baixos volumes de reclamações frente a sua produção de crédito consignado - INSS e que seu crescimento de reclamações acompanhou de forma direta e indiscutível o aumento de concessão de crédito decorrente da publicação da Lei 14.131/2021.



Importante destacar que o quadro acima também demonstra de forma irrefutável que os números atuais já retornaram aos patamares anteriores, o que comprova o esforço desta Instituição na aplicação de medidas rápidas e eficazes a solução dos enfrentados durante o 2º trimestre de 2021.

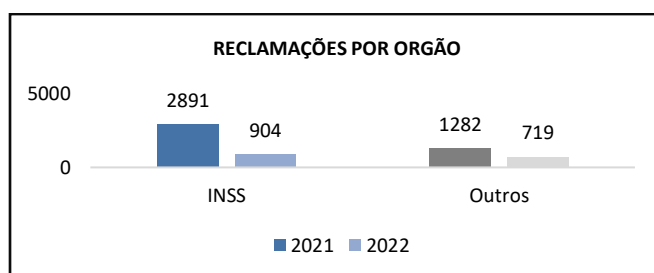
V.B. – DAS RECLAMAÇÕES JUNTO AO SENACON (CONSUMIDOR.GOV)

A respeito das informações indicadas pelo Senacon, preliminarmente, importante aclarar que no tocante a indicação de 4.173 reclamações registradas em face desta Instituição foi possível aferir através de extração de relatório na própria plataforma Consumidor.Gov que estes registros se referem, em sua grande maioria, ao produto crédito consignado, embora, esteja composto de todos os órgãos que possuem esta modalidade de operação.

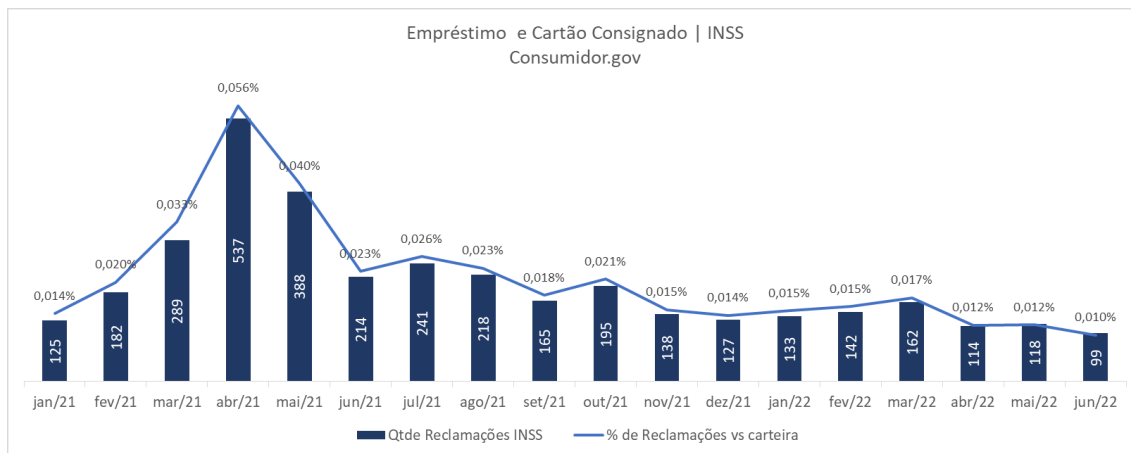
Por outro lado, utilizando-se do mesmo relatório, foi possível aferir que para o ano de 2022 o **número correto de reclamações em face do Banco Daycoval é de 1.623** registros, incluindo junho/22 e **não 3.594 reclamações**, conforme quadro abaixo.

2021													2021 Total	2022								2022 Total
PRODUTO	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul		
EMP CONSIG	133	187	375	714	478	232	237	202	168	178	110	88	3102	80	88	105	74	80	49	71	547	
CARTAO CONSIG	27	36	33	40	54	60	80	92	97	80	150	148	897	193	213	149	183	97	73	86	994	
NÃO CLIENTE				1	5	5	2	2	85	6	3	6	120	5	7	5	6	7	9	17	56	
OUTROS PRODUTOS	1	6	8	5	7	8	2	11	1	1		4	54		3	1	2	2	1	17	26	
Total Geral	161	229	417	764	544	302	321	390	272	262	266	245	4173	278	311	260	265	186	132	191	1623	

Ademais, considerando o escopo do presente ofício, entende-se pertinente recortar destes totais, os números de reclamações que efetivamente possuem vínculo com aposentados e pensionistas do INSS, excluindo-se assim aquelas oriundas de outros órgãos.



Assim, avaliando-se exclusivamente o volume de reclamações mensais de consumidores vinculados ao INSS junto ao Consumidor.Gov frente ao número de operações de crédito consignado formalizados pelo Banco para o mesmo período, é possível observar que também neste órgão, o percentual de reclamações desta Instituição sempre estão mantidos em baixos índices, tendo sofrido pontuais acréscimos nos meses próximos a publicação da Lei 14.131/2021 e já tendo retornado à patamares abaixo dos anteriores, mesmo com o incremento de produção durante este período.

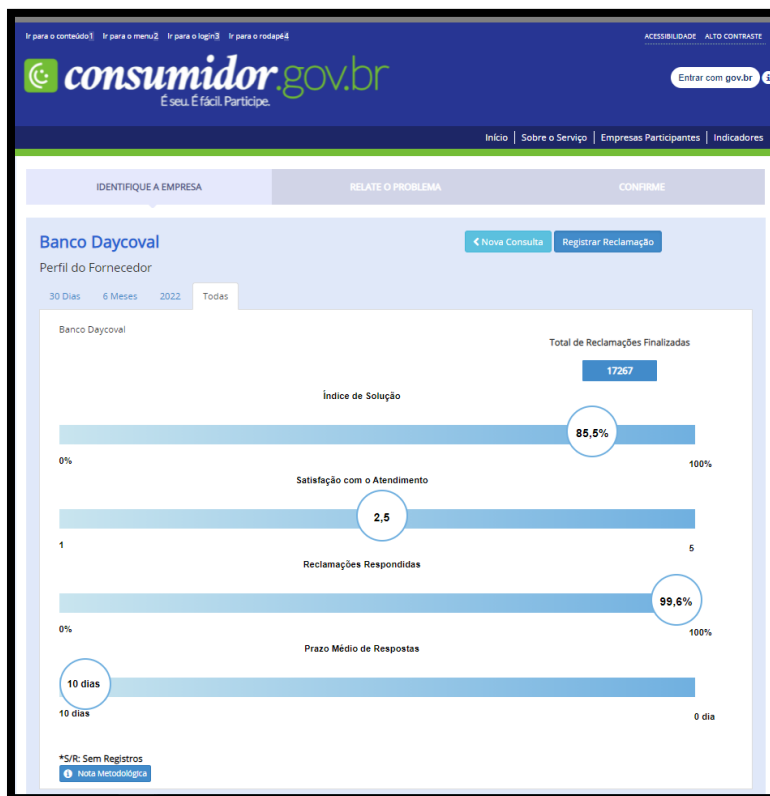


Ademais, importante esclarecer que os números acima são compostos de todos os tipos de registros realizados pelo Consumidor na plataforma Consumidor.GOV, incluindo eventuais contestações a respeito de formalizações, como também, solicitações de cópia de contrato, boleto, dúvidas sobre portabilidade e etc.

Assim, não se pode fixar como entendimento pacificado e absoluto que todos os registros acima representam necessariamente conduta indevida ou abusiva por parte desta Instituição, tampouco se pode afirmar que o simples registro da reclamação condiz com absoluta procedência das alegações.

Em média, ao longo do ano de **2021**, do total de reclamações registradas na referida plataforma (a qual não realiza nenhum tipo de análise e classificação a respeito do relato do consumidor e da resposta da Instituição), seguindo os critérios internos para classificação destes registros, esta Instituição apurou que **72%** destes acionamentos foram considerados como **NÃO PROCEDENTES** ou desnecessários (dado a possibilidade de contato do Consumidor com o Banco através de seus canais próprios de atendimento), sendo que para o ano de **2022** essa média de **79%**.

Em consonância com estes dados, o Banco Daycoval aparece no próprio site do Senacon para o ano de **2021** com **99,6% de índice de respostas**, o que demonstra que o Banco não deixa de atender as reclamações registradas e **85,5% de índice de solução**, o que significa dizer que, além de realizar o atendimento, esta Instituição efetivamente dá **SOLUÇÃO** à reclamação do Consumidor, atendendo ao principal objetivo da plataforma.



Para o ano de **2022** os números acima já demonstram crescimento, estando a Instituição com **99,9% de atendimento e 88,7% de solução**.

Ainda neste caminho, vale relembrar que o Banco Daycoval é signatário da Autorregulação do Crédito Consignado, o qual exige da Instituição índice mínimo de 60% de solução junto ao Consumidor.GOV e conforme acima, o índice do Banco Daycoval é extremamente superior a exigência mínima.

No escopo em reforçar os esforços do Banco Daycoval a respeito do atendimento a seus clientes e consumidores em geral, segue também sua avaliação junto ao canal **RECLAME AQUI**, cujos índices são baseados na classificação indicada pelo próprio Consumidor, estando o Banco classificado como **ÓTIMO!**



Por fim, segue ainda o ranking de avaliação do canal SINDEC, com as avaliações do Banco Daycoval, o qual, encontra-se acima da média com 78,82%.

Em 2021 o índice médio de solução na plataforma SINDEC foi de 73,54% e o Banco Daycoval conquistou o índice de 82,42%, ocupando:

- ✓ 2º posição entre os melhores índices de solução, considerando apenas as instituições financeiras;
- ✓ 17º colocação entre os melhores índices de solução entre empresas de diversos seguimentos.

Índice de Solução

73,54 %
Índice de Solução Preliminar Médio (CIP)

Empresa	Total de CIPs	Índice de Solução Preliminar (CIP)
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA	1.154	98,18 %
EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO AS - EMBASA	1.148	96,95 %
LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE	1.340	95,60 %
POSITIVO INFORMATICA	1.053	91,07 %
SMARTFIT	5.104	89,64 %
VIVO/ TELEFONICA / GVT	28.310	88,07 %
HOTEL URBANO	2.157	87,48 %
IMK ELETRODOMÉSTICOS LTDA- MONDIAL	1.048	86,93 %
CLARO / EMBRATEL / NET / NEXTEL	37.333	86,56 %
CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP	5.422	86,19 %
TIM/INTELG	22.582	84,97 %
EQUATORIAL MARANHÃO (CEMAR)	2.162	84,37 %
DROGARIA SÃO PAULO / PACHECO	1.077	84,22 %
SKY	5.436	83,33 %
CREFISA	1.171	82,49 %
CASAS BAHIA/ PONTO FRIO/ CNOVA/ EXTRA.COM	19.485	82,45 %
BANCO DAYCOVAL	3.572	82,42 %

Desta forma, são estes os esclarecimentos os quais se entende pertinentes a serem feitos no presente processo administrativo no intuito de demonstrar a esta Autarquia o respeitoso caminho trilhado pelo Banco Daycoval na concessão de crédito a todos os seus clientes e não clientes, principalmente no tocante ao crédito consignado, de forma a garantir a este público serviços de excelência, qualidade e eficiência durante toda a sua jornada de relacionamento com o Banco, o que inclui o atendimento de todo e qualquer acionamento para dúvidas, sugestões ou reclamações, sendo prioridade desta Instituição o atendimento imediato e satisfatório.

VI. DA ATUAÇÃO INTENSA DO BANCO DAYCOVAL EM MEDIDAS DE PREVENÇÃO À FRAUDE:

O Banco Daycoval logrou demonstrar a regularidade de todas as operações de crédito indicadas neste processo administrativo, todavia, importante dizer que esta Instituição Financeira, no desempenho de sua atividade comercial, adota inúmeras medidas de segurança na análise do crédito, cujo objetivo é garantir ao consumidor a legitimidade, regularidade e qualidade da prestação de serviço.

É fato que todas as Instituições Financeiras buscam, continuamente, implementar medidas eficazes de prevenção e combate à fraude, pois, a inibição e ação contra estes ardis fortalece a relação entre Bancos e Clientes, realça confiança da prestação de serviços e reduz prejuízos, tanto para os consumidores como para os fornecedores.

Nesta ceara, o Banco Daycoval, com vistas à prevenção de fraudes, bem como de inibir prejuízos aos consumidores, adota uma série de medidas concretas e eficazes a fim de conter estas situações.

Importante registrar que tais medidas não se operam de forma finita, estando em constante evolução para garantir segurança e satisfação contínua dos usuários do serviço bancário.

A) Das contratações por canais digitais

A revolução tecnológica tem sido sentida em diversos segmentos da economia e na prestação de serviço bancário não seria diferente, isto porque, há alguns anos, instituições financeiras passaram a adotar o modelo de contratação digital e é seguro dizer que tais meios modernos de celebrar negócios, deixaram de se servir unicamente o papel, passando a se consubstanciar, também, em meio eletrônico.

A contratação digital traz diversos benefícios aos consumidores e às instituições financeiras, pois, reduz os custos da contratação, diminui a burocracia, além do conforto ao contratante, pois pode celebrar negócios sem sair de casa ou onde estiver, sem a necessidade da presença física em uma agência ou correspondente bancário, bastando utilizar-se do seu celular com acesso à internet.

No quesito segurança, as vantagens são inúmeras, pois são diversas camadas de proteção que precisam ser atendidas na jornada de contratação, dificultando, portanto, a atuação de fraudadores.

Assim, o Banco Daycoval, afim de dar eficiência e qualidade na formalização de contratos de crédito consignado, investiu ao longo dos últimos anos em novos suportes de contratação, voltados a garantir qualidade, eficiência, agilidade e segurança na formalização da operação de crédito consignado.

Diante disso, grande parte das operações são formalizadas através de tramites digitais, o qual, confere maior legitimidade ao contrato, conforme facilmente se denota no resumo abaixo a respeito das camadas de proteção aplicadas nesta modalidade de negócio:

- Cliente recebe o link de formalização por SMS;
- A formalização da proposta não pode ser realizada via desktop, apenas no mobile para que seja possível capturar os dados de segurança da jornada;
- Logo no início da formalização é solicitado que o cliente habilite a câmera e geolocalização (itens obrigatórios);
- A geolocalização é capturada no ato da assinatura digital, para que se possa cruzá-la com o endereço residencial indicado na proposta, sendo calculada a distância entre os dados.
- Para assinatura do contrato, é solicitado uma *selfie* do cliente com tecnologia que verifica se de fato trata-se de um cliente tirando uma *selfie* e não uma pessoa utilizando-se de uma foto (o que impede a assinatura se não houver confirmação de tratar-se da própria pessoa);
- Esta mesma *selfie* é enviada para a empresa SERPRO, que faz a comparação desta *selfie* com a base de *selfies* de CNH, retornando com o índice de similaridade (%match);
- Com índice menor que 94%, a proposta é derivada para análise manual.
- Também são coletados dados do dispositivo utilizado (modelo do aparelho, navegador, ip do cliente);

- Análise do telefone: operações formalizadas com o mesmo número de celular, para cpf's divergentes, é gerado um alerta para análise.

Em documento anexo, o Banco Daycoval disponibiliza material que elucida, de forma didática, a jornada percorrida pelo consumidor no momento da contratação. Lá, é possível enxergar o passo a passo e como cada mecanismo de segurança funciona durante a experiência da contratação.

B) DAS CAUTELAS NAS CONTRATAÇÕES POR MEIO FÍSICO

Nas contratações convencionais, diga-se, em suporte de papel, o Banco Daycoval disponibiliza aos seus colaboradores o manual antifraude, onde contem orientações sobre o processo de formalização do contrato com vistas a inibir fraudes.

Por este material, o colaborador é orientado sobre os seguintes aspectos: *i)* necessidade de exame da documentação e dados cadastrais recebidos; *ii)* Postura verbal e corporal comumente verificada nos fraudadores; *iii)* como identificar um fraudador potencial (perfil do fraudador); *iv)* Análise dos documentos utilizados no ato da contratação, como, comprovante de endereço, documentos pessoais, assinaturas e etc.

É se dizer, o Daycoval adota rigorosas medidas de cautela na aprovação do crédito a fim de oferecer segurança aos clientes, bem como assegurar a legitimidade de suas contratações.

É importante ressaltar que em todas as operações de crédito consignado, sem exceção, os valores contratados são creditados diretamente em conta de titularidade do contratante, ou seja, no ato da realização do crédito, há conferência de todos os dados fornecidos pelo contratante, tais como: Banco, agência, conta, CPF e nome do titular e apenas se todas estes dados conferirem com o do contratante é que o crédito será realizado

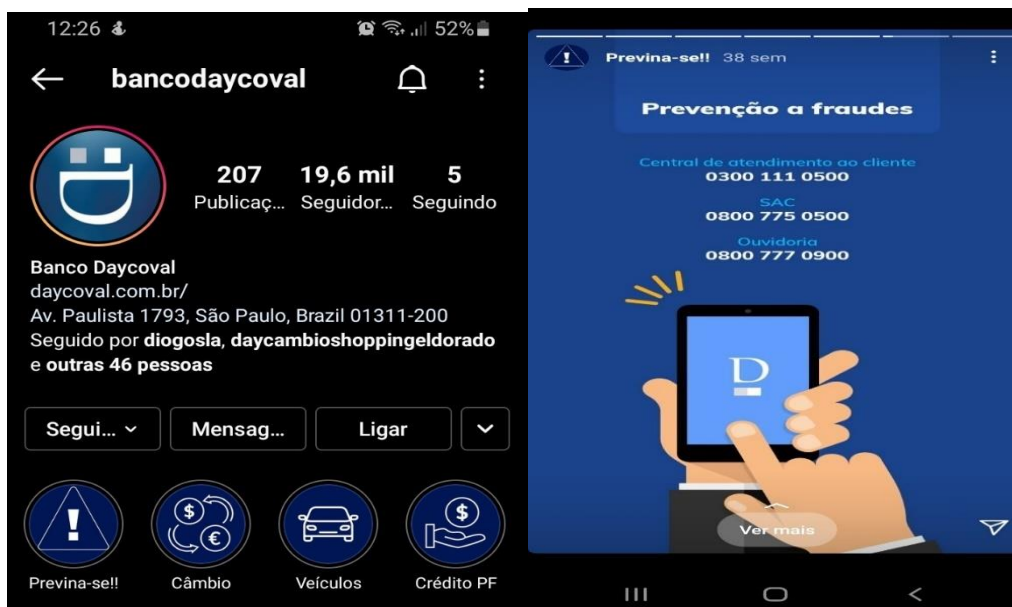
Por derradeiro, mas não menos importante, há que se destacar as medidas de pós-venda, através das quais, por amostragem, o Banco Daycoval efetua ligações para seus clientes, no intuito de confirmar dados e sua ciência a respeito da contratação realizada, bem como, alertar o cliente sobre golpes aplicados por terceiros fraudadores.

Este procedimento se dá mediante ligações gravadas, cujo objetivo é garantir a segurança do consumidor, a legitimidade da contratação, o acerto dos dados pessoais do consumidor e dos dados bancários da conta de que é titular, além da certeza da aderência do cliente ao produto solicitado, bem como, certificar o cumprimento, pelo Correspondente Bancário, às boas práticas e normas estabelecidas pela Instituição, na oferta e contratação de seus produtos, além do estrito cumprimento aos atos normativos aplicáveis a espécie, em especial, o Código de Defesa do Consumidor, regulamentações do Banco Central do Brasil e às exigências contidas na Autorregulação Bancária.

É evidente que o Banco Daycoval, de forma proativa e almejando o bem-estar dos consumidores, concentra esforços para prestar o melhor atendimento e dar ampla segurança às suas relações comerciais e, nesta esteira, amplia sua atuação contra qualquer prática ilegal cometida contra os consumidores, sem prejuízo de contínuos investimentos a fim de prevenir e reprimir qualquer atentado aos direitos que alude o Código de Defesa do Consumidor e demais atos normativos aplicáveis à espécie

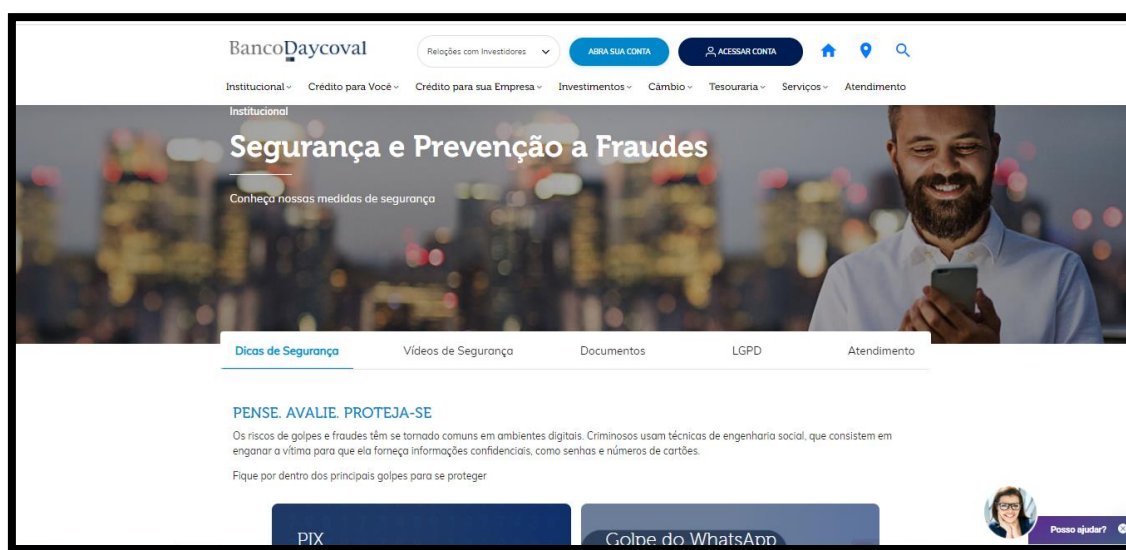
C) INFORMAÇÃO

O Banco Daycoval dispõe de intenso investimento em orientações e informação para prevenção de fraudes, fazendo circular em suas redes sociais, site Institucional e, inclusive, nos contatos mantidos com os consumidores, orientações e alertas de prevenção de fraude, a fim de evitar que estes sejam vítimas de práticas criminosas cometidas por terceiros:

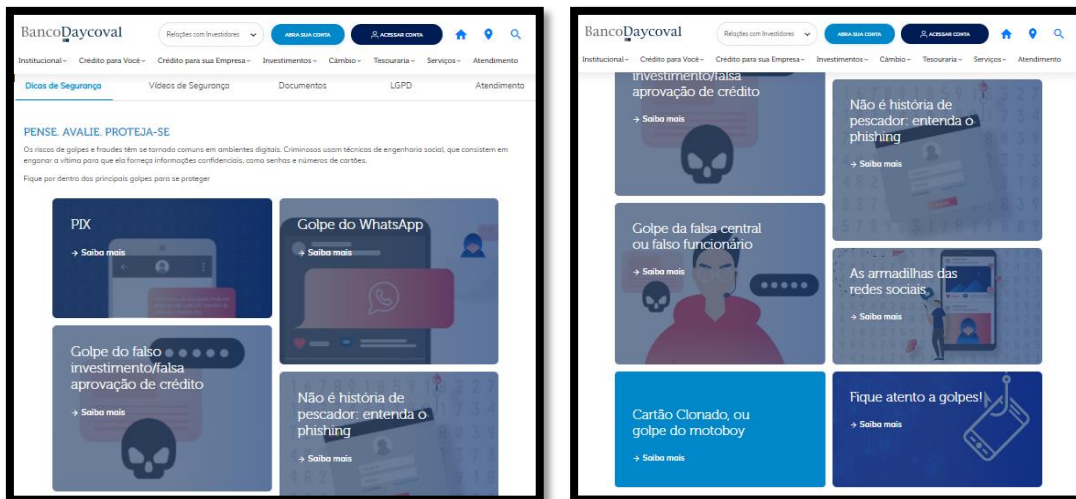


Na ilustração acima consta uma das várias publicações nas redes sociais do Banco Daycoval chamando a atenção do cliente aos canais de atendimento que prestam informações sobre prevenção de fraudes, orientações gerais e esclarecimentos para inibir qualquer tentativa de “golpe” contra os consumidores.

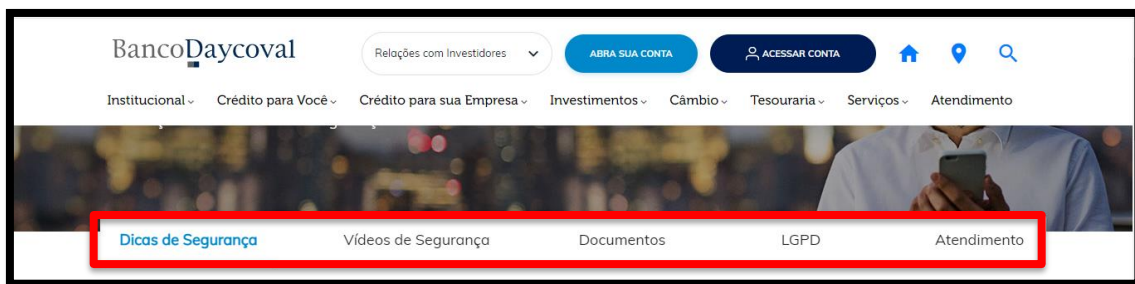
E não é só, veja o informe em destaque que consta no site institucional do Banco Daycoval “<https://www.daycoval.com.br/institucional/seguranca-e-prevencao-a-fraude>” :



Neste ambiente, o consumidor tem acesso a uma gama de informações, orientações e dicas de segurança a fim de preveni-lo de diversos golpes:



Além de minuciosos esclarecimentos, o Banco ainda coloca à disposição dos consumidores diversas outras orientações, informações e cartilha de fácil compreensão para orientá-los de como devem agir para inibir o êxito de golpistas, sem prejuízo, obviamente, de estar sempre à disposição dos consumidores por meio de seus canais de atendimento:



D) DA ADEÇÃO A AUTORREGULAÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO

Em 2019, o Banco Daycoval aderiu de forma IMEDIATA à AUTORREGULAÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO, mantendo seu comprometimento com o aprimoramento dos serviços prestados e desenvolvimento de mecanismos de aperfeiçoamento da sua oferta de produtos e atendimento aos seus clientes, de forma a proporcionar maior transparência e segurança na relação de consumo, além é claro, de atuar de forma enfática contra o assédio à aposentados e outras condutas taxativamente reprovadas por esta Instituição.

Importante destacar que a adesão a AUTORREGULAÇÃO vincula o Banco Daycoval ao cumprimento de **compromissos voluntários**, o que revela a verdadeira preocupação e atitude [não só mera intenção] das Instituições Financeiras aderentes em proporcionar aos consumidores, maior segurança, proteção e qualidade na prestação dos serviços.

Dentre as medidas de enfrentamento asseguradas na Autorregulação e já implementadas, destaca-se os seguintes exemplos, os quais são fielmente cumpridos por esta Instituição e constantemente monitorados junto aos Correspondentes:

➤ Do Direito de Desistência

As instituições Financeiras participantes da Autorregulação devem,

conforme art. 7º do Documento Correlato¹⁵, acatar o pedido desistência de até 7 das úteis a contar do recebimento do crédito, e o direito à restituição do valor total concedido que lhe foi entregue, acrescido de eventuais tributos incidentes. Adicionalmente, os bancos devem incluir entre os critérios de seus planos de qualidade a avaliação quanto à atuação que vise impedir ou dificultar o exercício do direito de desistência pelo consumidor.

Esta é, sem dúvida, uma ferramenta eficaz e capaz de impedir prejuízos aos consumidores em casos de contratações sem sua autorização, bastando que ele entre em contato com o Banco e faça a devolução do valor creditado em sua conta.

➤ Do Monitoramento e avaliação da FEBRABAN conforme critérios da Autorregulação Bancária

O Banco Daycoval envia mensalmente ao Comitê Gestor todas as informações relacionadas aos seus correspondentes, para fins de avaliação geral do prestador frente a todo mercado de consignado.

Entre as informações mensalmente enviadas, constam: (i) base total de correspondentes ativos; (ii) quantidade de reclamações relacionadas ao canal “não me perturbe”; (iii) quantidade de **reclamações administrativas ou judiciais** em que sejam constatadas responsabilidade do correspondente.

Reunidas as informações prestadas por todas as Instituições participantes, por meio da processadora responsável CIP, retornam às Instituições arquivo contendo o resultado das avaliações e indicação dos Correspondentes que apresentaram resultado NÃO CONFORME.

Além disso **é a própria CIP que indica aos Bancos quais correspondentes deverão sofrer sanções e que tipo de sanção deverá ser aplicada**, conforme se pode observar pelo exemplo abaixo, relacionado ao mês de Nov/20.

CNPJ do Correspondente	Tipo de Sanção
07383444000100	1 – advertência
11109437000184	1 – advertência
22682632000115	1 – advertência
24815360000100	1 – advertência
15345398000175	2- suspensão de contratação de novas operações pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis
30586533000168	2- suspensão de contratação de novas operações pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis
13882623000187	3- suspensão de contratação de novas operações pelo prazo de 10 (dez) dias úteis
14363727000148	3- suspensão de contratação de novas operações pelo prazo de 10 (dez) dias úteis
09248046000107	5- suspensão de contratação de novas operações pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis
29470368000103	6- suspensão definitiva de contratação de novas operações de crédito consignado.

Estas medidas aplicadas em desfavor dos correspondentes bancários ocorrerão de acordo com a seguinte gradação disposta na própria Autorregulação:

CORBAN		
Progressão		
1º		Advertência
2º		Suspensão de contratação de novas operações por 5 dias úteis.
3º		Suspensão de contratação de novas operações por 10 dias úteis.

¹⁵ <https://www.autorregulacaobancaria.com.br/pagina/45/24/pt-br/documentos>

4°	Suspensão de contratação de novas operações por 20 dias úteis.
5°	Suspensão de contratação de novas operações por 30 dias úteis.
6°	Suspensão definitiva de contratação de novas operações.

Assim, recebidas as informações acima, caberá as Instituições com vínculo com estes Correspondentes darem cumprimento as sanções indicadas, o que foi fielmente cumprido pelo Banco Daycoval em todas as avaliações.

E) DO CONTROLE INTERNO SOBRE A ATIVIDADE DOS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS CONSUMIDORES E NAS OPERAÇÕES FORMALIZADAS.

Neste ponto, necessário prestar esclarecimentos de como é exercido o controle interno sobre as atividades desenvolvidas pelos correspondentes bancários, bem como, sobre o monitoramento realizado por esta Instituição Financeira sobre a qualidade do atendimento e das reclamações de consumidores.

É relevante destacar que o monitoramento e controle da atividade dos Correspondentes são realizados por diversas frentes de modo a abranger, com maior amplitude, todas as verificações necessárias sobre a atuação deste, tendo como foco obter **segurança**, qualidade, eficiência e conformidade em relação as normas de regem o crédito consignado, as relações consumeristas e demais normas relacionadas.

Desta forma, seguem abaixo as principais frentes de Controle e Monitoramento que recaem sobre a atuação dos Correspondentes, aplicadas por esta Instituição atualmente:

➤ Do Plano de Qualidade de Correspondentes

Visando o aprimoramento contínuo dos sistemas de controles internos, o Banco Daycoval implantou o denominado **“Plano de Qualidade de Correspondentes”** tendo como escopo a avaliação dos correspondentes, o qual é realizado por uma área interna e independente “Controle de correspondentes” respondendo exclusivamente à Diretoria de Riscos e *Compliance*, onde são avaliados itens essenciais às boas práticas do prestador de serviços, tais como: **(i)** volumetria e qualidade das operações de crédito encaminhadas; **(ii)** volume de produção realizada; **(iii)** indicadores quantitativos de reclamações; **(iv)** formalização das operações dentre outros.

Estes indicadores permitem ao Banco aferir a qualidade e excelência do serviço prestado pelo correspondente e, concomitantemente, avaliar se o atendimento ao consumidor está adequado, permitindo desenvolvimento de planos de melhoria e aplicação de sanções em caso de desconformidade.

Os resultados destas análises são demonstrados através do Modelo de avaliação de *Scoring* com a aplicação de *downgrades* em caso de identificação de não conformidades.

Ademais, sendo identificadas irregularidades ou inobservância dos padrões estabelecidos, são adotadas as medidas administrativas previstas, incluindo a suspensão do atendimento prestado ao público e até mesmo o encerramento antecipado do contrato firmado entre as partes, nos casos de maior gravidade.

Portanto, é notório o empenho do Banco Daycoval em planejar, implantar e executar medidas eficazes à prevenção e combate à fraude, medidas que são aprimoradas de forma contínua, cuja finalidade é obter maior segurança nos serviços prestados e a plena satisfação dos consumidores.

VII. DO DESCONTO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO MEDIANTE EXPRESSA AUTORIZAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. CENÁRIO QUE DEMONSTRA A REGULARIDADE DA ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E CAUTELA NA ANÁLISE E CONCESSÃO DO CRÉDITO. NEGLIGÊNCIA NÃO VERIFICADA. FATO DE TERCEIRO QUE NÃO PODE SER UTILIZADO COMO FATOR DE RESPONSABILIZAÇÃO DO BANCO.

Com restou demonstrado, o Banco Daycoval apenas registra descontos no benefício previdenciário do consumidor, mediante contrato formalmente celebrado e autorização expressa do emitente da CCB. Além disso, o processo de formalização, conclusão e cumprimento dos contratos observa, rigorosamente os preceitos do Código de Defesa do Consumidor, das Instruções Normativas expedidas por esta Autarquia e demais normas de regência que incidem na prestação de serviços.

Além disso, restou demonstrado que o Banco Daycoval engendra diversos esforços para garantir a legitimidade e segurança de todas as operações de crédito, na qualidade de seus serviços e na conformidade de sua atuação com as normas de regência.

Portanto, por uma primeira perspectiva, não há que falar em irregularidade ou violação ao CDC, IN/PRES/INSS nº 28/08 ou ao Acordo de Cooperação Técnica nº. 49/2020, pois todas as cautelas previstas nestes atos normativos e demais procedimentos de conformação com as boas práticas bancárias foram rigorosamente observados pelo Banco Daycoval.

Nada obstante, quando identificada atuação de terceiros [estelionatários] que agem em prejuízo dos consumidores, o Banco é igualmente vítima destes criminosos e, por este viés, não razoável que sofresse qualquer reprimenda por parte desta autarquia em razão de ato de terceiro sem qualquer vínculo com a Instituição.

Assim conforme demonstrado foram adotadas todas as medidas possíveis preventivas a fim de assegurar a regularidade das contratações, bem como observado rigorosamente todas as formalidades exigidas no código de defesa do Consumidor e nas Instruções normativas desta Autarquia, não havendo que se falar em sanção administrativa a entidade credenciada, a qual não foi negligente, não deixou de realizar todos os procedimentos, critérios e medidas de segurança na aprovação do crédito, tendo agido sempre de forma cautelosa a fim de dar a melhor qualidade na prestação de serviço.

Portanto, por uma segunda perspectiva, eventual decisão de natureza punitiva com imposição de sanções à Instituição Financeira, o que se admite para argumentar, seria anômala, pois transferiria as consequências (punições) de fatos praticados por terceiros (estelionatários) a uma das vítimas do hipotético evento, mesmo tendo essa agido com todas as cautelas que dela se espera e em conformidade com todas as normas de regência.

Não se pode olvidar pelo princípio da culpabilidade, pressupondo a individualização da reprimenda por ato de terceiro, criminal ou administrativo, o qual se admite apenas no campo da responsabilidade civil¹⁶.

Ademais, eventual decisão, além de ser, é claro, medida desarrazoada, inviabilizaria, inclusive, a atuação de toda atividade financeira deste e de outros setores da economia que estão diariamente expostos as mais diversas formas de atuação de golpistas.

Por todo o exposto, não há razões de fato ou de direito que justifique qualquer punição à esta Instituição Financeira, pois ao longo desta defesa demonstrou que sua atuação é pautada nas normas de proteção e defesa do consumidor, nas Instruções Normativas expedidas por esta Autarquia Federal e na boa prática bancária.

VIII. RESUMIDAMENTE

Ao longo desta defesa, que expos, minuciosamente, esclarecimentos a todos os fatos apurados neste processo administrativo, foi possível concluir que não existe qualquer afronta aos dispositivos supra mencionados no r. ofício:

- Arts. 6º, incisos II e III e 46 do CDC, pois em todos os casos, os consumidores foram amplamente esclarecidos sobre o objeto e conteúdo do contrato, as nuances de cada operação, a modalidade de crédito contratado, sendo que referidos instrumentos foram redigidos de forma clara e de fácil compreensão dos consumidores, fato que foi reconhecido, inclusive, em diversos precedentes judiciais e decisões do Ministério Público de diversos Estados;
- Arts., 51, incisos IV, XV e §1º, inciso III do CDC, pois em cada operação analisada neste processo, o Daycoval logrou demonstrar que a contraprestação estava de acordo com o crédito utilizado; que não havia qualquer prática abusiva, iníqua ou que colocasse o consumidor em condições de desvantagem; que ao consumidor é dado o direito de escolha das melhores formas de execução de seus respectivos contratos o que impossibilita qualquer ilação de onerosidade excessiva em desfavor do consumidor, ilações que, aliás, já foram bem analisadas e rechaçadas pelo Poder Judiciário e Ministério Público.
- Art. 52 do CDC e Arts. 21 e 21-A da IN/PRES/INSS nº 28/2008, pois, conforme esclarecido, a atuação do Banco sempre foi pautada na boa-fé e melhor interpretação das disposições, bem como da comprovação da adequação de todos os instrumentos contratuais com o advento das alterações promovidas em 2018, além, é claro, de que a suposta violação narrada no ofício também já fora rechaçada pelos órgãos de promoção à justiça (Poder Judiciário e Ministério Público);
- Cláusula Terceira, § 2º inciso XIV e XVII do Acordo de Cooperação Técnica nº. 49/2020, pois nos documentos que instruem esta resposta, consta todas as faturas que foram enviadas aos respectivos usuários do cartão de crédito consignado, bem como da efetiva informação do montante a ser consignado, que, desde a contratação

¹⁶ TJSC: Apel. 0304996-31.2015.8.24.0023 Dje 06/02/2018; TRF 5 Apel. 0003714-66.2001.4.05.8500 Dje 28/10/2009 e STJ RMS 16585-RJ DOU 06/12/2004.

é previsto no respectivo instrumento, não havendo qualquer prova em sentido contrário.

Portanto, sob quaisquer perspectivas analisadas, os serviços prestados pelo Banco Daycoval não padecem de nenhum dos vícios apontados no referido ofício, haja vista que a atuação da Instituição Financeira é pautada nas normas de regência e nas boas práticas de concessão de crédito.

IX. CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando que o Banco Daycoval logrou comprovar que sua atuação em nada viola as normas de proteção e defesa do consumidor, as instruções normativas expedidas por esta Autarquia, as disposições do Acordo de Cooperação Técnica nº. 49/2020, nem qualquer outra norma de regência, é a presente para requer:

- a) Seja acolhida a preliminar de prescrição arguida nesta defesa;
- b) Caso não seja este o entendimento da autoridade, o que genuinamente não se espera, requer seja apreciado o mérito e, neste caso, seja reconhecida a regularidade da atuação do Banco Daycoval e consequente conformidade da prestação de serviços com as normas de regência arquivando, por fim, o presente processo administrativo.

Requer, por derradeiro, que todas as comunicações, ciências e intimações sejam feitas no endereço do Banco Daycoval, Av. Paulista, 1793, Bela Vista, CEP 01311-200, São Paulo-SP, ou através dos canais já registrados por esta autoridade, conforme declinado no item “6” do ofício, sob pena de nulidade do ato.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 31 de julho de 2022

Atenciosamente,
BANCO DAYCOVAL S/A

**ELIENE FATIMA
CAMPOE
BARBOSA:269817478
12**

Assinado de forma digital
por ELIENE FATIMA CAMPOE
BARBOSA:26981747812
Dados: 2022.07.31 15:57:38
-03'00'

ELIENE FÁTIMA CAMPOE BARBOSA
OAB/SP 240.802

BANCO DAYCOVAL S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º

BANCO DAYCOVAL S.A. (a "Sociedade" ou "Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º

A Sociedade tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município.

Artigo 3º

A Sociedade tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, investimento e de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Artigo 4º

É vedado à Sociedade adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 01 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até duas vezes, a critério do Banco Central do Brasil.

Artigo 5º

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
AU1038BD0074662

4.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Oswaldo Canheo - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
reprográfrica que confere com o
original apresentado em 16/

16/01/2019
MARCOS CARDOSO DOS SANTOS
Escritor Autorizado
Por aut. R\$ 3,50

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS
DO 34.º SUBDISTRITO CERQUEIRA CEAR
RUA FREI CANECA, 371 - SP - CAPITAL
AUGUSTO JOSÉ BASTOS DA SILVA
Autentico esta cópia reprográfrica, e esta pode ser utilizada
A cópia confere com o original. Do ato de 16/01/2019

Colégio Notarial do Brasil
Seção São Paulo
115303
AUTENTICAÇÃO
AU1028AS0393245

11/01/2019
MARCOS CARDOSO DOS SANTOS
Escritor Autorizado
Por aut. R\$ 3,50

340 Eugenio Ávila
Escritor Autorizado

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 6º

O Capital Social é de **R\$2.253.595.560,09** (dois bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e nove centavos) dividido em **230.820.429** (duzentos e trinta milhões, oitocentos e vinte mil, quatrocentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Todas as ações da Sociedade são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Parágrafo 2º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade.

Artigo 7º

Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 01 (uma) ação ordinária para 01 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

Artigo 8º

A Sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até **381.225.807** (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil e oitocentas e sete) ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei.

Parágrafo 1º - O aumento de capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão de ações, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Em caso de aumento de capital decorrente da incorporação de reservas, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, a competência será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.



Parágrafo 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), arts. 257 e 263, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 12

A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Sociedade, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição.

SEÇÃO I**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Artigo 13**

O Conselho de Administração é órgão colegiado, composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que indicará dentre eles o Presidente, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral determinará pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato unificado de dois anos.

Parágrafo 2º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Nível 2, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elege. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5.

Parágrafo 3º - Para fins deste Estatuto Social, considera-se Conselheiro Independente aquele que: (i) não tiver qualquer vínculo com a Sociedade, exceto participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à Sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não tiver sido, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Sociedade, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Sociedade; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de Sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Sociedade, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Sociedade; e (vii) não receber outra remuneração da Sociedade além da de Conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista nos parágrafos 4º e 5º do Artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritor



4.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 456 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dou fé.

02 JAN. 2019

EU SOU O SELO DE
AUTENTICAÇÃO

DE REGISTRO
MARCO AURELIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50
Ata de Registro de Capital - CAPITAL - OFICIAL
Ata de Registro de Capital - CAPITAL - OFICIAL
Ata de Registro de Capital - CAPITAL - OFICIAL



02 JAN. 2019
349
Proventos Autorizados
Por aut. R\$ 3,50

Parágrafo 4º - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Conselheiro que ele próprio designar.

Parágrafo 5º - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, será convocada a Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias, para escolher o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 6º - Em caso de vacância em outro cargo do Conselho de Administração, o seu Presidente designará o substituto, observados os preceitos legais e deste Estatuto Social, que servirá até a primeira Assembleia Geral que eleger novos Conselheiros.

Parágrafo 7º - Nos casos de impedimento temporário ou ausência, os Conselheiros serão substituídos entre si, por indicação do Presidente.

Parágrafo 8º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros, e independente de convocação se todos os seus membros estiverem presentes, instalando-se e deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - Nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente terá também o voto de qualidade.

Parágrafo 3º - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas as que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 15

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

- fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e criar mecanismos internos para verificação do cumprimento de suas determinações;
- deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, da Assembleia Geral Extraordinária;
- eleger e destituir Diretores e fixar-lhes as funções;



- d) aprovar a estrutura organizacional da Sociedade;
- e) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes no balanço semestral ou anual;
- f) deliberar, "ad referendum" da Assembleia Geral, sobre pagamento ou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
- g) aprovar políticas e estratégias operacionais, planos e orçamentos semestrais, anuais ou plurianuais para operações, investimentos e atividades administrativas;
- h) manifestar-se sobre os relatórios da administração e as contas da Diretoria;
- i) deliberar sobre emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- j) propor o aumento de capital à Assembleia Geral Ordinária e à Assembleia Geral Extraordinária, quando conveniente, pela incorporação de reservas ou por emissão e subscrição de ações;
- k) deliberar sobre os casos extraordinários ou omissos, orientando-se por este Estatuto Social e pela legislação vigente;
- l) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, quando fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- m) escolher e destituir os auditores independentes;
- n) submeter à Assembleia Geral proposta de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, bem como de reforma do Estatuto Social;
- o) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- p) nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria;
- q) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Auditoria vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê através de seus relatórios;
- r) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria;
- s) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração;
- t) aprovar as regras operacionais que o Comitê de Remuneração vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê de Remuneração; e
- u) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração.

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida



4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dou fé.

02 JAN. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



340 17 JAN 2019
LUIZ ALBERTO SILVA
LUCIANO PEREIRA ROCHA
Escreventes Autorizados
Por aut. R\$ 3,50

Artigo 16

Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; e
- c) diligenciar para que sejam cumpridas as resoluções do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais.

SEÇÃO II

DIRETORIA

Artigo 17

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 20 (vinte) Diretores, sendo de 03 (três) a 05 (cinco) Diretores Executivos e até 15 (quinze) Diretores sem designação especial, destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Diretoria Executiva terá suas atribuições definidas neste Estatuto Social e as conferidas em reunião do Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções por um mesmo Diretor.

Parágrafo 2º - Dentre os membros da Diretoria, deverá ser nomeado um Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo 3º - Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente.

Parágrafo 4º - Nos casos de renúncia, morte, ou impedimento definitivo de qualquer Diretor, e se houver necessidade de substituição, competirá ao Conselho de Administração eleger um novo Diretor para completar o mandato do Diretor substituído.

Artigo 18

A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, por convocação de quaisquer de seus Diretores Executivos.

Parágrafo 1º - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, devendo, em qualquer hipótese, contar com o voto favorável de pelo menos 2 (dois) Diretores Executivos.

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida



4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica que confere com o
original apresentado, dou fé.

02 JAN. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escrevente Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



7 JUN 2019
Escreventes Autorizados
Por aut. R\$ 3,50

Parágrafo 2º - As deliberações referentes à matéria constante do item "c" do Artigo 19 poderão ser tomadas em reunião de Diretoria com a presença de 2 (dois) Diretores, no mínimo, não sendo necessário o voto de Diretor Executivo.

Parágrafo 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas e assinadas por todos os membros presentes, devendo ser publicadas e arquivadas no Registro do Comércio, as atas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19

Compete à Diretoria a direção dos negócios da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento, cabendo-lhe, além das atribuições legais:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto Social e as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) levantar balanços semestrais, elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras e o relatório de administração, bem como assiná-los e publicá-los;
- c) decidir sobre instalação, alteração do endereço ou supressão de filiais, agências, subsidiárias, unidades administrativas e outras dependências, no Brasil e no exterior, deliberando, inclusive, sobre aumento, destaque ou redução do capital das aludidas subsidiárias e/ou dependências;
- d) definir a política administrativa da Sociedade;
- e) deliberar sobre os investimentos, diretos ou indiretos, inclusive por intermédio de controladas e coligadas;
- f) conduzir os negócios e serviços da Sociedade dentro das áreas de atuação atribuídas a cada um de seus membros, particularmente quanto ao planejamento e desenvolvimento, administração, controles e atividades financeiras;
- g) designar e destituir o Ouvidor, nos termos do Capítulo VII abaixo; e
- h) instituir exceções adicionais às previstas no Parágrafo 3º do Artigo 23.

Artigo 20

Compete aos Diretores sem designação específica desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelos Diretores Executivos, podendo cada um, isoladamente, praticar apenas os atos de mera rotina e de correspondência não obrigacional da Sociedade.



Artigo 21

Compete aos Diretores Executivos, agindo isoladamente:

- a) exercer as funções que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) cumprir as atribuições específicas que lhes forem outorgadas em reunião da Diretoria; e
- c) orientar as atividades dos Diretores sem designação específica.

Artigo 22

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Sociedade perante os órgãos reguladores e demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários, cabendo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às bolsas de valores em que a Sociedade tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Sociedade no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior.

Artigo 23

A Sociedade será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, por:

- a) 02 (dois) Diretores Executivos;
- b) 01 (um) Diretor Executivo e 01 (um) Diretor sem designação específica;
- c) 01 (um) Diretor Executivo e um procurador com poderes específicos para a prática do ato; ou
- d) 02 (dois) procuradores com poderes específicos para a prática do ato.

Parágrafo 1º - Dependerá sempre da assinatura de 02 (dois) Diretores Executivos, ou de 01 (um) Diretor Executivo em conjunto com 01 (um) Diretor sem designação específica, a prática dos seguintes atos:

- a) a alienação de bens do ativo permanente e a constituição ou cessão de direitos reais de garantia sobre tais bens;
- b) a prestação de outras garantias a favor de terceiros, observado o disposto no Parágrafo 2º desse Artigo; e



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50



7 JUL 2019
34º
ALBERTO SILVA
LUCIANO PEREIRA ROCHA
Escritores Autorizados
Por aut. R\$ 3,50

c) a contratação de empréstimos, financiamentos e captação de recursos em valor igual ou superior a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em moeda nacional, no Brasil e no exterior, inclusive mediante emissão de Notas Promissórias, Letras Financeiras e quaisquer outros títulos e valores mobiliários, desde que não sejam linhas de crédito destinadas a fomentar exportação ou exportação ou concedidos por agência, banco ou organismo internacional de fomento e desenvolvimento, os quais podem ser contratados por 02 (dois) procuradores com poderes específicos ou 01(um) procurador com poderes específicos em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo.

Parágrafo 2º - Na concessão de avais, fianças e todas as demais garantias bancárias em favor de terceiros, a Sociedade será representada em conformidade com o disposto no *caput* deste Artigo 23.

Parágrafo 3º - Excepcionalmente, a Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador ou um Diretor Executivo:

a) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações;

b) nos mandatos com cláusula "ad judícia"; e

c) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe.

Artigo 24

Para a constituição de procurador a Sociedade será representada por 02 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente 1 (um) Diretor Executivo, devendo o respectivo instrumento de procuração ter prazo de vigência de até 02 (dois) anos e especificar todos os poderes, atos e operações que poderão ser praticados, observadas as limitações legais e estatutárias.

Parágrafo Único - Para a constituição de procurador com poderes de cláusula "ad judícia" o mandato não terá prazo limite de vigência.

Artigo 25

É vedada a qualquer dos membros da Diretoria a prática de atos de liberalidade às custas da Sociedade, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Sociedade, desde que não contrariem seu objeto social.

Artigo 26

A alienação ou a constituição de ônus sobre qualquer bem imóvel de uso do patrimônio da Sociedade dependerá de prévia autorização da Diretoria.



4º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica que confiro com o
original apresentado do R.º

02 JAN. 2019

UNDO SUMITE
COTO SUDO DE
AUTENTICAÇÃO

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
valor pago pelo ato R\$ 3,50

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DOS PROCELOS NATUENS
DO 1º SUBDISTRITO PERQUEIRA DECAR
RUA FREI CANECA 971 - SP - CAPITAL
ANTONIO JOSE BANCOS DA CUNHA - OFICIAL
Autentico esta copia reprográfica, surtida nesta sociedade.
A qual confiro com o original do que se segue.

17 JUL 2019

349



VERBON MARQUES CARDOSO DOS SANTOS
1º DEPTO. SUDO
O PEREIRA ROCHA
Escritórios Autorizados
br aut. R\$ 3,50

CAPÍTULO IV CONSELHO FISCAL

Artigo 27

A Sociedade terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral a que for formulado o pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá os seus membros, fixando-lhes a respectiva remuneração, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo 2º - O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua instalação.

Parágrafo 3º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País.

Artigo 28

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Sociedade.

Parágrafo Único - Instalado o Conselho Fiscal, em caso de vacância ou de licença de Conselheiro por mais de 2 (dois) meses, será o cargo vacante ocupado pelo respectivo suplente, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 29

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria.

Artigo 30

A Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um dos acionistas presentes para secretariar os trabalhos da mesa.



Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, as atividades mencionadas no "caput" deste artigo serão delegadas a um Conselheiro pelos demais membros do Conselho de Administração.

Artigo 31

As deliberações da Assembleia Geral ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º - É permitida a representação do acionista por procurador que seja acionista ou administrador da Sociedade, bem como advogado, desde que o instrumento respectivo tenha sido outorgado há menos de 01 (um) ano.

Parágrafo 2º - O acionista que se fizer representar por procurador deverá, nos 05 (cinco) dias que antecederem a Assembleia Geral, apresentar à Sociedade os documentos necessários ao exame do respectivo instrumento.

CAPÍTULO VI DO COMITÊ DE AUDITORIA E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 32

O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 (três) membros, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser designado Coordenador.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Auditoria é indeterminado.

Parágrafo 2º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Auditoria:

- a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas;
- b) recomendar, à administração da Sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;



- c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- e) avaliar o cumprimento, pela administração da Sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- g) recomendar, à Diretoria da Sociedade, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria da Sociedade, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na alínea "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade;
- j) reunir-se com o Conselho Fiscal, quando instalado, e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

Artigo 32-A

O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) integrantes, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que fixará sua remuneração.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 (cinco) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos.

Parágrafo 2º - O Comitê de Remuneração deverá:

- a) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração;

4.º TABELIAO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritor

Colégio Notarial do Brasil
113456
AUTENTICAÇÃO
AU1038BD0074686

4.º TABELIAO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/ SP
Pel. OSVALDO CANHEO
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presente
reprografia que contém com o
original apresentado, dou fé

07 JAN. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritor Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34.º SUBDISTRITO DE SÃO PAULO - CAPITAL
RUA FREI CARNECA, 37 - SÃO PAULO - SP
ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL
Autorizada esta cópia reprográvida, autenticada nesta escritura.
A qual confere com o original do que dou fé

34º

17 JUL. 2019

34º

Colégio Notarial do Brasil
115303
AUTENTICAÇÃO
AU1028AS0393261

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34.º SUBDISTRITO DE SÃO PAULO - CAPITAL
RUA FREI CARNECA, 37 - SÃO PAULO - SP
ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - OFICIAL
Autorizada esta cópia reprográvida, autenticada nesta escritura.
A qual confere com o original do que dou fé

Per aut. R\$ 3,50

- b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Companhia;
- c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da Sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos.

Parágrafo 3º - Cumprido o prazo máximo previsto no Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão da Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.

Parágrafo 4º - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê de Remuneração ficar reduzido a menos de 3 (três) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 6º - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração:

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores da Sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade;
- c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- d) Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- f) Analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;



4º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Autenticação - Autenticar a presente
cópia reprográfica que contém o presente
original apresentando, data 14/01/2019,
S. PAULO-SP

02 JAN 2019



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
feitor pago pelo ato R\$ 3,50
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
DO 34º SUBDISTRITO DE ALMEIDA - SP - CAPITAL
RUA FREI CARNEIRO, 111 - SP - CAPITAL
ASOLPHO JOSE BARBOSA DA CUNHA - OFICIAL
Autenticar esta cópia reprográfica, autenticar nesta escritura.
A qual contém o conteúdo original. Da qual dar fe.



34º
JUL 2019
34º
Autorizados
Por R\$ 3,50

g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da Sociedade e com o disposto na regulamentação vigente.

Parágrafo 7º - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VII OUVIDORIA

Artigo 33

A Sociedade terá uma Ouvidoria, de funcionamento permanente, que atuará em nome de todas as instituições integrantes do conglomerado financeiro da Sociedade, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Instituições do Conglomerado"), com as seguintes atribuições:

- prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das Instituições do Conglomerado;
- atuar como canal de comunicação entre as Instituições do Conglomerado e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- informar ao Conselho de Administração da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.

Artigo 34

As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades:

- atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;



d) manter o Conselho de Administração da Sociedade, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e

e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 35

O Ouvidor será designado pela Diretoria mediante observância de que preencha as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso o mesmo descumpra as atribuições previstas nos artigos 33 e 34 ou substituí-lo, nos casos de impedimento ou ausência temporária.

Artigo 36

Serão dadas à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Artigo 37

A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO VIII

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DESTINAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

Artigo 38

O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á, cada ano, no dia 31 de dezembro. Ao final de cada exercício social, a Diretoria providenciará a elaboração das demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.



Artigo 39

O balanço de todo o ativo e passivo, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Facultativamente, a critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive para distribuição de dividendos, no último dia útil de cada mês, desde que observadas as prescrições legais.

Artigo 40

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e as provisões legais.

Artigo 41

O lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções referidas no artigo 40 acima, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações:

- a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) destinados ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas;
- c) importância destinada à formação de reservas para contingências e de reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e
- d) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados.

Artigo 42

O saldo remanescente do lucro líquido ajustado na forma do artigo 41 poderá, por proposta do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, ser 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros – Estatutária, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais à Sociedade. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social integralizado.

Parágrafo Único - A parcela dos lucros que ainda remanescer após as deduções previstas neste artigo 42 e no artigo 41 deverá ser distribuída como dividendos.



Artigo 43

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros ou reservas.

Parágrafo 1º - Os dividendos declarados pelo Conselho de Administração serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação da respectiva ata.

Parágrafo 2º - Revertem em favor da Sociedade os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas.

Artigo 44

Por deliberação do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, poderão ser pagos aos acionistas juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

Parágrafo Único - Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício.

Artigo 45

A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria e ao Conselho de Administração participação nos lucros, obedecidos os limites legais que lhe forem pertinentes.

CAPÍTULO IX**JUÍZO ARBITRAL****Artigo 46**

A Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

4.º TABELIÃO - SP
Marco Aurélio de Almeida
Escritório do Brasil



4.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
R. Estados Unidos, 455 - São Paulo/SP
Bel. OSVALDO CANHEO - TABELIÃO
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
a reprodução que contém com o
original apresentado, dou fé.

02 JAN. 2019

MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
Escritório Autorizado
Valor pago pelo ato R\$ 3,50

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO CARRETERO NATURALIS
RUA FREI CARMELO, 371 - SP - CAPITAL
ADOLFO JOSÉ SANTOS DA SILVA - OFICIAL
Autentico esta cópia por meio eletrônico, em nome desta sociedade.
A qual comparei com o original. Do que dou fé.

1 JUL 2019



ADOLFO JOSÉ SANTOS DA SILVA
Escritórios Autorizados
Por R\$ 3,50

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e fixar sua remuneração, bem como eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 48

Os Acordos de Acionistas que tenham por objeto regular o exercício do direito de voto e o poder de controle da Sociedade, deverão ser previamente submetidos à aprovação do Banco Central do Brasil.

Artigo 49

Os casos omissos neste Estatuto serão disciplinados pela Lei das Sociedades por Ações e pela legislação aplicável às instituições financeiras, sendo decididos ou solucionados pelo Conselho de Administração à luz desses diplomas legais.

Estatuto Social atualizado até a A.G.E. de 30 de outubro de 2018.

BANCO DAYCOVAL S.A.
Morris Dayan
 Diretor Executivo

Salim Dayan
 Diretor Executivo



MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA
 Escrevente Autorizado
 Valor pago pelo ato R\$ 3,50



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 DO 34º SUBDISTRITO, CERCQUEIRA DE CAR
 RUA FREI CANECA, 371 - SP - CAPITAL
 ADOLPHO JOSÉ BAPTISTA
 Autenticado este documento nos moldes da CUNHA - OFICIAL
 A qual compare com o original. Do que deu fé.

JUL 2019
 CARLOS DOS SANTOS
 Escreventes Autorizados
 Por aut. R\$ 3,50



14º Tabelião de Notas
Dr. Paulo Tupinambá Vampré
São Paulo - SP



Vampré



Livro 6026

Páginas 057/058

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: -
BANCO DAYCOVAL S/A
Validade: 02 (DOIS) ANOS.

(DAYCOVAL 2021: JURÍDICO CONTENCIOSO)

Aos dez (10) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade e Capital de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1793, perante mim, escrevente deste 14º Tabelião, compareceu como outorgante, **BANCO DAYCOVAL S.A.**, com sede na Avenida Paulista nº 1793, bairro Bela Vista (CEP. 01311-200), nesta Capital, inscrito no CNPJ sob nº 62.232.889/0001-90, com sua situação cadastral ativa, possuidor do NIRE (JUCESP) nº 35-3-00524110, com seu Estatuto Social reformado e Consolidado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2020, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob nº 232.092/20-5, em 06/07/2020, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas no "Classificador Eletrônico", neste ato, representado por seus diretores executivos, **SALIM DAYAN**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade RG nº 14.516.400-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 154.174.598-10 e **MORRIS DAYAN**, brasileiro, casado, corretor de valores, portador da carteira de identidade RG nº 8.595.549 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 195.131.528-63, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório na Avenida Paulista, nº 1793, reeleitos pela Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 07/02/2020, cuja ata foi registrada na JUCESP sob nº 193.248/20-7, em 02/06/2020, da qual uma cópia reprográfica autenticada encontra-se arquivada nestas Notas, os quais declaram sob as penas da lei, que a Ata supracitada é o último ato constitutivo registrado, respondendo civil e criminalmente pela veracidade desta declaração; os presentes capazes, identificados por mim escrevente, consoante documentos de identidade apresentados, dou fé. Então, pelo Outorgante, na forma representado, me foi dito que, por este público instrumento e melhor forma de direito, nomeia e constitui suas bastantes procuradoras, **ALINE MARQUES POLIDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 42.112.754-5 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 287.309 e no CPF sob nº 331.571.108-96; **ELIENE FATIMA CAMPOE BARBOSA**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 29.936.202-4 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 240.802 e no CPF sob nº 269.817.478-12; **JULIANA VIEIRALVES AZEVEDO CAMARGO**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 52.812.006-2 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 181.718 e no CPF sob nº 074.577.217-03; **SANDRA KHAFIF DAYAN**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 10.106.888-8 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 131.646 e no CPF sob nº 227.162.868-76; e **VIVIANE FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 54.607.075-9 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 208.039 e no CPF sob nº 884.854.634-04, todas residentes e domiciliadas nesta Capital, com escritório no mesmo endereço do outorgante; às quais confere poderes para, isoladamente, representarem a Outorgante perante o foro em geral e onde mais preciso for, com a cláusula "**ad judicium et extra**", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e onde mais necessário for, inclusive, perante as Repartições Públicas em geral e seus Órgãos e Departamentos, sempre com o objetivo de preservar e defender direitos e interesses do Outorgante, podendo para tanto referidas procuradoras, promoverem quaisquer medidas, judiciais ou extrajudiciais, exigir direitos e reconhecer deveres, prestar declarações e informações, fazer comunicações, nomear prepostos para representá-lo administrativa e judicialmente, receber correspondências, interpelações e notificações, requerendo, alegando e produzindo provas, cumprindo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

exigências, juntando documentos e/ou o que mais se fizer necessário, requerendo desentranhamento e assinando papéis e documentos e os especiais para transigir, firmar, acordos e compromissos, dar e receber quitação, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo enfim, praticar todos os demais atos inerentes ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, poderes esses válidos apenas para demandas judiciais que envolvam valores de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **O presente mandato tem validade por 02 (dois) anos, contados desta data, sendo ainda facultado o substabelecimento no todo ou em parte dos poderes ora outorgados.** Assim o disseram, dou fé, pediram-me e lhes lavrei este instrumento, o qual feito e lido em voz alta, foi achado conforme, aceitaram, outorgam e assinam. Tabelião: R\$295,94, Estado: R\$84,10, Sec. da Fazenda: R\$57,56, Imposto ao Município: R\$ 6,32, Ministério Público: R\$14,20, Registro Civil: R\$15,58, Tribunal de Justiça: R\$20,30, Santa Casa: R\$2,96, Total: R\$496,96. Eu, Mariana Rocha Poggi, escrevente a escrevi. Eu, Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva, Substituta, subscrevi. **Devidamente assinada pelos comparecentes, dou fé.** Traslada em seguida. Eu, Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva, Substituta, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

Em testº Mariana Rocha Poggi da verdade

Maria do Carmo Sanches de Sousa e Silva
14º. TABELIÃO VAMPRE
SÃO PAULO – CAPITAL
MARIA DO CARMO SANCHES DE SOUSA E SILVA
SUBSTITUTA
PARÁGRAFO 5º DA LEI 8.935/94



A confirmação da lavratura e da cobrança deste ato poderão ser verificadas após 24hs no site: <http://www.tjsp.jus.br/selodigitalconsulta> mediante a informação do código QRCode abaixo ou pelo número do selo digital. SELO DIGITAL Nº:1112291PR038701210062121L

RES: OFÍCIO SEI​ N° 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89. (PARTE 1)

conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>

Dom, 31/07/2022 19:09

Para: STADM DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Cc: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br <implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br>; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>; Eliene Fatima Campoe Barbosa <eliene.barbosa@bancodaycoval.com.br>; Jonas Alves dos Santos Arrais <jonas.arrais@bancodaycoval.com.br>; Anilson Fieker Pedrozo <anilson.pedrozo@bancodaycoval.com.br>; Nilo Cavarzan <nilo@bancodaycoval.com.br>; Cristiano Sanchez de Oliveira <cristiano.sanchez@bancodaycoval.com.br>; Fernanda Costa <fernanda.costa@bancodaycoval.com.br>

Você não costuma receber emails de conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Boa noite.

Prezados.

Anexo está apresentação de defesa em relação a todas as manifestações, recomendações, reclamações, determinações judiciais e denúncias constantes nos autos do Processo SEI/INSS nº 35014.298353/2022-89, bem como em relação às demais condutas aqui mencionadas, que apontam indícios de conduta irregular por parte do BANCO DAYCOVAL S.A., bem como oportunizar à Instituição Financeira apresentar todo e qualquer meio de prova em contrário às irregularidades.

Todo o processo também realizado dentro do sistema SEI do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

Atenciosamente.

**Equipe Convênios**

Financeira Consignado – Convênios

conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br

Tel: (11) 3138-0666 / 3138-0832

Banco Daycoval S.A

www.daycoval.com.br

-----Mensagem original-----

De: INSS/Serviço Técnico Administrativo da DIRBEN <stadm.dirben@inss.gov.br>

Enviada em: sexta-feira, 22 de julho de 2022 14:36

Para: financeira.inss <financeira.inss@bancodaycoval.com.br>; conveniosconsignado <conveniosconsignado@bancodaycoval.com.br>; implatacaooperacional@bancodaycoval.com.br; Ouvidoria Daycoval <ouvidoria.daycoval@bancodaycoval.com.br>

Assunto: OFÍCIO SEI​ N° 652/2022/DIRBEN-INSS - Processo nº 35014.298353/2022-89.

Prezados,

Encaminhamos o OFÍCIO SEI​ N° 652/2022/DIRBEN-INSS, Brasília, 22 de julho de 2022.

Por favor, acusar o recebimento.

Att.

Belchior dos Reis Jesuino

Serviço Técnico Administrativo/DIRBEN/INSS